

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

RAFAELA LIMA MARQUES

UM EMBATE ENTRE MARCELOS? Uma análise das interfaces entre mídia, religião e política nas eleições de 2016 no Rio de Janeiro

NITERÓI
2018

RAFAELA LIMA MARQUES

UM EMBATE ENTRE MARCELOS? Uma análise das interfaces entre mídia, religião e política nas eleições de 2016 no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Políticas, espacialidades e relações e conflitos socioculturais.

Orientadora Prof. Dra. Christina Vital da Cunha

NITERÓI
2018

RAFAELA LIMA MARQUES

UM EMBATE ENTRE MARCELOS? Uma análise das interfaces entre mídia, religião e política nas eleições de 2016 no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Linha de Pesquisa: Políticas, espacialidades e relações e conflitos socioculturais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Christina Vital da Cunha (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dra. Edlaine de Campos Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio

*Dedico este trabalho à Marielle Franco,
alguém cujo sintagma “presente!” demarca a ausência;
e a todos aqueles que nos foram tirados enquanto lutavam por justiça e igualdade.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais; Neusa e Regis; que sofreram com a minha despedida e compreenderam e aceitaram minha escolha, apoiando todas as decisões que me permitiram trilhar este percurso da pós-graduação. Ao meu irmão, Adriano, minha cunhada, Gheysa, e minha sobrinha, Alice, saudade constante e laço de afeto permanente: obrigada por tudo.

À minha orientadora, professora Christina Vital da Cunha, que apostou na minha capacidade de alcançar o desafio ao qual me propus e me ofereceu suporte acadêmico e emocional para que isso fosse possível, por vezes aplacando minhas angústias e meus medos.

Aos professores do PPCult; especialmente aqueles com os quais pude conviver mais intensamente: Flávia, João, Ana, Danielle, Marisa e Marina. A oportunidade de ter passado por aqui foi um grande presente. Gostaria de deixar registrada minha gratidão. Sempre me senti acolhida e encontrei na diversidade de saberes e de perspectivas um instrumento efetivo para engrandecer minha formação política, social e humana, o que é mais importante do que qualquer outro resultado.

Aos professores que gentilmente aceitaram compor esta banca, João Domingues e Edlaine Gomes, e a esta última em especial, por ter estado presente também à etapa de qualificação deste trabalho, e fornecido importantes contribuições, as quais procurei incorporar a esta versão final, bem como obras valiosas para consulta.

À turma de 2016; sempre cheia de vontade, de partilhas e de afetos. Conviver com vocês foi um enorme prazer. Nossas trocas sempre foram muito verdadeiras e produtivas. Obrigada!

Às meninas do “Lêni”: Imaíra, Flávia e Rayssa. Sem vocês nessa reta final tudo teria sido mais difícil! Obrigada por pegarem minha mão e me ajudarem a contornar todas as questões externas que se colocavam entre mim e a linha de chegada. Obrigada pela presença, pelos almoços e pelo incentivo nem sempre dito em palavras, mas traduzido perfeitamente em gestos.

Ao Danilo – longe e perto, sempre ao alcance, acompanhando tudo, antes mesmo que houvesse um projeto claro; acreditando e torcendo.

A todos os meus amigos e amigas, felizmente não poucos, que me oferecem a alteridade como oportunidade de transformar a mim mesma, em especial aos que acompanharam mais de perto esse processo: Sara, Marina, Thiago, Ludmila, Flora e Letícia, e aos que, mesmo não estando presentes no dia-a-dia, são fundamentais pra que eu me sinta

contemplada por vínculos duradouros: Nicolle, Aiara, Raquel, Luti, Filipe, Clariza, Viviane, Felipe, Paula, Renata, Simone, Luana, Rebecca, Thalyta e Fernanda. As redes de afeto são movidas à propulsão humana!

À equipe do ITDP Brasil, companhia do cotidiano, que me permitiu vivenciar este processo com mais tranquilidade.

Por fim, e não menos importante, a todas as incríveis pessoas que tive a oportunidade de conhecer ao longo desta pesquisa, em especial à Sandra, da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, e ao Pastor Henrique Vieira, da Igreja Batista do Caminho; e tantos outros que me inspiraram e que, por meio de exemplos contundentes de persistência, provaram ser possível conjugar fé e justiça social. Um salve! à Universidade Pública, ao pensamento descolonizador no Sul Global e à coragem de disputa e enfrentamento político dos que teimam todos os dias na opção preferencial pelos pobres, no horizonte de um projeto de Libertação ao qual, creio, se destinam todos os homens e mulheres.

RESUMO

Nesta pesquisa tive como objetivo analisar as interfaces entre religião, política e mídia nas eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro. O centro da atenção recaiu sobre as estratégias de Marcelo Crivella no segundo turno das eleições, e suas interações discursivas com a Rede Globo. Os jogos de ocultação e revelação do religioso, as acusações entre as partes, as disputas entre Rede Globo, RecordTV e Igreja Universal do Reino de Deus, as estratégias de marketing, os circuitos oficiais e não oficiais de propaganda política, todos estes elementos presentes na disputa à prefeitura foram alvos desta investigação. A partir deste material coletado em jornais, revistas, da realização de entrevistas e decupagem de programas eleitorais gratuitos e programas de debate na TV, pretendi refletir do ponto de vista mais geral sobre processos eleitorais em meio a um contexto chamado por muitos de pós-verdade. Tendo em vista o contexto nacional e estadual de ocorrência do pleito, foi importante analisar o lugar relativo do que é identificado como esquerda no Brasil, assim como da religião em seu aspecto institucional e identitário.

Palavras-chave: Eleições 2016; Marcelo Crivella; Evangélicos; mídia.

ABSTRACT

In this research I had the objective of analyzing the interfaces between religion, politics and the media in the municipal elections of 2016 in Rio de Janeiro. The center of attention fell on Marcelo Crivella's strategies in the second round of the elections, and his discursive interactions with Rede Globo. The games of concealment and revelation of the religion, accusations between the parties, disputes between Rede Globo, RecordTV and Universal Church of the Kingdom of God, marketing strategies, official and unofficial circuits of political propaganda, all these elements present in the dispute to the City Hall were the targets of this investigation. From this material collected in newspapers, magazines, interviewing and analyzes by electoral programs and TV debate programs, I intended to reflect from a more general point of view about electoral processes in the midst of a context called by many post-truth. Considering the national and state context of the election, it was important to analyze the relative place of what is identified as the "left" in Brazil, as well as religion in its institutional and identity aspects.

Keywords: 2016 Elections; Marcelo Crivella; Evangelicals; media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Neopentecostalismo no espaço público brasileiro: tensões e rebatimentos históricos	18
1.1 O Movimento Neopentecostal: gênese e identidade	21
1.2 A inculturação urbana e as redes religiosas	30
1.3 Conquistas territoriais; escândalos nacionais: breve historiografia da Igreja Universal do Reino de Deus	38
CAPÍTULO 2 - Um embate entre Marcelos? Crivella e sua nem tão oculta adversária platinada	47
2.1 A incursão evangélica na política institucional brasileira	50
2.2 Produção discursiva, imagens e contextos da campanha de Crivella em 2016	65
2.3 Marcelo Crivella x Marcelo Freixo	78
2.4 A esquerda e os agenciamentos religiosos: conflitos e ambiguidades	91
CAPÍTULO 3 – O bios midiático e os circuitos não-oficiais	98
3.1 <i>Fake news</i> e circuitos não-oficiais	100
3.2 O bios midiático e o ocaso do fato	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
ANEXO 1- Entrevistas de Crivella aos veículos do Grupo Globo; não realizadas	126
ANEXO 2 - Transcrição da entrevista de Marcelo Freixo ao RJTV, realizada no dia 24 de outubro de 2016	129

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca responder às seguintes questões: como emergiram e interagiram religião e mídias na disputa pela Prefeitura do Rio em 2016? Como foram forjados os agenciamentos em torno da moral religiosa? A grande mídia tem papel nesta produção de narrativas? Qual? Como socorreram as interações discursivas e as relações de reciprocidade entre os atores em disputa? Questões centrais deste trabalho, estas perguntas me foram suscitadas por diversos acontecimentos da última década, os quais considero importantes antecedentes temporais à realização desta pesquisa.

Quando a matéria-prima da escrita é a vida social, é sempre necessário escolher um ponto mais ou menos aleatório de onde se iniciará a narrativa¹. O meu início é março de 2013. Até aqueles dias, eu jamais havia ouvido falar no pastor Marco Feliciano (PSC-SP), líder da Catedral do Avivamento, uma igreja evangélica pentecostal filiada às Assembleias de Deus. É provável que boa parte dos brasileiros também não. Quando ele assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal e todos passamos a conhecer suas posições conservadoras², um alerta vermelho soou dentro de mim.

Complexas e profundas transformações sociais têm atravessado o Brasil nos últimos anos, desde o referido marco temporal da chegada do pastor Marco Feliciano à presidência da CDHM do legislativo federal. Como pano de fundo, a popularização e consolidação das plataformas de mídias sociais mergulhou-nos em uma realidade de mediação digital que agora faz parte de todas as dimensões das relações humanas, inclusive a religiosa (AGUIAR, 2014; OLIVEIRA, 2016; CUNHA, 2017, entre outros).

No quadro global, as últimas décadas deixaram claro que a presença das religiões na esfera pública se acentuou, contrariamente aos prognósticos feitos com base nas leituras da tese de Max Weber sobre secularização. O fortalecimento do dogmatismo e a emergência de novos conflitos étnicos e culturais encontram-se atravessados pela gestão de territórios e por disputas entre localismos e globalismos (FEATHERSTONE, 1996), assim como “o destino da religião na sociedade moderna, os alcances e limites dos processos de secularização e

¹ Weber reflete sobre a impossibilidade de captura da totalidade dos fatos sociais. Do ponto de vista metodológico, um recurso possível para lidar com este limite intransponível é a definição de um recorte. Assim, apesar da multiplicidade de fatores que influenciam um dado acontecimento social, na referida pesquisa, serão destacados apenas alguns destes.

² Este termo pode ser descrito como o conjunto de posições favoráveis “à manutenção do sistema político existente e seus modos de funcionamento”, que se apresentam como “contraparte das forças inovadoras” (BOBBIO *et alii*, 1998, p. 242).

dessecularização, têm sido temas centrais na sociologia da religião atual” (MARIZ, 2001, p. 25). No Brasil, a ascensão de grupos evangélicos, especialmente neopentecostais, a um espaço de influência e poder evidencia a presença de um tipo de ator político-religioso midiático, cuja participação na vida pública se torna cada dia mais relevante.

A intensificação desses processos relacionais entre religião e mídia na pós-modernidade tem gerado interesse em pesquisadores de diversos campos das ciências sociais e da comunicação, resultando em vasta produção acadêmica, à qual este trabalho agora se filia. Diante de um quadro geral, o fenômeno de expansão da pertença evangélica nos planos geográficos, econômicos e políticos-partidários é concomitante a uma profunda mudança nas circunstâncias da produção noticiosa na sociedade.

Sempre atenta às mudanças impostas pela tecnologia e seus impactos para o jornalismo, desde há muito me interessei pelos processos de hibridização, mixagem, pelas conversações mediadas pela tecnologia e pelos recortes situacionais de narrativa, tornados autônomos com o advento da Internet. A algoritmização da vida, os fluxos de usabilidade digital que condicionam as respostas humanas, a construção do *self* e a alteração de processos cognitivos e neurais implicados pelas redes sociais digitais já eram objetos da minha atenção. Mas foi a observação do processo de reposicionamento da identidade evangélica na vida social brasileira, e o entendimento de que esta nova voz pública se tornava cada dia mais relevante a partir do manejo dos meios de comunicação, que me fez pressentir uma inevitável mudança em curso.

Esta percepção inaugurou uma série de indagações que passei a fazer, ainda em 2013, sobre o aumento do espectro de influência da moral religiosa na política brasileira, considerando a utilização das mídias sociais digitais e a reconfiguração do lugar das mídias tradicionais nas estratégias que visavam a ocupação do Estado. São estas as questões que motivam e justificam este trabalho. A reflexão sobre a função social do jornalismo e o seu papel na construção de uma agenda democrática serão abordadas neste estudo, bem como a ênfase nas perspectivas teóricas do campo das mediações.

Estas inquietações são fruto da trajetória pessoal e profissional que me trouxe ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. Nasci em São Luís, capital do Maranhão, filha de um jornalista e de uma professora de filosofia, e cursei a graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão. Meu avô paterno era jornalista e dedicava-se à cobertura de temas políticos, tendo sido, ele próprio, deputado estadual. Cassado e preso durante a Ditadura Civil-Militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, deixou-me de

herança a profissão e o profundo senso de respeito aos valores democráticos. Minha mãe, nascida no interior do Maranhão no seio de uma família católica, introduziu-me desde muito cedo ao convívio religioso. Ao me equilibrar entre essas influências, durante a adolescência passei a nutrir forte simpatia pelos desígnios da Teologia da Libertação³, onde encontrei confluência e conciliação entre duas convicções. Porém, posteriormente afastei-me de uma prática religiosa cotidiana. Na vida adulta, meu trabalho enveredou pelo campo das políticas públicas, mais precisamente pela construção de processos de participação social e transparência. O interesse pelo problema da democracia manteve-se, então, como pano de fundo na minha vida presente.

Já no Rio de Janeiro, em 2015, o momento conturbado vivenciado na história política brasileira e os novos enigmas que se pronunciavam no campo do jornalismo foram decisivos para que eu elaborasse uma proposta inicial de pesquisa para o mestrado acadêmico do PPCult. A escolha definitiva deste objeto se deu após um longo processo de amadurecimento do pré-projeto submetido ao Programa. A observação cotidiana do recrudescimento das novas direitas, cuja influência se expandiu largamente ao longo da produção deste texto, foi determinante para que este trabalho tomasse a forma que agora se apresenta.

O impacto das transformações pelas quais o Brasil tem passado ainda não é totalmente compreendido. Entre 2013 e 2017, o país entrou em colapso. Apenas dois meses depois da eleição de Marco Feliciano para a presidência da CDHM, protestos populares irromperam um ciclo de instabilidade política que não foi superado até agora. Eram as *jornadas de junho*, termo que parte da academia brasileira adotou para referir-se aos acontecimentos marcantes daquele ano, quando centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de 388 cidades do país em um movimento orgânico e desierarquizado, iniciado com protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. As manifestações foram as maiores desde a redemocratização, e parecem ter aberto a caixa de pandora. Instrumentalizada pelos partidos de centro-direita e pelos meios de comunicação, a insatisfação popular tornou-se um caldo de frustrações generalizadas, discursos de ódio saíram do armário e a emergência de uma nova direita orgulhosa de si e militante de seu antiintelectualismo foi ao encontro de um projeto de poder político-religioso que, nascido décadas antes, floresceu e deu frutos.

As novas direitas opõem-se aos valores progressistas não apenas por meio da ênfase nos princípios neoliberais de diminuição do Estado, no ideário meritocrático e na difusão do

³ A Teologia da Libertação é um movimento clerical que propõe a interpretação das escrituras sagradas para o catolicismo a partir de uma perspectiva de base marxista. Nesta filiação hermenêutica, Jesus Cristo aparece como um libertador dos povos e a determinação humana deve ser a construção da justiça social.

estímulo ao empreendedorismo, mas também por meio de um repertório de valorização das pautas de costumes, consideradas urgentes para a defesa de um modelo familiar calcado na centralidade patriarcal. Nesta configuração, ainda que as mulheres sejam aquelas “sábias” responsáveis pela estabilidade emocional do lar, ainda que sejam ativas no mercado de trabalho, nem elas, nem filhos gozam de plena autonomia. A autoridade a ser preservada é masculina, o que remonta, no limite, a um padrão sádico; tal como apresentado na obra de Freyre (VITAL DA CUNHA *et alli*, 2017).

Esta agenda conservadora conquista parcelas significativas da população. O discurso destes atores identificados como conservadores baseia-se, em parte, em uma cruzada contra a corrupção. Nesta luta, o problema se reduz a uma questão moral. A perversidade sistêmica do capitalismo é ignorada. A lógica da moralidade e do punitivismo encontra guarida em um repertório dogmático próprio. Políticos, líderes religiosos e de opinião unem-se nestas fileiras contra um inimigo comum, por razões naturais ou oportunistas. Os elementos presentes no imaginário político-social encontram afinidade com o discurso do eleitor liberal-conservador-religioso (VITAL DA CUNHA *et alli*, 2017).

Em 2014, as eleições presidenciais deixaram marcas acentuadas e o retrato de um país cindido — enquanto o imaginário evangélico foi intensamente disputado para fins eleitorais. Em 2016, uma conflagração política aguda terminou por levar ao *impeachment* da presidenta eleita. A economia se retraiu, o desemprego recrudescceu significativamente, escândalos de corrupção tornaram-se matéria-prima do cotidiano, sendo apresentados ao grande público todos os dias nos jornais, enquanto representantes do judiciário também se tornaram personalidades midiáticas. Uma crise moral severa se abateu sobre o país. Conforme analisa Carlos Savio (2017), este momento reflete “um antigo e persistente problema de desidentificação nacional, a ausência de um forte sentimento de pertencimento coletivo”⁴. O elemento religioso tomou lugar central no desenrolar dos acontecimentos. O processo de *impeachment* foi protagonizado por Eduardo Cunha (MDB⁵), então presidente da Câmara Federal, frequentador da Igreja Assembleia de Deus e membro da bancada evangélica⁶. No dia D em plenário, quando os deputados votaram “em nome de Deus e da família” pelo

⁴ Ver artigo do professor Carlos Savio Teixeira, chefe do Departamento de Ciência Política da UFF: “Um desafio para o pensamento: a crise brasileira e sua superação”, publicado na Coluna Anpof em 02 de agosto de 2017: <http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/1236-um-desafio-para-o-pensamento-a-crise-brasileira-e-sua-superacao> Acesso em 20 de agosto de 2017.

⁵ agora MDB.

⁶ “Bancada evangélica” é um termo genérico adotado pelos grandes jornais, que revela a existência de um grupo de parlamentares unidos por valores religiosos, cujo perfil é heterogêneo no que se refere à estrutura partidária e representação territorial. Podemos afirmar que este grupo formou-se por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, mas foi de fato institucionalizado a partir de 2003.

impedimento de Dilma Rousseff (PT), discursivamente o alvo era a esquerda e tudo o que esta representa, embora isto encobrisse a autodefesa do sistema político diante do avanço de investigações sobre corrupção e da inabilidade da presidenta eleita em compor e conciliar com determinados grupos.

Diante deste cenário, creio que a conjuntura para o desenvolvimento desta pesquisa no Rio de Janeiro, cujo empreendimento se iniciara antes do pleito de 2016, revelou-se uma oportunidade-chave para reflexões sobre o fenômeno da ampliação da presença dos evangélicos na política e na mídia nacional. Na segunda metade daquele ano, estávamos diante de um quadro de disputa municipal que opunha, no segundo turno da campanha à Prefeitura, Marcelo Crivella (PRB), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a mais proeminente entre todas as igrejas evangélicas neopentecostais, e Marcelo Freixo (PSOL), representante do espectro de esquerda. O primeiro sagrou-se vencedor. Este quadro temporal e territorial pareceu-me estratégico para avaliar, de um ponto de vista privilegiado, o processo no qual uma disputa eleitoral rebateu e traduziu a tensão crescente no interior do conflito dialético estabelecido no contexto brasileiro ao longo das últimas décadas.

Fundada no Rio de Janeiro em 1977, a IURD sintetiza o neopentecostalismo, o ramo de maior alcance e visibilidade da religião evangélica. Possui atualmente templos em mais de 70 países e propaga um *plano de poder*⁷ inscrito na Teologia do Domínio, doutrina que rejeita as práticas solidárias da fé e prega a transformação radical do mundo por meio da eleição de elites dirigentes capazes de estabelecer a hegemonia cultural e materializar o projeto de nação construído por Deus para os hebreus. A IURD tem, no Rio de Janeiro, um grande laboratório para suas práticas expansionistas.

Por todos estes motivos expostos, e além das preocupações naturais sobre a viabilidade e o método da pesquisa, havia uma questão sempre em aberto sobre o tratamento a ser dado para as empresas jornalísticas dedicadas à cobertura da campanha, considerando a profunda editorialização de seus veículos. Subjacente à batalha eleitoral, a disputa pela narrativa da cidade-negócio⁸ também estava em jogo. O Rio de Janeiro que fora sede de dois megaeventos (Copa do Mundo, 2014, e Olimpíadas, 2016) havia sido transformado em um imenso canteiro de obras de infraestrutura executadas pela iniciativa privada e financiadas

⁷ Em 2008, Edir Macedo lançou um livro intitulado *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*, que descreve o “projeto de nação” apresentado por Deus em Gênesis e sugere a participação política dos cristãos com deferência aos princípios bíblicos.

⁸ Este termo é empregado pelos urbanistas Carlos Vainer (UFRJ), Ermínia Maricato (USP) e Raquel Rolnik (USP) para descrever o processo de empresariamento urbano e de ordenamento espacial e simbólico em torno do privado.

com recursos públicos. O Grupo Globo, sediado no Rio, a maior corporação da mídia no país e uma das vinte maiores do mundo⁹, foi um dos grandes beneficiários dos megaeventos promovidos pela aliança entre PT e MDB, partidos agora rompidos, mas outrora fiadores das candidaturas da cidade à sede destas duas grandes celebrações do esporte. O MDB, partido do então prefeito Eduardo Paes, facilitou contratos e parcerias de negócios entre investidores internos e externos, que renderam ao Grupo Globo vultosos ganhos em publicidade.

Nenhum grupo empresarial de mídia foi tão influente na história do Brasil quanto ainda é o Grupo Globo, que se consolidou na época da Ditadura Civil-Militar. Após a redemocratização, a TV seguiu na liderança absoluta de audiência, tendo sido seguida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) durante a década de 1990, e, mais tarde, pela RecordTV.

Desde 1989, a RecordTV é de propriedade do bispo Edir Macedo, fundador da IURD e tio de Crivella, e de sua esposa Ester Bezerra. Atualmente, a TV conta com 39 emissoras e 247 retransmissoras. Segundo o estudo *Media Ownership Monitor Brasil*¹⁰, projeto global criado e implementado pela Organização Não-Governamental Repórteres Sem Fronteiras e financiado pelo Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), o Grupo Record possui três redes de TV aberta, uma TV fechada, seis emissoras de rádio, sendo uma em Portugal, um jornal impresso com a nona maior tiragem do país (Correio do Povo), quatro portais nacionais (sendo o maior deles o Portal R7) e três portais regionais¹¹. Além destes, a IURD é também detentora dos jornais Folha Universal e Folhinha Universal (para o filão infantil). A Folha Universal, de distribuição gratuita, é o jornal impresso com maior circulação no país.

Não é exagero afirmar que Globo e IURD performam papéis de suma importância para o Brasil atual. No contexto carioca, isso se torna mais evidente. Refletir sobre o recente debate público brasileiro passa também por, necessariamente, indagar como se movem o Grupo Globo e Grupo Record neste tabuleiro de xadrez, e por conferir-lhes um enquadramento como atores munidos de vontade política. Todavia, na conjuntura atual essa perspectiva não é o bastante. Ao observar o comportamento das empresas de jornalismo na

⁹O conglomerado é composto pela Rede Globo, Jornal O Globo, G1, Jornal Extra, Rádio CBN, Globo.com, Agência O Globo, Som Livre, Globo Filmes, Globosat, Sistema Globo de Rádio, Valor Econômico, Infloglobo, Editora Globo, Globo Condé Nast e Grupo Zap Viva Real. A inexistência de regulação do setor permite que, no Brasil, não haja norma que restrinja a propriedade cruzada dos grupos empresariais de mídia, limite em vigor em países como Estados Unidos e Inglaterra. Segundo o ranking anual da consultoria Zenith Media (EUA), em 2017 o Grupo Globo estava na 19ª posição entre as empresas de mídia com maior faturamento no mundo.

¹⁰ Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br>. Acesso em outubro de 2017.

¹¹ Alguns destes veículos são: Rede Aleluia (rádio), Portal Universal, Portal EBI Universal e WebTV Universal.

política brasileira, é primordial interrogar-se sobre o impacto das mídias sociais digitais na difusão de contranarrativas. A questão está longe de ser encerrada e é preciso vislumbrar os imbricamentos desta realidade mediada no que tange à própria democracia.

As novas tecnologias produzem novos impasses, que se apresentam de forma escancarada: enquanto a editorialização jornalística consequente das disputas político-econômicas torna-se cada vez mais indisfarçável, ocorre também uma pulverização de produtores de conteúdo ligados aos mais diversos interesses. É neste contexto que a crescente reprodutibilidade de *fake news* se torna problema de dimensão considerável. Apresentado como um fenômeno das mídias digitais e popularizado após a eleição de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos, o termo diz respeito à produção e reprodução de notícias falsas, intencionalmente imprecisas ou manipuladas, de cunho geralmente político, que tem como objetivo claro o favorecimento de determinado ator e/ou o combate a algum alvo.

Todo este quadro certamente levará anos, talvez décadas, para ser compreendido. O processo histórico é implacável e por vezes enigmático. Neste esforço, proponho aqui uma contribuição para que, no futuro, possamos entender com maior acuidade a interação entre os evangélicos — como eleitores e como sujeitos reflexivos — e as transformações em curso, privilegiando um olhar mais detido sobre os empreendimentos da IURD no campo midiático e as tensões explicitadas nas ações de seus concorrentes no segmento, em especial o Grupo Globo. Por isso, estou especialmente interessada em compreender o processo de publicização do discurso religioso e seus rebatimentos nas mídias tradicionais e nas mídias sociais digitais. A reflexão proposta está ancorada nos estudos de antropologia da religião, mídia e cultura, com importantes contribuições de teóricos da sociologia e da política.

Assim, a proposta desta dissertação é descrever e analisar as estratégias acionadas para influenciar o debate público durante o segundo turno da campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, considerando como atores políticos as lideranças clericais evangélicas, personalidades midiáticas evangélicas e empresas de jornalismo do Grupo Globo, engajadas no debate. O que vimos, lemos, vivemos e ouvimos naqueles dias será revisitado neste percurso de pesquisa, ao longo do qual será necessário vislumbrar o lugar dos atores como instrumentos de processamento de estratégias de poder, pois todos os sujeitos engajados na disputa eleitoral performaram ações e discursos em função da construção de uma realidade mediada. Assim, a motivação das empresas de mídia em influenciar o debate pode ser entendida como um elemento diferente dos demais, porque ocupa o espaço do jornalismo, porém também faz parte de um mesmo jogo de ocultações e revelações de identidades e significados, alicerçado sobre interesses políticos e econômicos.

No âmbito metodológico, desenvolvi este trabalho a partir da coleta de fontes de bibliográficas e da reunião de vasto material empírico proveniente de notícias de jornais, de peças de comunicação da campanha de Crivella, de uma entrevista realizada com um profissional envolvido no planejamento estratégico da propaganda eleitoral e de arquivos de vídeo e imagem utilizados durante aquele período.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro dedica-se a uma recuperação histórica da trajetória neopentecostal na vida pública brasileira. Em três subcapítulos, discuto a gênese do movimento no Brasil, caracterizando os antecedentes temporais desde o início do século XX até o reposicionamento da identidade neopentecostal e de sua influência na sociedade brasileira, bem como a dinâmica relacional entre a conversão massiva e a urbanização acelerada. Por fim, apresento os marcos mais gerais da formação e consolidação da IURD no campo religioso brasileiro. Como aporte teórico, busquei referências nos estudos de Paul Freston, Ricardo Mariano, Pierre Bourdieu, Christina Vital da Cunha e Edlaine Gomes.

No segundo capítulo, analiso o material empírico coletado durante o segundo turno da campanha de 2016, na qual concorreram Marcelo Crivella e Marcelo Freixo. No intuito de flagrar interações discursivas e circuitos narrativos, este capítulo encontra-se subdividido em quatro partes, que descrevem os antecedentes históricos da incursão neopentecostal na política brasileira, os esforços e estratégias de comunicação da campanha de Crivella, e as relações de reação e reciprocidade entre esta e a cobertura jornalística no período, em especial dos veículos do Grupo Globo. No último subcapítulo, tematizo as críticas e abordagens narrativas sobre a delicada relação entre a esquerda partidária, o jornalismo hegemônico e as fileiras neopentecostais. As contribuições de Ari Oro, Magali Cunha e Bruna Suruagy Dantas foram fundamentais para este desenvolvimento.

O terceiro e último capítulo, dividido em duas partes, promove uma reflexão acerca da emergência de um ambiente de pós-verdade e sua influência para o contexto da campanha eleitoral, enfatizando também o desafio da construção de um percurso interdisciplinar para a avaliação do fenômeno de entrelaçamento entre religião, política e mídia. Destaco, neste capítulo, as reflexões de Muniz Sodré acerca do bios midiático como principal referencial teórico.

CAPÍTULO 1

NEOPENTECOSTALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO: TENSÕES E REBATIMENTOS HISTÓRICOS

“Se Deus, pelo Seu Espírito, me revelou o plano da salvação e do Salvador Jesus Cristo, foi para que eu tomasse essa revelação e a espalhasse, o mais rápido possível, pelos quatro cantos da Terra, a fim de que aqueles que estão nas trevas possam ver a Luz, da mesma forma como aconteceu conosco”.
Edir Macedo

Este capítulo busca recuperar historicamente os marcos sociais mais gerais da expansão da presença evangélica na esfera pública brasileira e fornecer bases contextuais para a discussão sobre os processos relacionais entre religião, política e mídia na atualidade. Antes de mobilizar esforços para a análise das ações, estratégias e discursos em torno do pleito de 2016, creio ser fundamental circunscrever tais agenciamentos políticos em seus respectivos panoramas históricos.

Para produzir estes enquadramentos, serão apresentados três subcapítulos expositivos. O primeiro tem como objetivo delinear a formação do Movimento Pentecostal contemporâneo, destacando seus processos de constituição e sua crescente importância como fenômeno da antropologia da religião. Paul Freston (1993; 1994) e Ricardo Mariano (1995; 1999) são os principais referenciais teóricos.

No segundo subcapítulo, dedico-me a produzir uma reflexão ampliada sobre o papel do território na construção da experiência religiosa subjetivada. Assim, tematizo a inculturação urbana presente no processo de consolidação neopentecostal, com o intuito de delinear a formação de circuitos de apoio mútuo, apoiando-me nas análises de Pierre Bourdieu (1989; 2008; 2013) e Christina Vital da Cunha (2009; 2015).

O terceiro e último subcapítulo desta seção enseja produzir uma recuperação histórica das controvérsias associadas à identidade da Igreja Universal do Reino de Deus, destacando suas conquistas territoriais e os escândalos midiáticos que marcam sua presença no espaço público. Este subcapítulo abrange uma descrição cronológica dos fatos públicos mais importantes envolvendo a Igreja Universal do Reino de Deus — IURD. Sua formulação foi possível por meio das importantes contribuições de Edlaine Gomes (1998; 2011) e Maria Lucia Montes (2012), além da coleta de material empírico junto a fontes jornalísticas e veículos institucionais da IURD.

Dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o crescimento dos adeptos da religião evangélica no Brasil, ao mesmo tempo em que apontam a redução do catolicismo. Naquele ano, havia 42,2 milhões de evangélicos no país. O ritmo de crescimento é acentuado. Um em cada cinco brasileiros declara-se seguidor de uma entre as centenas de igrejas destas múltiplas denominações.

Em 1940, o segmento evangélico respondia por 2,6% do total de declarantes; em 1970, atingiu 5,8%. Em 1980, o percentual era 6,6% do total; em 1991, 9,0%; e em 2000, 15,4%; chegando finalmente a 22,2% em 2010. O último Censo também registrou, pela primeira vez desde que foi instituído, que o número de católicos diminuiu no país. Em média, a Igreja Católica perdeu 465 fiéis por dia entre 2000 e 2010, enquanto os pastores evangélicos ganharam 4.383 fiéis por dia no mesmo período. Os dados do IBGE demarcam claras diferenças demográficas entre os católicos e os evangélicos brasileiros: enquanto a maioria da população católica encontra-se nas áreas rurais, o perfil evangélico é mais presente nas áreas mais urbanizadas do país, em especial na região Sudeste. Embora ainda preponderante, o catolicismo romano tem perdido sua centralidade, tendo sido deslocado de “religião dos brasileiros” para o lugar de “religião da maioria dos brasileiros” (Faustino TEIXEIRA, 2014).

O fenômeno sociocultural de conversão massiva a uma prática religiosa em pouco mais de duas décadas não guarda precedentes no Brasil e é mesmo raro em todo o mundo. O país é, hoje, um dos centros mundiais do evangelicalismo (Paul FRESTON, 2005; 2009; 2010). Contudo, há que se destacar que o caso brasileiro não é isolado, ilustrando uma expansão acelerada que tem alcançado territórios de diversos países do Sul Global, com mais força na África, na América Latina e no sudeste asiático.

Esta explosão demográfica do pertencimento à crença evangélica concerne, especialmente, a um ramo específico da religião: o neopentecostalismo. No contexto latino-americano, o Brasil é a nação onde o neopentecostalismo progrediu com mais sucesso.

Com base nos dados de 2010, os pentecostais envolvem hoje cerca de 13,3% da população brasileira, ou seja, 25,3 milhões de adeptos. Entre 1991 e 2010, os pentecostais tiveram um crescimento espantoso, passando de pouco mais de oito milhões para mais de 25 milhões, num ritmo superior ao da população brasileira, e abarcando quase a totalidade do território nacional. (TEIXEIRA, 2014, p. 38).

Naquele período, os neopentecostais já representavam mais de dois terços do total de evangélicos declarados, 67% de todo o panorama evangélico brasileiro. Mas o movimento

também germinou com força na Colômbia, no Peru, na Guatemala, na Venezuela, na República Dominicana e no México, conforme podemos observar em estatísticas internacionais como a Pew Research¹². Edir Macedo, líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, pode ser comparado, no caso colombiano, à María Piraquive, ex-costureira de um bairro operário de Bogotá, que fundou em 1972 a Igreja de Deus Ministerial de Jesus Cristo Internacional. Hoje, Piraquive lidera um partido político e sua igreja tem sede em 50 países e mais de mil templos. Em 2016, sua influência foi decisiva para a recusa ao acordo de paz entre o Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O plebiscito que poderia dar fim ao conflito que já se estende por três décadas sofreu forte oposição da Confederação Evangélica da Colômbia, sob o argumento de que o acordo ameaçaria a “família tradicional”. No Brasil, são igrejas proeminentes do movimento neopentecostal a IURD¹³, principal ator evidenciado na análise deste trabalho, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Comunidade da Graça, a Sara Nossa Terra, a Igreja Renascer em Cristo, a Igreja Batista da Lagoinha e a Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras. É importante considerar, todavia, o argumento de Flávio Pierucci (2002), para quem os pastores e bispos “conseguem convencer que são em número maior do que na realidade são”, em virtude do forte apelo de seus líderes junto aos meios de comunicação.

Para examinar com maior acuidade as transformações em curso, é necessário ter em mente que a referência predominante sobre o que é “ser evangélico” no Brasil se dá em oposição ao cristianismo católico romano. O segmento abarca o pentecostalismo e as *igrejas de missão*, também conhecidas como parte do protestantismo histórico: Presbiteriana, Luterana, Anglicana, Batista, Metodista, Congregacional e Adventista. Em suma, os evangélicos são o conjunto de cristãos não-católicos e não-ortodoxos herdeiros da Reforma Protestante e das missões de evangelização (MAFRA, 2001). Tomando a Reforma como marco histórico fundamental, é importante compreendê-la como um movimento de caráter libertário, cujos desdobramentos redundam no nascimento de uma matriz dogmática que deu suporte ao desenvolvimento de centenas de denominações religiosas, entre as quais o ramo neopentecostal é o mais visível atualmente. Neste capítulo, discutiremos suas bases doutrinárias e suas representações políticas como um movimento contemporâneo.

¹² Conforme podemos observar no relatório “*Religion in Latin America: widespread change in a Historically catholic region*” produzido em 2014 pelo *Pew Research Center – numbers, facts and trends shaping the world*.

¹³ Em edição de 11 de junho de 1995 da *Folha Universal*, a IURD seapresenta como neopentecostal – “parte de um ramo do pentecostalismo”.

1.1 O Movimento Neopentecostal: gênese e identidade

O pensamento fundante do pentecostalismo foi influenciado pela Doutrina da Perfeição Cristã, preconizada pelo pastor anglicano John Wesley em fins do século XVIII, na Inglaterra. Wesley viria se tornar o fundador do metodismo, e sua doutrina afirmava que ao cristão era possível viver em santidade (ou “perfeição”), e não mais pecar, desde que a vida terrena se mantivesse em estado de graça, em alerta contínuo contra as tentações do mundo. Passados duzentos anos da pregação de Wesley, são muitas as evidências de correlação entre o metodismo e o pentecostalismo clássico, notadamente propagado pelas Assembléias de Deus. O historiador e teólogo cubano Justo L. Gonzáles (2003), por exemplo, assevera que o pentecostalismo e, mais precisamente, sua versão latino-americana, é diretamente herdeira de Wesley, de quem adveio a teologia da ‘segunda benção’, uma experiência que traz força espiritual por meio do batismo com o Espírito Santo. Contudo, o movimento pentecostal não tem apenas uma origem: entre suas influências ricas e diversas também é possível afirmar que uma das mais férteis foi o avivamento *Holiness*, ocorrido durante a segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos. Surgido no coração do metodismo, este episódio é como precursor imediato ao surgimento do pentecostalismo.

Naquele século, o fenômeno dos “avivamentos”, episódios de conversão em massa, atraiu milhares de novos fiéis e convidou-os a uma vida espiritual mais fervorosa. Até os dias atuais, as campanhas evangelísticas são muito presentes na vida religiosa dos Estados Unidos, mas, naquele contexto em especial, a proposta encontrava um terreno fértil, no qual multidões ansiavam por uma vivência religiosa mais compatível com a realidade do contexto social e mais independente das estruturas rígidas do pietismo. Uma grande ambiguidade surgiria a partir de então, relacionada ao caráter de ruptura e, ao mesmo tempo, às exigências por continuidade expressas nas demandas por institucionalização do movimento. A historicidade destes processos está na base da narrativa das igrejas pentecostais. Nesta subseção concentro-me em descrever como o pentecostalismo e sua modalidade mais atual, o neopentecostalismo, espalhou-se no Brasil.

Até meados da década de 1990 a literatura acadêmica brasileira não havia estabelecido consensualmente o termo “neopentecostal” para referir-se a um nicho evangélico cujo traço mais evidente era estar engajado em um embate às religiões afro-brasileiras e seus

símbolos. A introdução desta agenda de pesquisa nas ciências sociais foi motivada por uma discussão oriunda das manchetes jornalísticas, nas quais determinados setores da imprensa continuamente chamavam a atenção para as faces do conflito entre igrejas evangélicas e cultos afro-brasileiros, noticiando casos de evidente beligerância. À época, a posição da Igreja Universal do Reino de Deus e seu crescimento em diferentes âmbitos da vida pública já chamavam a atenção na paisagem religiosa brasileira.

Em um primeiro momento, os pesquisadores dedicaram-se a uma abordagem na qual procuravam analisar comparativamente a sustentação teológica dos universos religiosos de pentecostais e religiões afro-brasileiras. Em seguida, a produção acadêmica evoluiu para uma investigação mais aprofundada das bases de sustentação do pentecostalismo, sistematizando os elementos que traduziam sua presença na vida social, tais quais os símbolos, rituais e teologias, com destaque para a *Batalha Espiritual*. Por fim, a investigação do conflito passou a buscar responder como operam as relações de ambiguidades e antagonismos entre as religiões afro-brasileiras e as igrejas neopentecostais, enfatizando modalidades de reação do primeiro segmento às ofensivas sofridas (BORTOLETO, 2014). Foi sobre esta última abordagem, por exemplo, que se construiu a noção de “intolerância religiosa”¹⁴.

Este percurso foi necessário para o estabelecimento de um consenso em torno da designação do neopentecostalismo. Com a ampliação de uso do termo, foram superados outros usos, como “novas igrejas evangélicas”, “novas igrejas pentecostais”, “igrejas da teologia plena” e “igrejas eletrônicas” (esta última uma alusão ao uso de meios de comunicação massivos para o proselitismo religioso)¹⁵. O termo neopentecostalismo identifica de forma mais precisa as igrejas baseadas na Teologia da Prosperidade e do Domínio.

A contribuição de Paul Freston (1993; 1994) para a produção de um alinhamento conceitual foi decisiva, embora ele não tenha chegado a introduzir o uso do termo. Segundo este autor, o atual pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como o produto da sucessão de três ondas de formação de novas igrejas. Esta tipologia não é restritiva, e serve

¹⁴ Ver também Miranda (2012) sobre o contexto de surgimento deste termo na agenda pública.

¹⁵ Freston (1994) argumenta que este termo não é apropriado ao contexto do surgimento e consolidação da IURD no Brasil: “Há muita diferença entre os ‘ministérios’ independentes dos *televangelistas* norte-americanos e as produções televisivas da Universal, menos personalistas e totalmente integradas numa estratégia eclesialística” (FRESTON, 1994, p. 132 - grifo no original). Já a designação “igrejas da teologia plena”, também em desuso, aludia ao conjunto de igrejas que hoje são classificadas como neopentecostais, de acordo com seguinte declaração dada por Edir Macedo: “já vivemos a pregação protestante com Lutero, a avivalista com João Wesley e agora temos que sair da mera pregação carismática para a pregação plena” (MACEDO, 1988, p. 118).

mais a uma compreensão sociológica da questão do que à formulação de categorias excludentes. Assim, elementos das diferentes ondas se combinam de diferentes formas.

A primeira onda remonta ao início do século XX, com a chegada ao Brasil da Congregação Cristã (1910), em São Paulo, e da Assembléia de Deus (1911), no Pará. Apesar do grande êxito inicial da Congregação, ao longo dos 40 anos seguintes foi a Assembléia de Deus que mais se expandiu, chegando a estabelecer certa hegemonia territorial do campo protestante em estados do Norte e Nordeste do Brasil, enquanto a Congregação tinha dificuldade de irradiar-se para fora do eixo Rio-São Paulo.

O aspecto teológico característico da primeira onda, ou do pentecostalismo clássico, é a ênfase no batismo com o *Espírito Santo*, que certifica a pureza da experiência por meio do dom da *glossolalia*, a crença na inspiração de Pentecostes, um milagre bíblico que relata um transe que se expressa por meio da fala em *línguas*. No mesmo ordenamento dogmático há a crença na volta iminente de Cristo e a projeção de que no paraíso será oferecida a recompensa a uma vivência ascética. Tal cosmovisão requer a abstinência radical dos prazeres terrenos. Assim, os fiéis renunciam ao consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e roupas que possam suscitar qualquer desejo ou vaidade. Estas igrejas eram “compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela igreja Católica” (MARIANO, 1999, p. 29).

A segunda onda é fruto de uma fragmentação do campo evangélico, que teve início com a chegada ao Brasil de missionários evangélicos norte-americanos¹⁶ da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, cuja fundação no país ocorreu em São Paulo, em 1951. Dezenas de novas igrejas foram fundadas nesta e na década seguinte, dentre as quais se destacam a Igreja Brasil para Cristo (1955, São Paulo), a Igreja Deus é Amor (1962, São Paulo) e a Igreja Casa da Benção (1964, Minas Gerais). Esta reconfiguração é fruto de uma certa emancipação das organizações estrangeiras, com o florescimento de um movimento autóctone. A sustentação teológica que caracteriza esta segunda onda é a ênfase na *cura*. A crença incondicional no agir de Deus é parte dessa estrutura dogmática. A perspectiva de cura é, por exemplo, determinante para que em casos de enfermidade, pentecostais optem primeiro pela oração antes de buscar auxílio médico. Diversos problemas vividos em diferentes dimensões da vida são explicados como decorrentes da existência de feridas da alma, que são passíveis de cura por meio dos *rituais de libertação*. A Igreja do Evangelho Quadrangular inovou ao aproximar-se, pela primeira vez no movimento evangélico brasileiro, dos meios de

¹⁶ Raymond Boatright e Harold Edwin Williams lideraram um dos primeiros avivamentos do meio evangélico brasileiro.

comunicação de massa. As mensagens de cura divina passaram a ser difundidas em programas de rádio e televisão e os cultos passaram a percorrer locações itinerantes ou serem promovidos em espaços públicos, tais quais ginásios esportivos, teatros, cinemas e tendas de lona instaladas em praças.

A partir da segunda metade da década de 1970 teve início no Rio de Janeiro a terceira onda, a neopentecostal, cuja base teológica evoca a *libertação* pelo exorcismo, instrumento que expurga supostamente as possessões malignas originárias dos cultos mediúnicos. As igrejas pertencentes a este terceiro grupo conservam dogmas centrais da primeira e segunda onda (como a crença no dom de línguas e no dom da cura), mas sua ênfase recai sobre a “exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos” (MARIANO, 1999, p. 36).

O neopentecostalismo caracteriza-se por representar igrejas de unidades autônomas e auto-sustentadas, que fazem evangelização de massa nos meios de comunicação e progridem principalmente entre as classes menos favorecidas pregando a cura divina, a prosperidade financeira, a libertação dos demônios e o poder sobrenatural da fé.

Mas quem são, e afinal, o que querem os neopentecostais? Essa é, sem dúvida, a pergunta do milhão, que vem exaustivamente sendo feita por pesquisadores da antropologia da religião, da sociologia e da ciência política. Não ousarei tentar respondê-la, mas considero que a esta altura do desenvolvimento deste trabalho é importante enfatizar aspectos que compõem a identidade do movimento, entre os quais aqueles concernentes à sua formação.

Nas periferias das metrópoles, o neopentecostalismo prosperou à medida em que promoveu acomodações à sociedade. Hábitos ascéticos e traços sectários foram, aos poucos, dando lugar a cultos embalados por louvores influenciados pela sonoridade do rock, do pop, do samba, do funk. Atividades de lazer aos sábados passaram a constituir-se parte da programação voltada para os jovens fiéis. Práticas de embelezamento feminino, outrora banidas, passaram a ser estimuladas. Adaptadas à dinâmica do cotidiano nas cidades, estas igrejas flexibilizaram seus horários, o que permitiu que trabalhadores que precisam se locomover por transporte público tivessem tempo de participar de cultos que começam às 21 horas. Este processo de inculturação urbana deixou para trás a identificação dos evangélicos como parte de uma subcultura minoritária de um subcontinente majoritariamente católico. Tais idiossincrasias promoveram uma inflexão significativa na eclesialidade protestante, historicamente associada a um *ethos* de disciplina e isolamento.

Com líderes fortes e avessa a ecumenismos, as comunidades neopentecostais apresentam-se unidas em torno da guerra espiritual contra os demônios. Nas práticas e cultos,

os pastores miram seus canhões contra as religiões mediúnicas e de matriz africana. A epopeia na qual se lançam para combater com o Diabo é expressa na forma da exacerbação emocional, em momentos de catarse individual e coletiva¹⁷. A dualidade entre razão e emoção provoca tensão no interior de toda religião, conflito que tende a ser ampliado quanto maior for o carisma e a autoridade do líder. “Para o neopentecostalismo, usar a razão significa descrer da ação de Deus e do Espírito Santo” (SILVA-JUNIOR, 2010, p. 54).

Outro forte elemento da identidade neopentecostal é a pregação da Teologia da Prosperidade, originária dos Estados Unidos e trazida ao Brasil durante os anos 70, segundo a qual a efetivação de ofertas para a Igreja é obrigação do fiel. Não fazê-lo, ou recusar-se a comprometer-se com o dízimo recomendado pela Bíblia, é “roubar para si” uma parte pertencente a Deus. Afiançada pela Igreja, a barganha entre humano e divino é chancelada pela crença de que ao fiel é legítimo buscar resultados, orar pela fortuna, enriquecer ou obter o aval divino para seu progresso material.

Com o neopentecostalismo, portanto, a velha “mensagem da cruz”, discurso teológico que pregava o sofrimento terreno do cristão, caiu por terra e, sem qualquer compadecimento, foi sumariamente soterrado. Daí que, no cotidiano dos cultos e na vasta programação de rádio e TV dos neopentecostais, conhecer Jesus, ter um encontro com Ele e a Ele obedecer constituem, acima de tudo, meios infalíveis para o converso se dar bem nesta vida. Nos templos e na mídia, Cristo é propagandeado como panaceia para todos os males terrenos. Haja vista que a tarefa primordial desse Deus, razão pela qual o Todo-Poderoso é tão assediado por seus tão dedicados servos, é a de protegê-los e abençoá-los pronta e abundantemente em todos os campos da vida. Seus cultos, evangelísticos ou não, praticamente batem só nesta tecla. Funcionam como prontos-socorros espirituais e como tais são procurados (MARIANO, 1999, p. 9).

A aspiração por bens materiais (pela conquista ou manutenção deles) se relaciona a uma cosmovisão segundo a qual a bênção financeira é o desejo de Deus para os cristãos, e o caminho para obtê-la é o exercício da fé por meio da oração e da obediência aos princípios bíblicos, assim como por meio das doações para os ministérios eclesiásticos. Tendo como base doutrinária a crença no mecanismo de recompensa, esta perspectiva tem profunda consonância com o *zeitgeist*¹⁸ neoliberal e a IURD é ilustrativa de sua difusão.

A crença no mecanismo de recompensa não é uma novidade na história da fé cristã. Max Weber distinguia os tipos de ascetismos entre extramundanos e intramundanos. Na experiência religiosa oferecida pelo primeiro grupo, a possibilidade da vitória, do êxito e da

¹⁷O surgimento de todas estas novidades — a superação das restrições de vestuário, o embelezamento feminino, o mercado da cultura *gospel*, a promoção de atividades de lazer e a publicização da emoção em detrimento da disciplina — levou Paulo Siepierski (1997) a propor a adoção do termo pós-pentecostalismo, que seria mais adequado às rupturas demarcadas pela terceira onda.

¹⁸ Espírito do tempo, em alemão.

felicidade remete-se ao mundo pós-morte. Contudo, o sujeito — em sua dimensão humana e individual —, quer ter a possibilidade de encontrar o bem-estar material e espiritual em vida, quer poder vivenciá-lo, quer no agora a experiência prometida para o além-túmulo¹⁹. Este autor assevera que a ascese intramundana, característica do protestantismo, foi decisiva no contexto de florescimento do capitalismo ocidental. Na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, ele examinou as relações entre a ética racional da ascese protestante e o amor fraterno, expresso não em benefício da carne, e sim no cumprimento das tarefas diárias, sinal de obediência e de respeito ao trabalho. Para a combinação de circunstâncias que promoveram o “espírito da moderna vida econômica”, a centralidade do trabalho desempenhado com o objetivo de glorificar a Deus amalgamou o modo social. Todavia,

este ascetismo secular do protestantismo opunha-se (...), poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição dos bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia do lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou diretamente desejada por Deus. A luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais era não uma campanha contra o enriquecimento mas contra o uso irracional da riqueza (WEBER, 2005, p. 81)

A Teologia da Prosperidade desordena esta lógica, atribuindo a pobreza à enfermidade da alma e à persistência do Diabo. A única maneira de afastar tais calamidades dando para receber (MARIANO, 1999), pois Deus regozija-se do compromisso com o homem e recompensa-o pela entrega de suas posses materiais, que serão empregados na consecução de seus planos de expansão da fé. Em artigo publicado em 2015 na Revista Ultimato²⁰, Paul e Raphael Freston advogam por uma “teologia da prosperidade à moda patrística”. Dizem os autores que os teólogos cristãos dos primeiros séculos do catolicismo, os chamados “patrísticos”, tinham um conceito parecido em um contexto também muito similar ao atual, tempo de grandes disputas religiosas e de enormes fossos sociais.

Consideremos primeiro João Crisóstomo, grande pregador em Antioquia e em Constantinopla no final do século 4º e início do século 5º. Ele diz: “Como vocês não fizeram as ofertas costumeiras (...) os ricos detêm os bens dos pobres (...) Pois o nosso dinheiro é do Senhor, não importa como o tenhamos obtido. Se suprimos a falta dos necessitados, obteremos grande abundância”. De modo semelhante, Basílio, grande líder da igreja na região da Capadócia no século 4º, afirma que, quando damos aos pobres, estamos somente emprestando, pois a beneficência de Deus nos recompensa. “Não desejas que o Altíssimo esteja obrigado a te recompensar?” —

¹⁹A Teologia da Libertação católica não resolveu esse impasse, ainda que fale deste mundo. Fortemente alicerçada em uma perspectiva de justiça social, admite a possibilidade da vida plena neste mundo, mas apenas se efetivada por meio de longo e profundo processo de transformação social.

²⁰ Disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/356/a-teologia-da-prosperidade-a-moda-patristica>. Acesso em 07 de março de 2018.

diz Basílio. Em outras palavras, esses líderes cristãos do século 4º acreditavam no mesmo mecanismo de recompensa pregado hoje: dá a Deus e ele com certeza te recompensará muitas vezes mais (FREESTON, P., FREESTON, R, 2015).

Contudo, há uma grande diferença para a Teologia da Prosperidade tal qual a conhecemos hoje: “dar a Deus”, na perspectiva de Crisóstomo e Basílio, não se equivaleria a “dar à igreja” ou “ao pregador”, e sim “aos necessitados”. E “não dar” significava roubar dos pobres, não da igreja ou do pregador. Este uso do mecanismo de recompensa associado a uma prática social benéfica também foi alvo do escrutínio teológico, com observações sobre o gozo intramundano. A interpretação feita pelo bispo Ambrósio de Milão (386 d.C.) sobre o capítulo 9, versículos 23-27 do livro de Lucas revela certa preocupação: “O nosso Senhor, ao mesmo tempo em que nos ensina a desprezar as coisas do mundo, também condescende à fraqueza da mente humana por meio de uma recompensa no presente (...). Mesmo a virtude mais elevada raramente troca coisas presentes por coisas futuras”.

No século XX, a modulação de novas interpretações dos paradigmas protestantes proveu recursos para diversas acomodações ao *ethos* do capitalismo. Não por acaso, Mariano (1999) e Oro (1993) consideram o triunfo neopentecostal o fenômeno mais revolucionário e expressivo do cristianismo dos últimos cem anos. Durante a década de 1930, surgiu nos Estados Unidos o *Milenarismo*, doutrina que condicionava os atos da fé a uma perspectiva de espera do juízo final, e que pode ser dividida em duas formas de manifestação; o *pós-milenarismo* (anterior) e o *pré-milenarismo* (posterior). O *pós* consistia na crença de que se os fiéis adotassem uma ética solidária durante mil anos, o juízo final aconteceria ao fim deste período, com a volta de Jesus Cristo, que os honraria pelo altruísmo, pela ajuda mútua, pela devoção e pela filantropia. Jimmy Carter, presidente dos EUA na década de 70, e Billy Graham, pastor de grande projeção e seu conselheiro espiritual, foram parte do grupo chamado *Evangelicals*, que partilhava desta perspectiva.

Considerado utópico por muitos, o *pós-milenarismo* foi sendo paulatinamente substituído pelo *pré-milenarismo*. No contexto entreguerras e mediante as consequências da Crise de 29²¹, os fiéis mostraram-se aderentes a uma crença que preconizava que a ruína precede a segunda vinda de Jesus Cristo; não cabendo aos cristãos, portanto, melhorar a situação mundo, pois “a decadência faz parte dos planos de Deus”. Assim, no juízo final as

²¹ A Crise de 29, também conhecida como Grande Depressão, foi uma recessão econômica que afetou os Estados Unidos e teve início com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929, prolongando-se até a Segunda Guerra Mundial. A Crise é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, e afetou não apenas os EUA, mas diversos países com os quais este país transacionava comercialmente. Durante a recessão, os países enfrentaram altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto, falência de indústrias e preços de ações em queda constante.

honrarias caberiam aos *eleitos*, que subiriam ao Reino dos Céus e retornariam à Terra, acompanhados de Jesus Cristo, para ao lado dele premiarem os fiéis e julgarem os descrentes. Na perspectiva *pré*, então, faz sentido apressar a ruína, recusar-se à filantropia, execrar políticas sociais.

Os males sociais são vistos como castigo aos infiéis, portanto; a pobreza dos hispânicos e dos negros (cujo atendimento era financiado pelos “laboriosos brancos”) só seria superada pela sua conversão (born again) . É neste contexto que se organiza a Maioria Moral, cujo objetivo era influenciar a política tendo em vista a recristianização da América. Esta influência é perseguida através da evangelização em massa, com uso intenso dos meios de comunicação(SOUZA e MAGALHÃES, 2002, p. 95).

O pré-milenarismo deu origem a uma corrente em pleno vigor nos dias atuais: a Teologia do Domínio²², também conhecida como Teologia do Reino, Reconstrucionismo ou *Kingdom Now*, postulada sobre três crenças básicas:

1. O domínio e a autoridade sobre a Terra foram dados ao homem por Deus. (“Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a”, Gênesis 1:28). A fraqueza humana, porém, se manifestou no pecado original, o que permitiu que Satanás usurpasse o controle;
2. A Igreja é o instrumento divino para retomar este domínio e por meio dela os crentes deverão exercer o controle das instituições;
3. Jesus não poderá voltar até que a Igreja tenha subjogado a Terra.

Para alcançar tal objetivo, é preciso formar as *elites do amanhã*, que serão capazes de transformar o mundo ocupando os espaços de poder das instituições, e cada um dos fiéis deve fazer de seu local de trabalho um ambiente onde deve ser possível exercer a liderança, dominar e ditar regras de acordo com os valores do reino de Deus. Assim, além de investirem nas mídias de massa, algumas igrejas neopentecostais têm também criado escolas e universidades, a exemplo da *Liberty University*, instalada na cidade de Lynchburg, na Virgínia, Estados Unidos. Em regime de internato, os estudantes têm aulas de disciplinas seculares e um ensino rigorosamente científico, que lhes será útil ao grande desafio futuro: liderar os Estados Unidos, resistir à sedução da modernidade e estabelecer a hegemonia cultural que sujeitará a Terra (SOUZA e MAGALHÃES, 2002).

²² No contexto brasileiro, a Teologia do Domínio se difundiu com adaptações, mas manteve-se fiel aos três postulados centrais. No Brasil, a IURD e a Igreja Batista da Lagoinha são suas mais destacadas porta-vozes. Mariano (1999) e Mariz (1999) foram os autores que mais investigaram o tema, embora não tenham esgotado a análise do objeto. Trabalhos mais atuais apenas tangenciam o conceito.

Para além do fabuloso contingente numérico que o neopentecostalismo atraiu, interessa-me também (e principalmente) a compreensão do processo por meio do qual este grupo se posicionou na esfera pública brasileira, produzindo uma visibilidade capaz de gerar a ressignificação da identidade evangélica no imaginário social, ocupando espaços estratégicos para o estabelecimento desta tão desejada hegemonia cultural.

Para alcançar um novo *status* de influência e poder, os neopentecostais empreenderam um movimento com diversos graus de investimento na ação política; espraiando-se nos âmbitos local, nacional e intercontinental. Os esforços foram distribuídos e capilares: ampliação da presença no poder legislativo e, posteriormente, no executivo; no judiciário; na saúde pública; nas universidades; a criação de missões de evangelização indígena; a construção de estruturas de assistência social e espaços de tratamento para dependentes químicos e a busca por legitimação para o exercício da “psicologia cristã”. Todos esses empreendimentos têm recebido o suporte de uma ofensiva midiática grandiloquente.

Edlaine Gomes (2011) destaca que a ubiquidade destes esforços e as reações de elites dominantes na política e na mídia brasileira foram decisivos para que da perspectiva mais difundida sobre a identidade neopentecostal advenha um perfil negativo de práticas e ritos dessas igrejas, ilustrado na relação com o dinheiro, com as demais crenças religiosas e, por fim, com a participação política. Assim, outros ramos da religião recentemente passaram a disputar novas narrativas para suas identidades, a fim de estabelecer marcos de diferenciação. Os neopentecostais promoveram uma mudança significativa, que tornou o termo “evangélico” um signo em questão. Atualmente, alguns grupos minoritários, especialmente das igrejas mais tradicionais, organizam diversos movimentos com os quais buscam estabelecer uma diferenciação e impedir que a homogeneização da identidade evangélica redunde em intolerância religiosa contra cristãos que não coadunam com as práticas e ritos dessas igrejas.

Todavia, a identidade neopentecostal é também frequentemente associada a narrativas imprecisas e reducionistas. A principal delas justifica o fortalecimento deste ramo como consequência direta da pobreza e da desigualdade social que grassam na América Latina. Não raro, esta tendência interpretativa formula teses que associam a expansão das igrejas neopentecostais a uma suposta estratégia do imperialismo norte-americano, parte de um “plano de dominação ideológica”. Sem dúvida, a exploração econômica por meio da instrumentalização da fé, o autoritarismo de muitas das lideranças neopentecostais e o fisiologismo político destas mesmas lideranças quando se lançam na política se constituem dados concretos da realidade, mas é preciso complexificar a análise do objeto. Dados empíricos colocam em evidência o caráter autóctone do movimento na América Latina. Além

disso, a superficialidade do argumento não explica o porquê, mesmo afligidos pela pobreza, os fiéis se comprometem com o dízimo, e nem por quais razões o neopentecostalismo tem crescido nas classes médias e altas. A resposta para estes questionamentos passa, entre outros pontos, pela dimensão do sagrado e da religião como fato social total²³, ponto de vista constantemente desprezado por estas análises.

Considerar esta abordagem nos permite conceber a religião como um elemento constitutivo da cultura, vivenciada como uma prática que organiza a relação entre a ação humana e a dimensão natural ou circunstancial da existência. A religião não é um discurso externo aos seus interlocutores, tampouco uma zona periférica da experiência humana. Sobre as denominações neopentecostais na América Latina, Magalhães e De Souza (2002, p. 7) alertam para o fato de que “considerá-las como fruto de mera manipulação ideológica é subtrair às camadas populares sua capacidade de discernimento, tanto quanto retirar-lhes o caráter de atores intervenientes em sua própria cultura”. Portanto, além de reducionista, este argumento é também elitista, calcado na premissa iluminista que considera a racionalidade a única base possível para a legitimação e articulação de um grupamento social representativo, relegando aos demais um lugar de anomia. Para compreender melhor o fenômeno neopentecostal e suas ambivalências, a subseção a seguir refletirá sobre aspectos sociopolíticos e territoriais de sua difusão.

1.2 A inculturação urbana e as redes religiosas

Nesta subseção, meu objetivo é examinar os elementos de subjetivação da fé e suas relações com a territorialidade. Como defende Giumbelli (2016), pesquisar e debater religião é uma forma de reconhecer intersecções, trazendo à baila outras dimensões da vida social. “Não se trata de usar a religião como pretexto para discutir outras coisas, mas sim de

²³ Esta é uma noção central da obra de Marcel Mauss, apresentada em *Ensaio sobre a dádiva*. “Existe aí [nas sociedades arcaicas] um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (Marcel Mauss, 2003, p. 187).

reconhecer que a religião é sempre concebida e experienciada na intersecção com essas ‘outras coisas’” (Giumbelli, 2016, p. 1).

Ao indagar-me sobre os processos geopolíticos e socioculturais paralelos à expansão neopentecostal das últimas décadas, uma questão se apresenta de forma muito clara: os imbricamentos entre religião e território. No nível da macropolítica global, as igrejas neopentecostais surgiram e se difundiram predominantemente nos países em desenvolvimento. No nível micro (das cidades e conurbações) o movimento se apresentou com maior força nas periferias e favelas. Isto não significa dizer que metrópoles como Londres ou Paris escapam ao fenômeno, mas que entre seus habitantes o neopentecostalismo conquistou mais adeptos em bairros populares, os “territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008), em geral guetos e setores de imigrantes árabes e latinos. Sabendo disto, é importante observar que, no caso brasileiro, as mais referenciadas literaturas sobre o crescimento urbano sequer tangenciam a dimensão religiosa, embora o desenvolvimento do neopentecostalismo no Brasil coincida com o processo de formação das metrópoles durante a segunda metade do século XX.

A demografia do crescimento neopentecostal em países do Sul Global — outrora chamados “terceiro mundistas” — parece sugerir que a ocorrência de precariedade social é definidora de maior ou menor adesão ao neopentecostalismo. Quem inaugura a interpretação sociológica que associa o neopentecostalismo às tensões geradas pelo processo de urbanização e à prevalência da pobreza é Francisco Catarxo Rolim (1985). A partir de então, este debate passa a ser vigoroso e presente na sociologia brasileira, dividindo a literatura sobre o tema em duas correntes interpretativas que produzem afastamentos e aproximações em torno dos instrumentos conceituais das teorias culturais e das reflexões sobre territorialidades. Segundo Florencio Galindo (1995),

sociologicamente se fala de pentecostalismo como da “religião dos pobres”. Com isso alude-se não só às pessoas que o iniciaram mas também ao fato de que entre os pobres a fé cristã costuma ser entendida e vivida de maneira diferente da das classes acomodadas. Os pobres não possuem livros, e mesmo que os tivessem não disporiam de tempo e de preparação para estudá-los. Isso leva a uma religião que dá pouca importância ao fator intelectual e muita ao emocional, aos sentimentos. Os conceitos só são aceitos quando confirmados, convalidados e legitimados pelos valores da própria cultura (...) O pentecostalismo globalmente representa esse tipo de cristianismo desinteressado da doutrina e centrado no emocional, na vivência do sobrenatural. Por isso são tão importantes, nele, os milagres, os sinais como o falar em línguas (glossolalia), as curas, os exorcismos (GALINDO, 1995, p. 190-191).

Freston contesta esta tese, argumentando que a religião é ambivalente, e que os bônus dos quais dela se extraem são diferentes de indivíduo para indivíduo, o que torna

necessário levar em conta não apenas as circunstâncias e configurações socioeconômicas favoráveis à expansão da fé pentecostal. Mariz (1996, p. 133) também recusa a premissa de que a alienação é o fator preponderante na relação entre neopentecostalismo e pobreza, oferecendo um ponto de vista que leva em consideração o papel desempenhado pelos vínculos comunitários. Guardando esta perspectiva, Vital da Cunha (2009; 2015) e Birman e Leite (2002) chamam atenção para as relações de reciprocidade e proteção providas pelas redes religiosas encontradas em bairros populares e favelas, em torno das quais um contingente muito variado de pessoas residentes nestas localidades se reúnem. Estes circuitos fornecem condições para o enfrentamento das situações de pobreza e exclusão, e corporificam dimensões teológicas muito profundas. Uma pesquisa realizada pela Universidade Stanford ouviu 6.300 moradores de cinco favelas cariocas. Publicados em março de 2018, os resultados mostram que agressões de policiais contra moradores são mais frequentes entre jovens e adultos do sexo masculino, na faixa-etária entre 14 a 35 anos, e pessoas sem religião. O estudo foi realizado entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016 nas comunidades da Rocinha, Batan, Cidade de Deus, Complexo da Maré e Providência. Esta última, situada na região central da cidade, aparece como a localidade com mais casos.

Nas diferenças doutrinárias existentes entre evangélicos, os pentecostais procuram funcionar cooperativamente, porque as Escrituras ensinam-nos a manter a unidade do Espírito até que todos cheguemos à unidade da fé. Nós afirmamos que as verdades que nos unem são muito maiores que as diferenças que parecem nos separar. Num honesto esforço de exaltar Cristo, e em reconhecimento da tarefa de alcançar o mundo perdido, os pentecostais procuram cooperar com cada membro do corpo de Cristo, para glorificar a Deus (ZIMMERMAN, 2004, 31-32).

Levando em conta estes aspectos, não são poucas as subjetividades que escapam à perspectiva pragmática. Entretanto, em que pese reconhecer o ranço elitista do ponto de vista expresso por Galindo, avalizo a necessidade de reduzir as alterações entre as duas abordagens. Em seu papel como mediadora de conflitos e instituição protetiva que afasta o sujeito da desocupação e da criminalidade, a Igreja relaciona-se de forma muito latente com o território. Dito isto, este trabalho se inscreve no conjunto de esforços interpretativos que busca promover uma interface entre a afiliação religiosa (e o que isto revela sobre a relação individual com o sagrado) e a experiência coletiva de pertencimento a um estrato social subintegrado ao processo de modernização do capitalismo brasileiro.

Segundo dados do último Censo (2010), os evangélicos brasileiros são mais numerosos na Classe C, segmento que compõe 54% da sociedade brasileira²⁴, também chamada “nova classe média”. Esta expressão vem sendo contestada por autores como Souza (2012), Pochmann (2012) e Scalón e Salata (2012), que argumentam que seu uso pressupõe uma homogeneidade econômica que escamoteia dimensões sociais de origem, territórios e estilos de vida diferentes. Contudo, é útil saber que este é o perfil socioeconômico que mais cresceu no país durante a primeira década do século XXI, com a entrada de 30 milhões de brasileiros que ascenderam de faixas de renda menores (D e E).

E onde vivem estes brasileiros que ascenderam? Embora o maior crescimento relativo da Classe C tenha sido na área rural, cujo percentual passou de 21% para 42% da população²⁵, e apesar da expressiva redução das desigualdades entre campo e cidade em função das políticas sociais dos governos petistas, a Classe C brasileira é predominantemente urbana (87,2% do total, contra 12,7% na área rural). Não é razoável considerar que os evangélicos brasileiros *se limitam* à Classe C: as classes médias tradicionais e até mesmo as classes mais abastadas fazem parte do panorama de conversão. Ainda assim, estes dados nos fornecem insumos para refletir com mais acurácia sobre questões socioeconômicas e territoriais que estão subjacentes ao fenômeno religioso.

Ao me lançar a este objetivo, considero que o enfoque das questões de território a partir da contribuição de Pierre Bourdieu (1990) pode se constituir uma importante chave de análise. Ora, as identidades, bem como as aspirações e as práticas dos sujeitos, encontram-se atravessadas por questões também ligadas ao espaço físico, cujas fronteiras são conformadas pelas instituições, e por isso, investigar a dimensão do espaço social ocupado pelo sujeito evangélico requer olhar para o espaço físico vivido — com suas dimensões materiais, geográficas, objetivas.

Os limites geopolíticos do território não são uma parte de uma realidade natural, e sim uma divisão do mundo social definida por atos de vontade. Estas divisões refletem categorias estabelecidas pela ordem política e constituídas por meio de representações de diferentes ciências, entre elas, e principalmente, a Geografia; que circunscreve o lugar a partir

²⁴ À Classe C pertencem aqueles que possuem renda familiar per capita entre R\$ 281,00 e R\$ 1.213,00. Disponível em NERI, Marcelo Cortes. *Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

²⁵ Desejos, aspirações: a nova classe média brasileira. Apresentação de Renato Meireles, presidente do Instituto Data Popular, no 18º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros. Disponível em: <http://www2.fenacor.org.br/congresso/18/apresentacoes/desejos-aspiracoes-renato-meirelles.pdf>. Acesso em 27 março de 2017.

de características que podem ser resumidas pela paisagem: a vegetação, a topografia, o clima. No ambiente urbano, cujos distritos ou bairros em geral se parecem mais entre si quanto a estes três elementos do que as regiões do macroterritório, as diferenças mais evidentes estão no âmbito socioeconômico.

Na relação entre centro-periferia há mais do que o posicionamento no mapa. Bourdieu chama atenção para o fato de que o espaço está impregnado das características sociais de quem nele vive, demarcando a presença ou ausência do capital (econômico, simbólico e/ou social). O território revela as hierarquias e as distâncias presentes na sociedade, e em certo sentido a inércia dos campos sociais (os lugares ao qual os sujeitos estão fixados na estrutura de classes) se deve ao fato de que tais campos estão circunscritos aos territórios. Esta noção é particularmente importante neste ponto. Adepto do marxismo estruturalista, Bourdieu recorre à metáfora do espaço para demonstrar o conceito de *estrutura*. Ora, se o espaço físico exprime as hierarquias do espaço social, este último se projeta na forma sobre como se constróem as oposições entre os diferentes espaços físicos, baseadas em relações de dominação e subalternidade. “Os seres humanos são, simultaneamente, indivíduos biológicos e agentes sociais que são constituídos como tais na e pela relação com o espaço social, ou melhor, com campos” (BOURDIEU, 2013, p. 133).

O caráter expansionista da fé evangélica (que não lhe é exclusivo, enfatize-se), pode ser percebido de forma abstrata ou subjetiva, mas pode também ser materializado na forma como as igrejas ocupam o espaço físico, transformando em novos templos antigos cinemas e teatros, galpões alugados e garagens. Halbwachs (1990) afirma que as religiões estão “solidamente fixadas sobre o solo, não somente porque se trata de uma condição que se impõe a todos os homens e a todos os grupos”, mas também porque “uma sociedade de fiéis é conduzida a distribuir entre os diversos pontos do espaço o maior número de ideias e imagens que são por ela defendidas” (p. 143). *Evangelizar* pressupõe converter, e as cisões não raras no interior da estrutura eclesial também contribuem para o espriamento espacial. É neste sentido que a justaposição entre cultura e território dá forma a uma camada de análise cujo emprego pode ser útil para lidar com o fenômeno do neopentecostalismo no Brasil e na América Latina, complexificando a análise.

Diferentemente do protestantismo histórico, o neopentecostalismo pode ser considerado uma religião de massas. A Teologia do Domínio, em especial, vislumbra a chegada dos crentes ao topo das instituições, a tomada dos espaços de poder, prega a eliminação das diferenças, a conversão copiosa, a hegemonia. Para atingir este objetivo, é

preciso varrer do mapa o inimigo, o Diabo, e conseqüentemente aqueles que professam uma fé considerada impura como a da umbanda ou do candomblé.

Em territórios de grande vulnerabilidade social, esta dialética beligerante guarda similaridades com o *ethos* de violência das “guerras” cotidianas, próprias das vidas dos moradores das periferias. Perscrutar esta questão requer compreender a persistência de um importante elemento identitário constitutivo do pentecostalismo: a *Batalha Espiritual*. Ramos (2011) questiona os autores que consideram-na um componente identitário exclusivo ao neopentecostalismo, argumentando que a representação da experiência de conflito está presente desde a primeira onda, vivenciada por meio de outras chaves discursivas nas Assembleias de Deus. No arcabouço simbólico pentecostal, a *Batalha Espiritual* pode ser entendida como a luta travada na esfera espiritual contra os *principados e potestades*, estruturas que resguardam os poderes satânicos.

Estas oposições entre “bem” e “mal”, “pecado” e “fortuna”, “céu” e “Terra” dialogam com os desafios da sobrevivência: a proximidade do tráfico, a violência policial, os tiroteios, a “corda bamba” que significa não dispor dos recursos necessários para as necessidades básicas. A vida nas margens é, em suma, uma constante performance de luta. Simbolicamente, a vitória das batalhas da contra o mal está associada ao triunfo contra a precariedade.

Pesquisa de 2017 da Fundação Perseu Abramo²⁶ concluiu que, nas periferias brasileiras, “não há luta de classes; o ‘inimigo’ é, em grande medida, o próprio Estado ineficaz e incompetente”. Embora estas conclusões tenham gerado grande controvérsia e provocado acalorados debates, tais apontamentos indicam ressonâncias do imaginário, dos desejos e das aspirações dos moradores de periferias nacionais, evidenciando as condições de emergência de um “liberalismo popular”, no qual “a dimensão da vida pública é muito rarefeita e quase sempre a noção de ‘público’ é tratada como sinônimo daquilo que é ‘de graça’”²⁷. O estudo sugere que nas periferias e favelas brasileiras a relação do indivíduo com a esfera pública está mediada por interpretações mercantis. Além disso, prevalece a ideia de que a ascensão é possível por meio do estudos e do empreendedorismo. Em vez da cidadania, consumo.

Ora, se a oferta ou escassez de serviços públicos e de oportunidades de trabalho condicionam aspectos da vida em comunidade, e se a rede de acolhimento proporcionada pelo

²⁶ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2017.

²⁷ Os trechos entre aspas fazem parte da apresentação de slides distribuída pela Fundação Perseu Abramo por ocasião do lançamento da pesquisa. Não há indicação de autoria.

pertencimento a uma inspiração religiosa busca minorar os impactos causados pela negação do acesso às oportunidades urbanas, o índice que demarca a vulnerabilidade dos sujeitos de territórios populares diante da violência e da precariedade torna-se mais evidente quando compreendemos o processo por meio do qual a Igreja toma posição nesta configuração; como instituição legitimada ao lado do “bem”, da “fortuna” e dos demais pares positivos que fazem parte da “luta”. Ao mesmo tempo, ela se afirma como a instituição que organiza a dimensão prática da vida cotidiana dos sujeitos, constituindo-se um poder invisível, que não se apresenta e não é percebida como poder, tampouco como invisível. O poder invisível, ou simbólico, é um poder subordinado – “uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Ao enfatizar o conceito de *habitus*, Bourdieu nos fornece um instrumento conceitual que nos auxilia a pensar a relação entre a subjetividade do sujeito evangélico que vive nas periferias e os condicionamentos sociais exteriores. Como uma lei “imaneente” que demarca o lugar do sujeito na estrutura social, o *habitus* é uma mediação universalizante, que dota de significante práticas que aparentemente não continham razões explícitas, conferindo “relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato” (BOURDIEU, 1990, p. 56). Trata-se de uma aptidão social que sedimenta no corpo e na mente as relações de poder, traduzindo-as em ações concretas, corporificando as partilhas simbólicas e os domínios de consumo, a exemplo do que se passa com as escolhas políticas, amorosas, musicais e de estilos de vida entre os membros de uma mesma classe.

“Se o *habitat* contribui para fazer o *habitus*, o *habitus* contribui também para fazer o *habitat*, através dos usos sociais, mais ou menos adequados, que ele inclina os agentes a fazer desse mesmo *habitat*” (Idem, 2013, p. 139). Deste modo, no processo de inculturação urbana a religião se constitui um sistema simbólico que estrutura outras relações de poder — e assim como os demais sistemas simbólicos, entre eles a arte e a língua — só pode exercer um poder estruturante porque é estruturado.

Para investigar esta ambivalência e melhor compreender como as questões de lugar (territorial e socioeconômico) se entrelaçam à experiência da fé, outra importante chave de análise é a tradução do espírito do tempo, noção que evoquei *en passant* no subcapítulo anterior e que tomo de empréstimo de Regina Novaes (2006) para descrever: i) o desenraizamento cultural e religioso próprio da globalização; ii) a economia simbólica de imagens religiosas e suas ressignificações diante da tradição; iii) os “pactos com o mundo” que são forjados nos processos de inculturação urbana.

No campo religioso, a soma destes três elementos produz a experiência subjetivada da fé, ou, em outras palavras, a criação de novas modalidades da experiência religiosa. O grande ato de fé da modernidade pautava-se sobre o desejo de tudo conhecer e tudo subordinar. Tendo como ponta-de-lança a racionalidade científica, o homem se libertaria da experiência mágica. Entretanto, este projeto não foi capaz de atender à demanda e de forjar as condições para a superação do desamparo humano. Sua frustração demarcou o fracasso das grandes narrativas. Em seu lugar, restou ao homem da pós-modernidade uma espécie de *desilusão*, uma aceitação resignada de sua incapacidade de conhecer tudo.

Abandonada a ambição de submeter a natureza, a pós-modernidade caracteriza-se pela rejeição aos institutos e estatutos que outrora produziram tal promessa. Isto traz uma dualidade que precisa ser resolvida, porque por outro lado a desilusão não lhe permite a ambição de recusar as ambivalências e os mistérios. Ao contrário; é preciso acomodá-los.

Para dar conta dos ritos e das doutrinas, a solução é adequar as gramáticas institucionais e os dogmatismos eclesiásticos aos estilos de vida. São estas algumas das condições de emergência de fenômenos como o tráfico evangélico investigado nas favelas de Acari e Dona Marta e relatado na etnografia *Oração de Traficante (2015)*, de autoria de Christina Vital da Cunha, orientadora desta dissertação. Estas acomodações se constituem precisamente na experiência de subjetivação da fé.

Sobretudo, o espírito do tempo revela a face totalizante do atual estágio do capitalismo, no qual a mais violenta dominação sobre os homens continua a ser exercida em nome de processos de exploração econômica, tornados incompatíveis com a democracia. Cada vez mais, o bem-estar social parece uma miragem descoarada. Como um rosto que podemos antever por entre as frestas, e que rapidamente se esconde entre contradições e ambiguidades, o *ethos* do capitalismo neoliberal se afirma e emana sua força hegemônica exatamente por meio da contínua instabilidade a que submete os homens: *tudo que é sólido desmancha no ar*, ou liquefaz-se. O estruturalismo bourdiano busca dar conta do elo perdido entre a interioridade e a exterioridade. Os processos de subjetivação engendram o campo simbólico e este, por sua vez, constrói o real.

Não é demais, portanto, depreender que esta configuração proveu ao campo religioso uma estrutura de plausibilidade, enquanto a instrumentalização da fé encontrou respaldo na experiência cotidiana e na vivência do território. O espírito (neoliberal) do tempo vai ao encontro da dialética expressa nos cultos e ritos. Esta articulação entre a cosmovisão doutrinária e o *ethos* sociopolítico oferece ao sujeito uma experiência religiosa marcada pelo ascetismo intramundano e cimentada pelos laços comunitários.

Subjetivação da fé, *habitus* e territorialidades, doutrinas que aludem à guerra e estruturam o espírito do tempo, ao mesmo tempo em que são por ele estruturadas: na próxima subseção, discutirei o conseqüente sucesso da Igreja Universal do Reino de Deus como caso exemplar na esfera pública brasileira.

1.3 Conquistas territoriais; escândalos nacionais: breve historiografia da Igreja Universal do Reino de Deus

Este subcapítulo tematiza o processo de consolidação da identidade religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus, contextualizando as discussões suscitadas por sua presença na esfera pública²⁸ brasileira a partir da década de 1980. Movida por esforço próprio, a IURD apresentou uma narrativa de distinção entre suas práticas e crenças e as demais denominações evangélicas. Por esta e outras razões, mobilizou uma vasta produção acadêmica. Neste subcapítulo, apoio-me principalmente nas investigações de Edlaine Gomes (1998; 2011) e Maria Lucia Montes (2012). Mais à frente, examinarei a atuação da IURD na política institucional brasileira. Por ora, relato os acontecimentos que marcam a entrada da IURD no espaço público, seus problemas com a justiça, sua relação com o dinheiro e aspectos de sua governança, enfatizando especialmente as narrativas midiáticas sobre sua identidade.

Fundada na capital fluminense em 1977, a IURD é uma dissidência da Igreja Nova Vida (Rio de Janeiro, 1960). No contexto antecedente à sua formação, os pastores Edir Macedo, R.R. Soares e Roberto Augusto Lopes, todos com passagem pela Nova Vida, criaram a Cruzada do Caminho Eterno, denominação que mais tarde também foi chamada Igreja da Bênção. Soares rompeu com Macedo pouco depois e fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus, que também conquistou grande projeção no Brasil. Por essa razão, Paul Freston descreve a terceira onda como o “pentecostalismo carioca”²⁹. De acordo com a narrativa da própria IURD, apenas três anos depois de sua criação, em 1980, Macedo radicou-

²⁸ Neste trabalho, o conceito *habermasiano* de esfera pública é abordado fazendo referência à arena onde se dispõem as institucionalidades e onde atua a sociedade civil organizada.

²⁹ No início dos anos 1990, o Rio de Janeiro registrava, em média, cinco novas igrejas evangélicas por semana, de acordo com o CIN – Censo Institucional Evangélico do Instituto de SER, de 1992, aponta para o surgimento de cinco igrejas por semana (média do registro de Igrejas Evangélicas no Diário Oficial do Estado entre 1990 e 1992) (VITAL DA CUNHA, 2009).

se em Nova York para dar início a um projeto de expansão institucional³⁰. Naquele mesmo ano inaugurou templos na Bahia, em São Paulo e no Paraná. De volta ao Brasil pouco tempo depois, construiu uma Igreja idiossincrática, que durante esta e a década seguinte daria diversas provas de sua potência.

Segundo Odêmio Antonio Ferrari (2008, p. 33), “a Igreja Universal do Reino de Deus, baseada no trinômio ‘exorcismo, prosperidade e cura’ rapidamente estruturou, do Brasil ao mundo, uma universal igreja”. Em um curto espaço de tempo, não sem encontrar resistência, a IURD garantiu seu espaço na esfera pública brasileira e conquistou visibilidade no exterior, em um movimento de contínuos investimentos transnacionais. Em entrevista concedida em 1981 à *Revista Plenitude*, Macedo já afirmava que tinha a intenção de expandir a IURD para o mundo todo. No mesmo ano, começou a produzir uma aproximação profícua com o Estado de Israel, visitando Jerusalém para levar os pedidos depositados pelos fiéis no rito da *Fogueira Santa*³¹. Os elementos simbólicos presentes nos dogmas iurdianos produziram a imagem de um “Israel mítico”, que, para Edlaine Gomes (2011) pode ser lido como um vínculo “catalisador e legitimador da retórica de superação” (p. 20), facilmente observado nas menções à “Terra Prometida” e ao “Povo Escolhido”³². Esta aproximação pode ser explicada por fatores teológicos, políticos e culturais. A identificação, quer a retórica da IURD afirmar, é fruto de uma promessa divina. Deste *mito de origem* (HALL, 1977) provém um profundo sentimento de pertença a uma nova etnicidade.

Os fiéis pentecostais passam por uma conversão coletiva. Além da nova identidade do recém convertido, eles devem se tornar parte de um novo tipo de “nação”. Nessa nova identidade, o fiel convertido se aproxima da imagem dos judeus e de Israel. (...) os fiéis brasileiros também se sentem mais fortes. De agora em diante, são parte do “Povo Escolhido” (GHERMAN, 2009, p. 58).

As justificativas dogmáticas, a distribuição de ideias e imagens que se sucedeu com abertura de templos em diversos territórios e a artificializada aproximação com o Estado de Israel constituem o forte caráter expansionista da IURD. Bem empregados, os esforços logo renderam frutos. Nos idos anos 80, não se pode dizer que as coisas caminhavam a passos

³⁰ Isto é o que consta na cronologia apresentada no site oficial da IURD no Brasil. A versão portuguesa deste mesmo site menciona 1986 como o ano de estabelecimento da Igreja nos Estados Unidos. Freston (2001) aponta que o início da internacionalização é 1985, começando pelo Paraguai e Uruguai.

³¹ “A referida campanha da Fogueira Santa de Israel – FSI – consiste de um período de intensa propagação da convocação para escreverem seus pedidos de bênçãos em papéis envelopados que depois são [...] levados para Israel por alguns pastores que, em locais sagrados fazem uma grande e simbólica fogueira com todos os envelopes desses pedidos. Essa queima de papéis com os pedidos significa que eles foram enviados para Deus. Essas campanhas são feitas nos templos da IURD por duas vezes ao ano. A base da referida campanha é a troca simbólica de bens materiais por bênçãos [...]” (SILVEIRA NETO, 2014, p. 13).

³² Ari Oro (2004) e Michel Gherman (2009) produziram estudos sobre a presença da IURD em Israel e sobre o repertório de símbolos sionistas e judaicos no neopentecostalismo brasileiro.

lentos: naquela década, a partir de 1986 e por diversas vezes, pregações de Macedo e outros pastores da IURD lotaram ginásios e estádios esportivos³³. O espanto causado pelo rápido destaque alcançado foi acompanhado, nos meios de comunicação, pela perplexidade diante da “agressividade” do discurso, das práticas arrecadatórias e dos rituais de exorcismo.

Em 1989, Macedo inaugurou templos em Portugal³⁴, Argentina e Uruguai. Naquele mesmo ano, a IURD tinha cacife suficiente para adquirir a concessão da Rádio e TV Record, às voltas com credores e em maus lençóis à época, mas ainda assim um investimento ambicioso. A negociação foi oficializada em 9 de novembro daquele ano. Com a entrada da Record na concorrência direta pela audiência e pelo mercado de publicidade, e mediante os grandes investimentos feitos pela IURD na TV, todas as três grandes redes de televisão do país (Globo, Bandeirantes e SBT) produziram extensas reportagens denunciando “os negócios da fé” e associando Macedo à prática de charlatanismo³⁵. Jornais impressos como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* (hoje *Estadão*) também dedicaram espaço ao assunto. Macedo, no entanto, nunca capitulou diante das críticas. Ao contrário: ao fim e ao cabo, manejou as crises em favor de seu projeto pastoral com sabedoria, negociou nos bastidores e conquistou objetivos.

A mobilização do debate público em torno da IURD, todavia, rendeu-lhe maus momentos. As denúncias feitas pelos principais veículos de comunicação do país culminaram na abertura de inquérito da Polícia Federal contra o bispo e a Igreja. Acusado de curandeirismo, estelionato e charlatanismo, ele foi multado pela Receita Federal em 1992 e preso em maio daquele mesmo ano, em São Paulo. A bordo de uma BMW, o pastor retornava de um culto em companhia da esposa Ester, da filha Viviane e de uma amiga da família. Interceptado por agentes armados com escopetas e metralhadoras, divididos em equipes

³³ Na autobiografia *Nada a Perder*, Macedo relata que a primeira experiência deste tipo aconteceu com a locação do Ginásio de Olaria, no bairro de mesmo nome, na Zona Norte do Rio. Em seguida, ambicionou o Maracanãzinho. Em abril de 1987, finalmente levou milhares de fiéis ao Maracanã, o maior estádio de futebol do Brasil e à época um dos maiores do mundo, para apresentar a pregação que chamou de “Duelo dos Deuses”. A estimativa é de que este culto tenha reunido cerca de 230 mil pessoas. Oito meses depois, em dezembro, um novo culto não apenas lotou o estádio como foi transmitido ao vivo para o Maracanãzinho, também lotado. Em abril de 1990, em culto chamado “A sexta-feira da cura e da libertação”, Macedo anunciou: “Para que alguém possa ser abençoado financeiramente, não há outro jeito senão dar, porque vocês sabem: é dando que se recebe”. Centenas de ‘obreiros’ da Universal passaram então a se deslocar em meio à multidão, recolhendo doações. As imagens dos grandes sacos de dinheiro sendo carregados causaram repulsa e pautaram o debate público, tendo sido posteriormente exploradas pela Rede Globo. Em 1992, 1995, 1998, 1999 e 2000, pregações de Macedo continuaram a arrastar caravanas de todo o país e lotar o Maracanã.

³⁴ O país foi considerado estratégico, “porta de entrada” para a expansão da IURD na Europa, em função da língua comum. Entre os países nos quais a IURD abriu templos em suas duas primeiras décadas de existência, Portugal, Moçambique, Venezuela, Argentina, Reino Unido, Costa do Marfim, África do Sul e Estados Unidos foram os casos onde houve maior consolidação. Estimativas ilustram o relevo da década: em 1995, havia 221 templos no exterior; em 1998, eram 500; e, em 2001, mil (MAFRA, 2012, p. 92).

³⁵ Ver Gomes (2011), Giumbelli (2000) e Campos (1997).

táticas da Polícia Federal e da Polícia Civil, Macedo foi conduzido à delegacia da Vila Leopoldina, Zona Oeste da cidade. No livro *O bispo, a história revelada de Edir Macedo*, biografia autorizada escrita por Douglas Tavolaro (2007), hoje vice-presidente de jornalismo da RecordTV, o episódio é descrito como uma grande provação.

Macedo foi solto onze dias depois, por meio de *habeas corpus* impetrado por um dos advogados de maior renome no país, Márcio Thomaz Bastos, contratado pela Igreja ao valor de 500 mil dólares. Não discutirei aqui a procedência e os desdobramentos das acusações feitas, mas destaco que esta passagem de sua vida tornou-se prodigiosa, rendendo-lhe a imagem de um homem injustiçado e perseguido por exercer sua fé. Sem dúvida, o bispo soube subverter a mensagem que poderia ser transmitida pela prisão, de homem culpado, e reivindicou para si o papel de vítima de uma grande conspiração, apoiando-se na tradição cristã do martírio: *os humilhados serão exaltados*, diz o livro sagrado (Lucas, 18:14b). É daqueles dias sua imagem mais icônica, em que ele aparece como um servo disciplinado de Deus, lendo a Bíblia atrás das grades. Com deferência e participação do próprio Macedo, Tavolaro relata:

Era para ser pior. Somente agora, quinze anos depois, o delegado Marco Antônio Ribeiro de Campos, que comandou a operação, faz uma revelação surpreendente: a ordem de prisão deveria ser cumprida dentro do templo da Igreja Universal em que o bispo realizou o culto na manhã daquele domingo. Era o endereço determinado no documento emitido pela Justiça. (...) Ao chegar às duas bases da polícia, uma estranheza. A TV Globo já estava lá. Era o único veículo de imprensa a mostrar Edir Macedo sendo preso. As imagens foram ao ar no Fantástico do mesmo dia, que teve a seguinte manchete na voz da atriz Carolina Ferraz, então apresentadora do programa:

— O criador da Igreja Universal do Reino de Deus está na cadeia! O bispo Edir Macedo foi acusado de estelionato e charlatanismo (TAVOLARO, 2007, p. 33).

Naqueles dias, o processo de aquisição da Rede Record ainda não estava concluído. Embora parte do valor já tivesse sido pago — de uma transação que no total envolveu 45 milhões de dólares —, a concessão federal para a operação da empresa ainda não havia sido expedida. O incômodo causado pela negociação uniu, de certo modo, parte da elite política e econômica do país, em especial os grandes grupos controladores da mídia. A necessidade de uma sanção presidencial para a autorização da concessão dava ao processo um caráter marcadamente político (MAFRA *et aliae*, 2012). Os indícios de que havia uma articulação de poderes contra a IURD foram suficientes para que a narrativa da injustiça perpetrada contra Macedo parecesse razoável. Subsequente à prisão, Macedo partiu para os Estados Unidos e deixou a supervisão da IURD no Brasil sob responsabilidade do bispo Renato Suhett³⁶ até

³⁶ Transferido para Los Angeles e reconhecido como “o bispo do amor”, Suhett mais tarde desligou-se da IURD e fundou a Igreja do Senhor Jesus Cristo, em episódio investigado e documentado por Freston (1996) e Campos

1993. Suhett foi consagrado bispo juntamente com outras lideranças da estrutura eclesiástica, para dar início a um processo de descentralização da Igreja. Os diferentes esforços a serem empregados na expansão institucional demandaram uma divisão interna capaz de abarcar várias atribuições. Esta reestruturação administrativa finalmente se concluiu em 1993, com a criação de quatro bispados.

A primeira metade dos anos 1990 foi mesmo movimentada para IURD, 1995 em especial. O duelo midiático estava no auge. Naquele ano, a IURD comprou sede e equipamentos da TV Jovem Pan por 30 milhões de dólares. Em setembro, a TV Globo exibiu a minissérie *Decadência*, com texto do dramaturgo Dias Gomes. Em doze capítulos, o seriado expôs entre os personagens um pastor corrupto. No dia 12 de outubro, data na qual se comemora o Dia de Nossa Senhora Aparecida, santa padroeira do Brasil, a Rede Record de Televisão exibiu um ataque aberto à crença católica durante uma pregação habitual do programa *O Despertar da Fé*. O apresentador, o bispo Sérgio Von Helde, pregava “o fim da idolatria” e acusava a Igreja Católica de lucrar com a adoração de santos. Enquanto defendia seu ponto de vista, deu pontapés em uma imagem da santa católica, uma figura representativa da Virgem Maria. O episódio, que ficou conhecido como “o chute na santa”, foi divulgado no *Jornal Nacional* da Rede Globo e deflagrou um confronto público entre as duas emissoras, gerando desdobramentos que repercutem até os dias atuais. Rapidamente, Macedo veio a público desculpar-se e qualificar o episódio como “um grande equívoco”.

“— Na hora, soube que foi um erro... Nosso maior erro. Imediatamente entrei no ar pela televisão e pelo rádio pedindo desculpas. Desculpei-me em rede nacional pela infantilidade do Sérgio” (Edir Macedo, em entrevista concedida a Douglas Tavolaro, 2007, p. 196). Se ao falar em veículos de massa Macedo optou pela diplomacia e pacificação, o discurso da IURD foi diferente na *Folha Universal*, jornal institucional distribuído aos fiéis. Com o título “Rede Globo provoca guerra santa”, um encarte especial sobre o episódio alegava que o gesto de Von Helde “foi legítimo, quando analisado à luz dos ensinamentos bíblicos”, pois “Deus fica profundamente triste ao ver suas criaturas cultuarem outros deuses que não Ele”. O texto também afirmava que a Rede Globo se aproveitou do mesmo para

(1997). Sua crescente influência teria gerado disputas de poder internas, segundo as interpretações desses autores. Mais tarde, Suhett retornou à IURD, da qual saiu novamente em 2010. Afirmou, nesta segunda saída, abrir mão do episcopado em “caráter irrevogável”. Mais tarde converteu-se à Igreja Episcopal Latina do Brasil, de tradição Anglo-Católica, dissidente da Igreja Católica Apostólica Romana, que reúne princípios do catolicismo e do protestantismo. Em 2012, foi consagrado reverendo, cargo similar ao de padre na hierarquia católica.

“jogar o povo católico contra a Universal”, por medo do crescimento da Record³⁷. Apesar dos esforços de Macedo para conter a crise, os negócios acabaram prejudicados: a empresa perdeu contratos publicitários e teve de responder a ações judiciais movidas em todo o país por pessoas comuns que acusavam Von Helde de vilipêndio e desrespeito à garantia constitucional da liberdade de culto.

Nos meses que se sucederam, reportagens sobre a IURD foram onipresentes nos programas de telejornalismo da Globo. Foram esmiuçados os métodos de recrutamento dos pastores e exibidos vídeos cedidos por um ex-pastor dissidente, Carlos Magno de Miranda, nos quais o bispo Edir Macedo aparecia em viagens e situações de lazer, “em meio aos quais frases inescrupulosas sobre como ‘arrancar dinheiro’ dos fiéis, ditas em tom jocoso, eram claramente audíveis como ‘lições’ dadas aos pastores sobre as formas de angariar recursos para a Igreja” (MONTES, 2012, p. 8-9).

As denúncias do pastor dissidente foram avassaladoras, envolvendo alegações de beneficiamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello e do tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, no processo de compra da TV Record, e indícios de relações entre a IURD e o narcotráfico colombiano, que teria financiado parte da negociata. O então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, também foram associados aos esquemas da Igreja. Às vésperas do natal de 1995, um novo vídeo-denúncia exibido pelo *Jornal Nacional* apresentava imagens de Macedo agachado aos fundos do templo de Nova York, acompanhado de Marcelo Crivella e outros pastores, contando avidamente os dólares recolhidos. Eles falam de práticas de caixa dois e de táticas de sedução de fiéis. O escândalo reverberou em todos os programas noticiosos da Rede Globo, à qual se alinharam veículos como a *Revista Veja* e a *Folha de S. Paulo*. Ao contrário do que aconteceu no episódio do chute na santa, Macedo ganhou, via interpelação judicial, o direito de resposta equivalente ao agravo no *Jornal Nacional*, mas desta vez optou por falar ao seu público convertido e afirmou que o vídeo foi gravado em um momento em que os pastores não estavam inspirados pelo Espírito Santo.

É, de fato, impossível contar a história da IURD sem mencionar a Rede Globo. Edlaine Gomes (2011), Patrícia Birman e David Lehmann (2000) descrevem a intensa discussão gerada por estes fatos como produto de um embate entre o religioso e o político. Parece-me evidente que a questão tem, também, atravessamentos econômicos, diretamente

³⁷ Ver “Universal culpa Globo por conflito religioso”, originalmente publicada em 24 de outubro de 1995 na Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/24/brasil/30.html>. Acesso em 23 de janeiro de 2018.

relacionados à divisão das fatias do bolo publicitário. Movida por estas e outras razões, a Rede Globo encarnou o papel de representante midiática de todos os tradicionais poderes, incluindo neste rol a Igreja Católica, *versus* a “nova ameaça”, a “inimiga pública”, a “nociva” Universal.

A reação evangélica viria a galope, mas não seria unânime. Passeatas no Rio e em São Paulo levaram às ruas milhares de pessoas em protesto contra a Rede Globo. Estimativas dos organizadores falaram em um milhão de fiéis. É importante registrar, contudo, que desde o princípio a IURD causava desconforto em determinados segmentos evangélicos. O pastor Caio Fábio, da Igreja Presbiteriana Independente, então presidente nacional da Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e da Visão Nacional de Evangelização (Vinde), vocalizou o descontentamento publicamente e se negou a participar das manifestações, declarando que “as práticas da Igreja Universal geraram um constrangimento profundo no meio evangélico”³⁸. Ele também cedeu espaço na *Revista Vinde* para que o pastor dissidente expusesse outras denúncias contra a IURD e fez críticas ainda mais contundentes, declarando que a IURD era uma “máquina de arrancar dinheiro e nem sequer podia ser considerada uma igreja evangélica”, pois, segundo ele, seria fruto de um sincretismo entre elementos católicos, afro-ameríndios e evangélicos: “uma versão cristã da macumba”. Suas afirmações também causaram repercussão, o que deixou ainda mais evidentes as divisões internas do movimento evangélico brasileiro. Em discordância, o presidente da regional fluminense da AEVB, pastor Ezequiel Teixeira, do Projeto Vida Nova, declarou que havia “certa injustiça” no tratamento dado à IURD.

Em 1996, surgiram denúncias de que a negociata para a compra da TV Record foi feita usando laranjas³⁹, que conseguiram empréstimo de duas empresas —*Investholding* e

³⁸ Ver “Igreja divide os evangélicos”, originalmente publicada em 07 de janeiro de 1996 na Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/07/brasil/22.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2018.

³⁹ Em 2004 o Ministério Público Federal solicitou a reabertura do inquérito que investigava a compra da TV Record. O então procurador-geral da República, Carlos Fonteles, pediu a quebra do sigilo fiscal da Igreja Universal do Reino de Deus por crime contra a ordem tributária. O relator do caso no STF, porém, determinou que a Polícia Federal tomasse antes o depoimento de Crivella, do bispo Edir Marcelo e outros. Em *Nada a Perder*, autobiografia lançada em três volumes a partir de 2012, Macedo relata que o pastor (e posteriormente deputado federal) Laprovita Vieira o representou nas discussões sobre a proposta apresentada a Silvio Santos e à família Machado de Carvalho, as outras duas partes envolvidas no negócio. “– Eu sabia que, se aparecesse logo de imediato, a negociação seria superfaturada ou desfeita possivelmente por preconceito. (...) Por isso, seu Vieira comparecia em todas as reuniões com um maço de cigarro à mostra no bolso da camisa. Ninguém desconfiou que era eu quem estava por trás de uma compra tão importante” (Edir Macedo, p. 176, 2013). Somente na ocasião do pagamento da segunda parcela do sinal do pagamento, quando o negócio já estava fechado, o verdadeiro comprador se revelou. Embora jamais tenha sido questionado por isso pelas autoridades após a publicação do livro, o bispo admitiu abertamente que usou um testa-de-ferro para negociar a compra da Record. Ele também contou ter recebido informações privilegiadas de Demerval Gonçalves, hoje executivo da Record e à época responsável por mediar a venda da parte de Silvio Santos. Ainda segundo seu relato em “Nada

CableInvest— localizadas em paraísos fiscais. Entre os sócios das empresas estava Marcelo Crivella. Segundo o Ministério Público Federal, de 1992 a 1994, estas duas empresas receberam investimentos de cerca de 18 milhões de dólares. Este novo capítulo das acusações contra a IURD recebeu ampla atenção da Rede Globo e contou com a cobertura da Procuradoria da República, da Receita Federal e do Banco Central.

Para este trabalho, examinar as práticas e representações que se constituíram elementos da identidade da IURD é tão fundamental quanto observar com atenção a forma como esta se expressa no campo midiático, por meio de avanços e recuos que parecem, às vezes, um jogo de xadrez entre Globo e Universal. Se a produção discursiva do jornalismo da Globo enfatiza o uso de práticas inautênticas, o fanatismo e a instrumentalização da fé, do outro lado; “os grandes eventos em estádios, a prisão de Macedo, os processos criminais, entre outros, foram incorporados ao registro histórico e à memória da IURD” (GOMES, 2011, p. 61). Segundo esta autora, estes conflitos foram úteis à Universal na medida em que reforçaram a retórica persecutória e ilustraram seu potencial de superação: “As perseguições não acontecem por acaso. Quando a Igreja começa a agir, o Diabo se levanta (...) O sinal de que Deus está atuando por meio do trabalho da Igreja são os frequentes e afiados dardos malignos” (GOMES apud CRIVELLA; 1997, p. 33).

Enquanto os “dardos malignos” eram lançados e o departamento jurídico trabalhava a todo vapor, Macedo continuava firme no projeto de internacionalização da Igreja. Entre 1992 e 1997, a IURD chegou à África, ao Japão e à Rússia. Marcelo Crivella foi deslocado para Johannesburgo, África do Sul, para coordenar a expansão no continente, e fez um bom trabalho por lá. Em 1999, segundo a *Folha Universal*, a IURD tinha 350 templos em 20 países africanos e estava presente em 53 nações de todo o mundo. Em 2002, chegou a 80 países. No livro *Somos todos filhos de Deus?*, lançado em 2007, Macedo arrazoia sobre o crescimento da Universal. Segundo ele, a Igreja venceu as acusações da mídia e superou barreiras culturais por ter oferecido a Deus uma oferta de sacrifício aceitável. Em diversas declarações públicas, Macedo aciona a categoria religiosa da “oferta” e do “sacrifício” para sacralizar o dinheiro:

“O dinheiro é uma ferramenta *sagrada*, usada na obra de Deus. Ele é o dono de todas as coisas, mas nós somos os seus sócios nos seus empreendimentos. Dessa maneira, o dinheiro, que é humano, deve ser a nossa participação, enquanto o poder espiritual e os milagres, que são divinos, são a participação de Deus. Assim como o

a Perder 2”, a desvalorização do dólar que se seguiria facilitou o pagamento da dívida, arrefecendo as prestações. Antes do final de 1992, diz Macedo, tudo estava devidamente quitado. Sua explicação? “Cada um acredita no que desejar. Eu tenho certeza absoluta que foi a ação de Deus...”

sangue está para o corpo humano, também o dinheiro está para a obra de Deus”
(MACEDO apud OLIVA, 1997, p. 139) [grifo meu].

Se nos anos 1990 as denúncias pululavam, na primeira década do século XXI elas arrefeceram. Rede Globo e IURD estabeleceram certa “coexistência pacífica”. Macedo distanciou-se dos cultos monumentais e ficou mais recluso, preservando sua imagem e voltando-se para articulações de bastidores. Em 2014 apresentou seu maior e mais impressionante feito: a réplica do Templo de Salomão, catedral construída para tornar-se sede mundial da IURD, no bairro do Brás, em São Paulo. O santuário tem capacidade para 10 mil pessoas e ocupa uma área de 70 mil metros quadrados. Estiveram presentes à inauguração a presidenta Dilma Rousseff, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da cidade, Fernando Haddad, além de dezenas de políticos e outras autoridades, a exemplo do ministro do Superior Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, e do diretor da Polícia Federal, Leandro Daiello. Os números são superlativos: o local registra a passagem de 400 mil visitantes por mês⁴⁰, incluindo caravanas de outros estados e países. Por isso, é atualmente considerado um dos maiores pontos turísticos do Brasil, superando o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, mas ainda atrás da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no interior de São Paulo, que recebe 12 milhões de pessoas ao ano.

O comando de um líder excepcional e centralizador, com perfil negociador e visão de conjunto, transformou um projeto proselitista em um bem-sucedido empreendimento, uma megaorganização religiosa. Pragmática, distanciada da matriz protestante, em sintonia com os processos de subjetivação da fé e baseada no trinômio “exorcismo, prosperidade e cura”, a IURD tornou-se uma elite cristã brasileira apropriando-se da cultura popular. Aos poucos, protagonizou uma revolução gradual e silenciosa, que boa parte do país ainda não se deu conta de que ocorreu.

⁴⁰ Os dados foram apresentados pela assessoria de imprensa da IURD ao portal IG. Ver reportagem disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-09-05/ponto-turistico-templo-de-salomao-rivaliza-com-principais-destinos-religiosos.html>. Acesso em 25 de junho de 2018.

CAPÍTULO 2

UM EMBATE ENTRE MARCELOS? CRIVELLA E SUA NEM TÃO OCULTA ADVERSÁRIA PLATINADA⁴¹

*"Prezada Ana Luiza Guimarães,
obrigado pelo convite, mas não posso comparecer pois estou em Brasília onde cumpro meu mandato de senador. Me permita, respeitosamente, acrescentar que mesmo se estivesse no Rio não iria ao RJTV. Pela primeira vez, em função da minha indignação com a cobertura manipuladora e tendenciosa que a Rede Globo tem feito contra a minha candidatura, especialmente nas últimas semanas, não posso e não devo comparecer aos estúdios da emissora. Sou um homem da paz e como prefeito, se assim o povo decidir, vou dialogar com todos por amor ao Rio. Não guardo mágoas. É a minha natureza. Mas, peço que fique registrado meu ato de protesto e apelo a favor da democracia e da liberdade de imprensa à altura das nossas tradições cívicas e morais"*

Marcelo Crivella, desmarcando entrevista na Rede Globo

Vimos no primeiro capítulo como a posição destacada da Igreja Universal do Reino de Deus na paisagem religiosa brasileira se constituiu a partir de antecedentes históricos de sua episteme teológica e da emergência de fatores associados à urbanização acelerada e ao *zeitgeist* que caracterizam os fins do XX. Seguindo a proposta estrutural apresentada na introdução, este segundo capítulo concentra-se na investigação dos discursos, práticas e estratégias adotados pela campanha de Marcelo Crivella à Prefeitura do Rio em 2016, contrapondo-os não ao seu adversário direto, Marcelo Freixo, mas ao sistema Globo de jornalismo.

Por todos os motivos já expostos, creio que desvelar intencionalidades no embate entre IURD e Globo é uma eficiente chave de acesso a um patamar de onde podemos vislumbrar a complexidade dos interesses em jogo. Assim, volto-me à observação dos processos de interação discursiva entre a campanha oficial de Marcelo Crivella e o jornalismo das organizações Globo. Para alcançar este objetivo, este capítulo encontra-se subdividido em três partes.

⁴¹ Durante muitos anos, a Rede Globofoi chamada de “Vênus Platinada”, em alusão ao prédio administrativo situado à Rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico, inaugurado em 1976, cuja fachada foi pintada de prata, cor também presente na marca visual da emissora. O logo é composto pelo universo, representado pelo globo maior e um retângulo que seria a tela da TV contendo um globo menor, o mundo, a Globo. Esta explicação é dada pelo autor do logo e responsável pela pintura da fachada, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, em “O livro do Boni”(2011).

A primeira delas versa sobre a participação evangélica na política institucional brasileira. Ao longo deste percurso expositivo, examino o ingresso da IURD na esfera política-partidária, concomitante a um processo de ocupação dos poderes legislativo e executivo por diversas igrejas de denominações pentecostais. Este subcapítulo enseja construir um quadro geral que facilite a compreensão dos fatores precedentes à conjuntura do Rio de Janeiro em 2016. As motivações, as circunstâncias e as ações dos segmentos evangélicos, em especial quanto aos aspectos de diferenciação da atuação dos pentecostais em sua busca por representatividade política tomam espaço nesta subseção. O material empírico que deu suporte à formulação deste subcapítulo foi coletado em diversas fontes, entre as quais reportagens jornalísticas, entrevistas e registros de sessões da Câmara Federal. Outras importantes contribuições vieram dos estudos de Ari Oro (2003), Christina Vital da Cunha (2017) Bruna Suruagy Dantas (2011) e Magali Cunha (2017). Nesta subseção, busco flagrar, no caso brasileiro, o momento em que as igrejas evangélicas avançam para dentro do enquadramento jornalístico da dinâmica política, desestabilizando o poder de grupos historicamente em vantagem.

O segundo subcapítulo tematiza diretamente o objeto deste estudo: a campanha eleitoral à Prefeitura do Rio em 2016, com ênfase no segundo turno. Seu desenvolvimento se dá a partir de insumos empíricos coletados em diversas fontes, tais quais vídeos, artigos de jornais e reportagens, além da análise das peças de comunicação da campanha de Crivella e de uma entrevista realizada com um profissional que atuou em sua equipe enquanto decorriam os investimentos no segundo turno. No terceiro subcapítulo dedico-me a uma análise das relações entre o campo progressista brasileiro, dos partidos identificados com o espectro ideológico de esquerda, e os evangélicos. Assim, o objetivo é problematizar as questões sensíveis a esta conflituosa oposição.

No Brasil, e mais precisamente no Rio de Janeiro, a atuação das organizações Globo revela um papel interveniente nas dinâmicas processuais da política. Nascida e sediada na capital fluminense, a empresa tem como carro-chefe a televisão comercial, que começou a operar em 1965, apenas um ano depois do Golpe Militar. A concessão pública foi assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957, mas o primeiro empreendimento jornalístico do grupo foi o jornal impresso, fundado em 1925 por Irineu Marinho, e em operação até os dias atuais. Para além dos veículos tradicionais, o Grupo Globo tem diversos investimentos no Rio: ao longo dos oito anos da gestão de Eduardo Paes (MDB), diversas parcerias público-

privadas entre Globo e o executivo municipal foram firmadas, muitas destas nas áreas de educação, cultura e eventos.

Com um longo histórico de controvérsias em suas relações com a sociedade brasileira, que vão desde o apoio à Ditadura Civil-Militar, recentemente objeto de desculpas públicas⁴², passando pelo direcionamento editorial do debate decisivo entre os candidatos à Presidência em 1989; o Grupo não se furtou a, recentemente, influenciar as narrativas sobre as manifestações de 2013 e alterar a grade de programação da TV aberta para transmitir as passeatas em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Apesar de todo o seu poder de fogo, o grupo não pôde impedir o crescimento de sua maior concorrente, a RecordTV, de propriedade da Igreja Universal, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho. É exatamente em virtude da centralidade que a intencionalidade político-econômica assume para os desdobramentos em curso, que a distinção entre o político e a política deve compreender a disputa estabelecida para além do conjunto de instituições das quais tomam parte o Estado, seus corpos legais e os partidos políticos, abrangendo também os meios de comunicação e as Igrejas. Para esta noção, a “universalidade do político” é tomada como “um ser-entre: entre identidades, entre mundos” (RANCIÈRE, 1996, p. 171), enquanto a natureza da política deve ser observada em amplitude, como espaço constitutivo de todo o processo social.

Conforme resume o historiador Clóvis Gruner⁴³, para Hannah Arendt a política é um lugar permeado por rostos, multiplicidades, diferenças e intervalos. Por não ser constituída de abstrações, contém rostos e corpos que falam e agem. Multiplicidades porque não é da natureza política homogeneizar os sujeitos, pelo contrário: sua função é fazer explodir singularidades. A multiplicidade, por sua vez, implica no aparecimento de diferenças e intervalos: “a política faz-se também na reciprocidade entre os diversos, que constituem relações naqueles interstícios e intervalos que os aproximam sem, por isso, anular-lhes a diferença”. O exercício político não é um lugar de busca por ordenamento, mas de constante conflito dialético para a produção da distorção e do desacordo que promovem a mudança, esta última fruto da organização e da regulação do convívio entre diferentes, viabilizada por meio

⁴² “Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: ‘a verdade é dura, a Rede Globo apoiou a Ditadura’ De fato, trata-se de uma verdade, e também, de fato, de uma verdade dura”. Assim começa o editorial publicado no dia 31 de agosto de 2013 no Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

⁴³ Cf.: O horror da política. *Chuva Ácida*, 1º de out. 2014. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2014/10/o-horror-politica.html>. Acesso em 22 de julho de 2018.

da liberdade⁴⁴. É esta que torna possível a contínua redefinição dos *locus* dos sujeitos, em disputas diretamente derivadas da natureza refratária do fazer político, porquanto este fazer encontra-se sempre fissurado por suas entidades plurais.

Historicamente, as instituições jornalísticas não apenas emularam este ambiente de conflito como foram determinantes para moldar a política moderna. No século XIII, com a Revolução Industrial em curso e a formação das primeiras grandes cidades na Europa e nos Estados Unidos, jornalistas como Jean-Paul Marat (1743-1793), na França, e Thomas Paine (1737-1809), nos Estados Unidos, tiveram papel importante nas formulações conceituais das revoluções Francesa e Americana. Entre 1780 e 1800, Alexander Hamilton (1755-1804) e Thomas Jefferson (1743-1826), ambos articulistas e donos de veículos de imprensa, discutiram, publicamente e em lados opostos, qual deveria ser o desenho das repúblicas nascentes. O projeto das democracias ocidentais nasce nas páginas dos jornais. Resgato essas passagens históricas para apontar de que forma o ideal jornalístico encontra-se investido de um *ethos* positivista: se a política é objeto do conflito e do debate, cabe à imprensa promover este debate, vigiar a razão pública e zelar pelo interesse coletivo. O Estado secular, afirmado pelos processos históricos dos fins do século XIII, passa a ser alvo do constante escrutínio jornalístico, enquanto a religião “escorre” para a fora do enquadramento (ou do *frame*, para referenciar a tradição jornalística), aparecendo apenas e quando as dimensões públicas de suas institucionalidades se mostram. No Brasil do início do século XXI, a mais poderosa empresa de jornalismo em operação aciona ideais iluministas da liberdade de imprensa e da defesa da democracia sempre que lhe é conveniente, mas sua atuação depõe contra tamanha nobreza de intenções.

É neste quadro referencial que vislumbro os lugares da religião e do jornalismo no fazer político. Neste capítulo, dedico-me a aprofundar esta reflexão tendo como objeto a chegada de Marcelo Crivella, bispo da IURD e acionista da RecordTV, ao cargo de Prefeito do Rio.

2.1 A incursão evangélica na política institucional brasileira

⁴⁴ Isto nos leva ao embate de ideias protagonizado por Hannah Arendt e Jürgen Habermas, autores da filosofia alemã. Para Arendt, alguns riscos e limites são inerentes ao modelo representativo. Entre eles, a captura da democracia pela armadilha da mediação da população pelas instituições. Habermas acusa Arendt de romantizar a política, defendendo a pertinência das democracias modernas e representativas.

Além do expressivo crescimento em estratos sociais diversos, a profissão de fé evangélica também tem se projetado sobre a arena da política institucional. Com o intuito de investigar sua tradição no poder público brasileiro, este subcapítulo resgata um panorama dos caminhos percorridos para a representatividade deste segmento religioso durante o século XX até os dias atuais, enfatizando a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus a partir da década de 1990.

Antes marcada pelo isolacionismo expresso na máxima “crente não se mete em política”, a relação entre os evangélicos e a política passou por uma importante transformação na América Latina durante a segunda metade do século XX.

La influencia de misioneros cuya enseñanza (talvez más por lo que eran que por lo que decían) pasaba completamente por alto la responsabilidad social y política de los cristianos. El complejo de minoría de los evangélicos, fraguado en un ambiente de hostilidad (y hasta de abierta persecución religiosa), un ambiente donde la cuestión de su propia sobrevivencia necesariamente ha desplazado todas las preguntas que podrían haberse hecho sobre su posible aporte a la construcción de una nueva sociedad. El énfasis en una escatología futurista en las iglesias evangélicas, a la luz de la cual la misión de la iglesia se reduce a la salvación de las almas, en tanto que la acción social y política queda regalada al ámbito de tareas ajenas al interés de los cristianos. (PADILLA, apud SOUZA e MAGALHÃES, 2002, p. 2)

É interessante notar que, nesta chave, a separação igreja-mundo indicava uma moral exclusivista, que abdicava de preocupar-se com “questões mundanas” e considerava que as mudanças sociais viriam da conversão individual. O pendor expansionista de determinados setores evangélicos ainda não enxergava a política como degrau para a conquista da hegemonia cultural, e a Teologia do Domínio ainda não havia sido disseminada. Mas se as práticas sociais são políticas mesmo quando não aparentam sê-lo, as igrejas engendram posições políticas continuamente, a despeito da laicidade do Estado brasileiro. Rechaçar a política, afinal, não deixa de ser uma *posição política*, da qual não se pode esperar outro resultado que não o benefício de sistemas e práticas já estabelecidos. Deste modo, as representações religiosas tanto podem induzir à alienação e ao conformismo quanto produzir comportamentos questionadores. O apoliticismo tem o poder de exercer aquilo que Rancière (2014, p. 32) chamou o “o mais antigo trabalho da arte política, aquele que alcança o seu acabamento à beira do seu fim, a sua perfeição à beira do seu abismo”: a despolitização.

Em sentido análogo à ilustração bourdesiana dos campos, política e religião disputam espaços continuamente, avançando ou recuando, mas mantendo extensos pontos de contato. Para Oro (2003), há mais aproximação e continuidade entre as duas esferas do que separação e diferenças. Aqui também há um importante debate sobre a privatização do sagrado, base da epistemologia moderna, correspondente ao processo de secularização das instituições.

Diversos autores defendem que estamos assistindo ao fenômeno de dessecularização, enquanto outros questionam se de fato a secularização é uma categoria válida para a análise da modernidade. Essa discussão [sobre a privatização da religião *versus* a produção de uma leitura política do sagrado] é absolutamente sedutora, pois existem argumentos convincentes para perspectivas antagônicas⁴⁵.

Na esfera da política institucional e partidária, a atuação política neopentecostal é marcada pelas estratégias de alianças e pelo pragmatismo comum ao *modus operandi* dos demais grupos. Já o discurso é orientado em termos de uma lógica corporativa, cuja afinidade com o mercado determina as dinâmicas internas de operação do capital eleitoral à disposição. Nesta engrenagem, a Igreja não é um partido político, mas cria e detém fatia significativa de uma organização partidária. Não é uma organização empresarial, mas torna-se proprietária uma dezena de veículos de comunicação que lhe fornecem sustentação política. Enquanto estas duas categorias têm possibilidades limitadas de atuação, a Igreja se constitui a medula de um sistema ao qual as demais instituições se subordinam. Tal poder se relaciona à sua capacidade de aglutinar alianças e interesses de poderes correlatos, transformando em negócio a estruturação de um sentido partilhado da moral religiosa, transmitido por meio de técnicas comunicacionais que permitem o registro, a seleção e a exclusão de elementos do cotidiano da população. Estes elementos podem ser interpretados e reinterpretados conforme o repertório simbólico disponível.

Para compreender o percurso neopentecostal na política brasileira, parto de 1933, ano de eleição do primeiro parlamentar evangélico. O pastor metodista Guaracy Silveira teve a candidatura lançada como parte de um movimento de reação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB⁴⁶) à articulação entre o governo Vargas e a Igreja Católica. Naquele contexto, a Liga Eleitoral Católica (LEC) buscava reaver espaços de poder perdidos desde a Proclamação

⁴⁵ Henrique Vieira, pastor da Igreja Batista do Caminho, de Niterói, filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e disputou uma vaga à câmara de vereadores do Rio de Janeiro em 2016. Progressista, advoga por preceitos fortemente amparados na Teologia da Libertação e defende que é dever da Igreja politizar seus discursos e práticas, sem o quê a mensagem do Evangelho não pode ser efetiva, pois esta revela que o projeto de Deus para os homens é a justiça social.

⁴⁶ A Confederação Evangélica do Brasil foi uma entidade representativa do protestantismo brasileiro, fundada em 19 de junho de 1934, com o objetivo de coordenar e desenvolver alguns aspectos e atividades das igrejas e representá-las publicamente junto ao governo. Durante o período da Ditadura Militar, a CEB extinguiu suas atividades no campo social e posteriormente suspendeu as demais atividades, em função da vigilância repressiva. Na fase da redemocratização, nova diretoria foi eleita, desta vez ligada aos parlamentares da bancada. O episódio conhecido como “farra da CEB” foi determinante para sua extinção definitiva. Para saber mais, leia entrevista com o sociólogo e jornalista Waldo Aranha Lenz César, que foi secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da entidade. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/305/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60> Acesso em 30 de agosto de 2017.

da República. É importante chamar atenção para os conceitos expressos na bases da mobilização evangélica na política em 1933: a defesa da laicidade do Estado e do ensino público e a diversidade de pensamento e crença.

No âmbito legislativo, os protestantes históricos foram maioria entre os parlamentares evangélicos no período compreendido entre 1933 e 1986, de acordo com a seguinte distribuição entre as legislaturas: Metodistas (1933-1951), Presbiterianos (1951-1975) e Batistas (1975-1987). A chegada dos pentecostais ao protagonismo das candidaturas confessionais⁴⁷ na política brasileira se dá a partir de 1987 e coincide com o aumento numérico desta pertença religiosa na sociedade. Para os estudos de sociologia da religião, é consensual tomar como referência para a consolidação da presença evangélica na política brasileira a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, marco do processo de redemocratização do país. Naquele ano, 34 deputados federais evangélicos foram eleitos, 18 deles de filiação pentecostal (Paul Freston, 1994). Pelo menos um destes era da Igreja Universal.

É importante destacar que os anos de 1933 e 1986 guardam semelhanças contextuais na relação entre evangélicos e esfera pública. Às vésperas da Constituinte, a preocupação das lideranças evangélicas era com um possível privilégio a ser concedido à Igreja Católica durante a transição política e social pela qual passava o país. Assim, foi intensa a articulação para garantir a liberdade religiosa e a autonomia na relação Igreja/Estado. Conforme destaca Ricardo Mariano (2011, p. 249), “a concorrência entre católicos e evangélicos (antes restrita ao campo religioso) migrou para as esferas midiática e política”.

A demarcação de uma nova fase na vida pública do país também trazia consigo a reentrada dos movimentos sociais no debate público, e com eles a disputa pela ampliação dos direitos civis de mulheres e homossexuais. De forma secundária, também de negros e indígenas e suas tradições religiosas. É a partir da rejeição às transformações sociais vividas na virada entre os anos 80 e 90 que a estratégia do neopentecostalismo para a ocupação do legislativo se afirma. Para conter o avanço do debate em torno de pautas como o aborto, a homossexualidade e o feminismo, “a entrada pentecostal na política é um ato de defesa cultural: uma reação a mudanças no ambiente social que ameaçavam minar a capacidade de manter a cultura do grupo” (FRESTON, 1993, p. 216). Segundo Magali Cunha (2017, p. 38), a presença evangélica na Assembleia Nacional Constituinte se revela

⁴⁷ De acordo com MACHADO (2006), as candidaturas confessionais se diferenciam pela mobilização pública da identidade religiosa e de como este lugar na hierarquia religiosa é instrumentalizado para a competição no pleito.

um ato de afirmação de um grupo que se vê em crescimento numérico e geográfico, em franca conquista no campo econômico-financeiro, vivenciador de um momentum no contexto da redemocratização do país. Significa a construção da capacidade de evangélicos reivindicarem acesso à esfera pública institucional, assim como outros segmentos sociais emergentes, e saírem da invisibilidade, recriando sua identidade de minoria política e de subcultura religiosa para a de um grupo-alvo influente.

A primeira “bancada evangélica” se constituiu entre 1986 e 1989. Parte de seus membros esteve envolvida em denúncias feitas pelo Jornal do Brasil, durante os meses que antecederam a promulgação da Constituição de 88. Naquele período, um arranjo político garantiu que o então presidente José Sarney gozasse de um mandato de cinco anos. Em 30 de novembro de 1987, a manchete da primeira página do JB trazia a seguinte notícia: “Evangélicos adeptos dos cinco anos têm Cz\$ 108 milhões [cruzados] de Sarney”. O texto da reportagem⁴⁸ ironiza:

E pela primeira vez, caiu notícia do céu, como a bênção do presidente: Cz\$108,5 milhões, doados a fundo perdido para a Confederação Evangélica do Brasil — entidade desativada há quase vinte anos, que ressurgiu como ‘órgão de ação comunitária, sem fins lucrativos’, sob o comando de vinte constituintes. Tudo pelo bem-estar das almas e por uma graça difícil: o mandato de cinco anos.

O episódio ficou conhecido como “farra da CEB”. A exemplo do que acontecia nas demais legislaturas, os parlamentares evangélicos também se beneficiaram da farta distribuição de concessões de rádio e televisão. Entre janeiro e outubro daquele ano — data da promulgação da nova Constituição — foram distribuídas 539 emissoras de rádio e televisão a parlamentares de diferentes partidos, boa parte dos quais votariam a favor da emenda pelo mandato de cinco anos.

Aqueles dias demarcavam grandes mudanças não apenas no contexto brasileiro. Enquanto no âmbito nacional a década de 1980 foi marcada pelo processo de reabertura democrática, no contexto global ocorria o declínio da União Soviética. Contrastando com o triunfo capitalista na Guerra Fria, por aqui o medo do comunismo foi acionado para justificar um processo de transição profundamente controlado, com uma distensão “lenta, gradual e segura”⁴⁹.

O grande pavor que o comunismo desperta foi cultivado pelas máquinas de propaganda norte-americana e europeia desde a década de 30. Até os dias atuais, é um

⁴⁸ Cf. Entrevista de Waldo Aranha Lenz César à *Revista Ultimato*, concedida em março de 2007. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/305/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60> Acesso em agosto de 2017.

⁴⁹ O processo de abertura política teve início em 1974 e terminou em 1988, com a promulgação da nova Constituição. As declarações oficiais faziam menção a uma distensão “lenta, gradual e segura”, que garantiria que os militares teriam controle sobre o processo.

sentimento facilmente dirigido em momentos de rupturas históricas. Esteve presente no apoio de determinados setores da sociedade ao Golpe de 64 e no discurso midiático que lhe serviu de base. Nas primeiras eleições diretas depois de 21 anos de ditadura, foi canalizado durante a campanha para o Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado em 1980, como fruto da aproximação entre sindicalistas da região do ABC, intelectuais, artistas e militantes remanescentes de uma esquerda histórica, o partido congregava membros da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, corrente teológica cristã nascida na América Latina, que advoga a ideia de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

Em 1989, o enfrentamento entre Fernando Collor (PRN-AL, hoje PTC) e Luís Inácio Lula da Silva (PT) levou o primeiro ao Palácio do Planalto. Na fase pré-eleitoral, emergia a preocupação com a ameaça petista. Sindicalista, ex-metalúrgico e líder de massas, Lula no imaginário predominante Lula promoveria uma revolução comunista — e uma eventual vitória do PT traria consequências como o fechamento de igrejas. Havia também o argumento de que seu governo abriria espaço para a degeneração da instituição familiar, com a descriminalização do aborto, que supostamente passaria a ser realizado indiscriminadamente.

Contudo, como de praxe nas candidaturas ao executivo em todas esferas administrativas, Lula recebeu apoio de determinados setores religiosos, inclusive evangélicos. Após a derrota no primeiro turno, Leonel Brizola (PDT) articulou, por meio do seu correligionário Pastor Everaldo, um almoço entre Lula e cerca de 300 pastores evangélicos na Baixada Fluminense⁵⁰. Décadas mais tarde, Pastor Everaldo seria candidato à Presidência da República pelo Partido Social Cristão (PSC), como veremos adiante.

Mas logo um novo fato viria à tona, e no meio evangélico Lula não gozaria de grande prestígio. Naquele ano, a equipe de campanha de Fernando Collor levou ao ar um depoimento de Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, no horário eleitoral da última semana antes do pleito. Na gravação, ela acusava o candidato de ter oferecido dinheiro para fazer um aborto. Ao mobilizar o debate em torno do tema, o episódio foi um dos fatores que concorreram para a derrota do petista. Muitas destas alegações acionadas contra Lula continuam atuais e também foram amplamente utilizadas na disputa eleitoral entre Crivella e Freixo, em 2016. Questões morais e medos sociais estavam e continuam muito presentes em ambas as conjunturas, conforme demonstram alguns analistas (VITAL DA CUNHA *et alli* 2017).

⁵⁰ O perfil de Everaldo e sua trajetória são descritas no livro “*Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*” (VITAL DA CUNHA *et alli*, 2017). A declaração sobre o almoço articulado a pedido de Brizola foi dada pelo próprio pastor, entrevistado para a pesquisa.

Desde ponto em diante; o desenvolvimento deste texto entrelaça, em ordem cronológica, a incursão evangélica no legislativo brasileiro, destacando o desempenho da IURD neste contexto. Parto da afirmação já consensual de que a estratégia de ocupação da institucionalidade política brasileira se inicia com uma jornada às casas legislativas das três esferas (municipal, estadual e federal). O desejo inicial é conter a sanção de leis excessivamente “liberais”, regulando os costumes, ponto de partida para investimentos maiores. A mim, parece que o sucesso desta empreitada e a aceleração dos processos de subjetivação da fé foram determinantes para que os pentecostais se mostrassem mais propensos a aventurarem-se também nas campanhas ao executivo. Enquanto este processo histórico se dava, a IURD estava em vantagem, pois desde o início parecia ter um plano de poder em longo prazo.

Em 2016, Marcelo Crivella disputou e venceu a campanha à prefeitura da segunda maior cidade do país. Mas até aquele ano, corte temporal estabelecido para a produção deste trabalho, o projeto de evangelização do espaço público brasileiro valeu-se de diferentes táticas para alcançar cada um dos três poderes com capilaridade. Por isso, embora não abertamente confessional, a eleição de Crivella mobiliza minha atenção porque significa, a esta altura, o ponto de virada em que o legislativo já não parece prioridade, considerando que este ambiente já está controlado, e há uma aposta que justifica investimentos maiores na disputa por cargos do executivo⁵¹. O sucesso de Crivella em 2016 não se deu por acaso. O ingresso da IURD na política brasileira remonta aos primeiros anos de sua formação. Ainda em 1989, a Igreja foi reconhecida como “instituição de utilidade pública” por meio da lei nº 1407, do município do Rio de Janeiro. O instrumento legal foi sancionado pelo então prefeito Marcello Alencar. Em 1990, a Universal dava seus primeiros passos para a penetração no universo da política institucional, mas esta aproximação vinha se construindo há mais de uma década. Factualmente, entretanto, podemos considerar que ali, após a redemocratização, se inicia de fato o empreendimento da IURD nas campanhas e pleitos, com a eleição de três deputados federais, entre eles o pastor Laprovita Vieira, braço-direito de Edir Macedo, e seis estaduais. Durante aquele mandato a IURD indicou o titular da pasta da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Rio de Janeiro.

Em 1997, a articulação de parlamentares evangélicos da câmara municipal do Rio foi decisiva para a concessão de licença para a construção da Sede Mundial da IURD,

⁵¹ Ver entrevista concedida à Folha de São Paulo pela professora Christina Vital, orientadora desta pesquisa: “Estratégia evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml> Acesso em 20 de agosto de 2017.

oficialmente chamada de Templo da Glória do Novo Israel, erguida no bairro de Del Castilho. O projeto ambicioso deu mostras da crescente influência política da IURD e de seu poderio econômico. A obra envolveu 50 engenheiros e arquitetos, 40 técnicos e 2.500 operários. Toda a produção simbólica em torno da construção da Sede apontava o caminho em busca da autenticidade religiosa, uma resposta ao menosprezo e à ironia pela ocupação de galpões alugados e salas de cinema, criticadas pelo “estilo franquia”⁵². A expectativa e o impacto causados pela construção da Sede podem ser também verificados no gesto do prefeito do Rio à época, Luiz Paulo Conde, que visitou as obras duas vezes, acompanhado de deputados e vereadores.

No plano federal, após a atuação parlamentar evangélica no período Constituinte, na a legislatura de 1991 a 1994 a bancada evangélica era formada por 23 deputados federais. Naquele período, a CPI dos Anões do Orçamento⁵³ implicou cinco destes. Em 1993 ocorreu um primeiro movimento no sentido da formação de uma aliança entre mandatos de deputados evangélicos; contudo, essa organização ainda incipiente não foi institucionalizada, o que só ocorreria dez anos depois, com o registro da Frente Parlamentar Evangélica, em 2003.

Na legislatura compreendida entre 1995-1998, a bancada da Câmara Federal cresceu e aglutinou 27 deputados evangélicos e 2 senadores. No primeiro ano de mandato, o deputado batista Jabes Rabelo (PTB-RO) foi cassado após suspeitas de ligação com o tráfico. Foi também durante aquele período que o senador evangélico Íris Rezende (MDB-GO) tornou-se Ministro da Justiça do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSBD-SP).

Nas eleições de 1998 o Rio de Janeiro elegeu chapa duplamente evangélica, composta pelo presbiteriano Anthony Garotinho (PDT-RJ), como governador, e pela assembleiana Benedita da Silva (PT-RJ), vice. Daquele pleito, a IURD também saíria fortalecida. Em 18 estados da federação, 26 deputados foram eleitos com seu apoio, e outros 17 conquistaram cadeiras na Câmara Federal, sendo 14 diretamente membros da Igreja (ORO apud FONSECA, 1998, p. 20).

Em 2000, nas eleições municipais, dezenas de vereadores aliados à IURD foram eleitos em todos os estados do país. Em 2002, a Igreja superou o feito anterior. Suas bênçãos afiançaram a eleição de 16 deputados federais ligados à sua estrutura institucional, e mais

⁵²Edlaine Gomes (2011) discute a fundo estas questões na etnografia “A Era das Catedrais: autenticidade em exibição”, produto de sua tese de doutorado apresentada em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

⁵³ O escândalo dos Anões do Orçamento implicou um grupo de congressistas brasileiros envolvidos em fraudes com recursos do Orçamento da União. Os principais acusados eram deputados de “baixa estatura política”, sem expressividade diante da opinião pública — daí o nome que batizou o episódio.

quatro exteriores a ela. Embora a IURD se destaque neste processo, quando vamos aos números entendemos a complexidade deste movimento de ocupação do legislativo: entre 1999-2002, 51 deputados eleitos passaram a compor a bancada evangélica da Câmara Federal, o que significa que pelo menos 34 destes não tiveram apoio da IURD. Mas o fato mais notável daquele pleito foi a eleição de Crivella ao Senado, com mais de três milhões de votos em sua primeira candidatura. Também em 2002, Garotinho lançou-se candidato à Presidência da República e foi o terceiro colocado. Controvérsias ocorridas durante aquela campanha geraram desdobramentos posteriores. Oro (2003) descreve os acontecimentos:

Dos catorze deputados federais da IURD constantes na legislatura 1998-2002, dez foram reconduzidos à Câmara Federal nas eleições de 2002. Os quatro restantes não concorreram à reeleição. A questão que fica no ar é saber se houve uma desistência voluntária dos mesmos ou a não candidatura se deveu a uma decisão da Igreja. Relativamente às eleições proporcionais para os legislativos estaduais, a IURD enfrentou, nas mesmas eleições de 2002, um problema até certo ponto inesperado. Trata-se de parlamentares estaduais apoiados ou egressos da própria Igreja em eleições passadas, que mesmo não recebendo o apoio da Igreja das últimas eleições concorreram “espontaneamente” à reeleição. Isso ocorreu, por exemplo, no Rio de Janeiro, no Ceará e no Rio Grande do Sul. Em seu lugar, a Igreja apresentou e apoiou outros candidatos que foram, em sua maioria, eleitos, diferentemente daqueles que se lançaram por conta própria (...) e amargaram uma estrondosa derrota. Tudo indica que a retirada do apoio àqueles parlamentares se deveu ao fato de que eles ou não se submeteram às diretrizes e orientações estabelecidas pelos articuladores políticos da Igreja ou não atuaram de acordo com a expectativa alimentada por eles. (...) é difícil prever um apoio unilateral da Igreja posto que seus congressistas em cada votação terão de optar, embora nem sempre isso seja possível, entre as orientações partidárias e os interesses da Igreja, não necessariamente coincidentes. Aliás, a mesma situação ocorreu por ocasião do segundo mandato do governo FHC (1999-2002) quando a IURD, por razões simbólicas e instrumentais, opôs-se ao governo central. No entanto, naquele momento, conforme sublinha Fonseca, a passagem da Universal para a oposição não se refletiu obrigatoriamente nas votações de seus parlamentares, o que significa que não haveria um “voto *iurdiano*” no Congresso Nacional. (ORO, 2003, p. 54).

Por estes motivos, este autor especula sobre o significado destes fatos para o projeto político da IURD. Eles podem ser lidos na chave do fracasso, revelando uma certa incapacidade da Igreja em promover um entendimento comum entre seus deputados? Ou a chave correta para a leitura é a da sofisticação política, porquanto a IURD distribuía seus deputados em diversos partidos, para ampliar as possibilidades de barganha?

O tempo trouxe respostas. Se a estratégia era essa, ela parece ter dado errado, pois os fatos relatados culminaram na fundação do Partido Republicano Brasileiro (PRB), em 2005, nascido Partido Municipalista Renovador (PMR). Até 2003, nove dos 18 deputados eleitos pela IURD abrigavam-se no Partido Liberal (PL). Além da dificuldade enfrentada para manter a coesão nas eleições de 2003, a Igreja viu seu principal articulador na Câmara, o Bispo Rodrigues, perder influência após denúncias de corrupção. Ressentidos com a mingunte

importância da IURD nos bastidores do PL, os pastores-deputados articularam a criação do novo partido. À época se disse que o PL cresceu com a entrada da IURD, mas que, após a vitória de Lula a sigla podia prescindir da Universal, pois, politicamente, estava maior que a Igreja⁵⁴. Ledo engano. Embora o partido não assuma a Igreja e a Igreja não assuma o partido, desde então o que comumente se afirma é que este se tornou o “braço político” da Universal, representando pragmaticamente seus interesses e princípios. Segundo reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, as assinaturas necessárias para a formalização da sigla foram coletadas nos templos da IURD. O registro foi deferido pelo Superior Tribunal eleitoral em agosto de 2005. Dois meses depois o partido foi renomeado como PRB, a partir da entrada de José Alencar, então vice-presidente da República.

Filiado ao MDB desde o início de sua trajetória política, Alencar migrou para o PL em 2001, motivado pela possibilidade de compor chapa à presidência com Lula. Segundo Oro (2003) a escolha da nova legenda se deu a partir de um cálculo político que mirava os votos dos fiéis da IURD⁵⁵. Com o escândalo do Mensalão⁵⁶, que atingiu algumas das principais lideranças do PL, Alencar desfilou-se. Mantendo a estratégia de atrair votos dos frequentadores da IURD, vinculou-se ao PRM no mesmo mês de sua criação, o que conferiu maior peso político à sigla. Foi de Alencar a ideia de alterar o nome do partido para PRB, pois, segundo seu ponto de vista, o conceito de republicanismo transmitia a ideia de responsabilidade no trato com a coisa pública⁵⁷.

Embora considere este fato político de extrema importância para compreender como a IURD garantiu seu quinhão no jogo político brasileiro, acredito que não é possível ignorar outro acontecimento de grande importância ocorrido após a primeira eleição de Lula. Em setembro de 2003, na Câmara Federal, foi institucionalizada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que destaca entre suas finalidades:

procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a

⁵⁴Ver: “Igreja Universal vai criar partido político”, originalmente publicado em 13 de janeiro de 2005 na Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200515.htm>. Acesso em 23 de março de 2018.

⁵⁵ A relação entre o PT e os políticos evangélicos será melhor compreendida no desenvolvimento deste trabalho. Contudo, cabe por ora destacar que houve uma longa e lucrativa trégua entre petistas e lideranças evangélicas ao longo de oito anos.

⁵⁶ O Escândalo do Mensalão ocorreu entre 2005 e 2006, primeiro mandato do presidente Lula. Foram réus da Ação Pena 470, movida pelo Ministério Público no STF, lideranças do PT, do PTB, do PPS, PP, PRB, e PR, sob acusação de compra e venda de votos no parlamento, para favorecer matérias de interesse do PT.

⁵⁷Estatuto de 2014. Disponível em: <http://www.prb10.org.br/o-partido/historia/>. Acesso em 15 de março de 2018.

partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme a Sua Palavra⁵⁸.

Durante os meses que se seguiram à criação da Frente houve forte oscilação numérica. A composição formal foi inaugurada com 58 deputados e 3 senadores, mas rapidamente envolveria cerca de 90 membros. Porém, o escândalo dos Sanguessugas, que revelou um esquema de desvio da verba destinada à compra de ambulâncias em todo o país em 2006, abalou a moral do grupo. Reportagem de *Folha de S. Paulo* publicada em 12 de agosto daquele ano registra:

Integrantes da bancada evangélica do Congresso receberam 58% do total da propina repassada a parlamentares pela máfia das ambulâncias, aponta o relatório da CPI dos Sanguessugas aprovado anteontem. Dos 66 congressistas ligados a igrejas evangélicas tradicionais ou neopentecostais, 23 - mais de um terço da bancada - estão envolvidos nas irregularidades e tiveram a cassação de seus mandatos sugerida. Juntos, receberam ao menos R\$ 5,3 milhões dos cerca de R\$ 9 milhões que a família Vedoin afirma ter pago como "comissão" pelo direcionamento de emendas. Dos 23 congressistas, 10 são ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, e nove, à Assembléia de Deus. Nos depoimentos à Justiça Federal e à CPI, Darci e Luiz Vedoin, os donos da Planam, mostram que a bancada dos evangélicos esteve na origem da máfia.

Como resultado da repercussão gerada pelo episódio, a FPE começou a legislatura compreendida entre 2007-2010 com apenas 40 deputados. Ao longo dos quatro anos seguintes, recuperou-se rapidamente. Como estratégia de ação, os parlamentares da Frente se inscrevem nas comissões mais importantes para a defesas de tais “propósitos de Deus”, ou valores de moralidade: prioritariamente Constituição e Justiça, Seguridade Social, Família e Direitos Humanos. Em cada uma destas, os deputados acompanham as discussões mais relevantes, o andamento das atividades e o encaminhamento dos projetos, sobretudo daqueles que contrariam os “preceitos bíblicos”. Segundo relata Bruna Suruagy Dantas (2001), a atribuição da secretaria executiva da Frente é estar atenta às datas de votações desses projetos e enviar um e-mail para cada parlamentar solicitando sua presença na comissão. Mesmo aqueles que não integram a respectiva comissão são convidados a comparecer, para se manifestar e argumentar, com o propósito de convencer os presentes. O esforço em reunir o maior número de parlamentares evangélicos tem como objetivo exercer pressão sobre seus pares. A Frente também se preocupa com a escolha do relator responsável pela elaboração de um parecer favorável ou contrário à propositura. Quando um projeto de teor mais sensível é

⁵⁸O site da FPE foi retirado do ar, mas a íntegra do estatuto encontra-se anexa ao requerimento 3424 de 2015, disponível no site da Câmara dos Deputados. Cf.: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf

encaminhado para determinada comissão, logo se prepara um requerimento reivindicando a relatoria. Esta estratégia foi sendo aperfeiçoada ao longo do tempo.

Em 2010, a base eleitoral dos deputados evangélicos deu nova demonstração de força. Na disputa à presidência, o segmento encontrava-se dividido entre o apoio à Marina Silva (então PV-AC, hoje Rede Sustentabilidade), e Dilma Rousseff (PT) no primeiro turno. Silva foi uma das fundadoras do diretório estadual do PT do Acre. Filiou-se ao Partido Verde (PV) em 2009, depois de ter sido Ministra do Meio Ambiente nos governos Lula. Aproximou-se da política partidária por meio de sua atuação como ambientalista. Como fiel católica, identificava-se com a Teologia da Libertação e militava nas Comunidades Eclesiais de Base. Converteu-se à Igreja Assembleia de Deus em 1997. Especula-se que seu afastamento do PT tenha se dado em função da escolha de Dilma Rousseff como candidata à sucessão de Lula.

No segundo turno, Silva ficou fora da disputa e a candidatura de Rousseff foi preterida por um número considerável de lideranças evangélicas, que anunciaram apoio a José Serra (PSDB-SP). Os políticos ligados à IURD, entretanto, mantiveram-se fiéis ao PT. Durante aquele primeiro mandato de Dilma, Marcelo Crivella foi nomeado Ministro da Pesca e Aquicultura. Entre 2010-2014, a FPE aglutinou 73 lideranças políticas e, em 2013, viveu o marco da indicação de Feliciano à CDHM.

Em 2014, as candidaturas confessionais à Câmara Federal aumentaram 40% com relação ao pleito anterior⁵⁹, mas é importante destacar que nem todos os membros da FPE mobilizam seu lugar em uma comunidade religiosa como argumento eleitoral. Além disso, curiosamente, nem todos os componentes da FPE são evangélicos. Políticos que não declaram religião ou que se identificam como católicos também fazem parte do grupo, por razões que vão desde a identificação com a visão moral, no caso dos católicos, ao mero oportunismo político.

As eleições presidenciais de 2014 representaram um marco das estratégias políticas dos evangélicos, com a candidatura do Pastor Everaldo à Presidência da República. Filiado ao Partido Social Cristão (PSC), cujas principais lideranças são associadas às Assembleias de Deus, Everaldo protagonizou a tentativa pentecostal de chegar ao Palácio do Planalto. Embora tenha terminado o pleito com uma votação inexpressiva, sua candidatura ficou marcada por ter sido a primeira abertamente confessional a mirar a Presidência.

Logo após a definição do nome do Pastor Everaldo para candidato à Presidência da República pelo PSC, os jornais anunciavam a formação do que era chamado um “bloco evangélico”, isto é, a tentativa de convergência de votos de evangélicos em

⁵⁹ Cf. VITAL DA CUNHA *et alii*, 2017.

sua candidatura, com teto esperado em 10%. Este bloco teria como objetivo fortalecer o nome do candidato cristão para a obtenção do maior número de votos possível, com vistas à ocorrência de um segundo turno e uma consequente maior influência nesse processo. A estratégia era aumentar a participação no próximo governo, inclusive, direcionando algumas pautas para seus interesses como bloco político-religioso. Este “bloco evangélico” seria integrado por membros de diferentes denominações sob a coordenação de lideranças ligadas predominantemente à Igreja Assembleia de Deus. Essa abordagem teve força na mídia, embora fosse absolutamente rechaçada pelo candidato cristão (VITAL DA CUNHA *et alli* 2017, p. 35).

Apesar das previsões, Pastor Everaldo terminou o pleito com 0.75% dos votos válidos, em quinto lugar. Os motivos para o fracasso da empreitada foram muitos, mas destaque especialmente o desempenho negativo do candidato em entrevistas e debates. Ao longo de toda a campanha, Everaldo fez menções a passagens bíblicas para justificar suas posições reacionárias e apresentou-se como um Davi lutando contra o Goliás que ameaçava a família tradicional. Sua candidatura foi vista com simpatia por lideranças evangélicas, entre elas o Bispo Robson Rodovalho⁶⁰, que em junho de 2014 enviou artigo assinado à *Folha de S. Paulo* manifestando seu contentamento em observar o momento político. Intitulado “Antes pedintes, hoje negociadores”, o texto fazia menção à consolidação do segmento evangélico como *player* no jogo partidário. No início da disputa, Everaldo apresentava o maior volume de intenções de voto entre os chamados “nanicos”, mas aos poucos houve a convergência do eleitorado evangélico para Marina Silva, que concorria como vice de Eduardo Campos (PSB-PE), morto em acidente de avião dois meses antes do primeiro turno. Após o episódio, Silva passou à cabeça de chapa e alcançou chances reais de ser eleita. Ironicamente, esta convergência levou junto Rodovalho, que anunciou seu apoio à candidata.

A morte de Campos, aliás, foi interpretada por setores evangélicos como um “sinal de Deus”, que apontava a eleição de Silva como preferencial em virtude de sua filiação religiosa. Pressionada de um lado por eleitores evangélicos que cobravam um compromisso oficial com a Igreja e exigiam a retirada de trechos que contemplavam a comunidade LGBTQ em seu plano de governo, o que acabou por efetivamente acontecer após ataques públicos de pastores como Silas Malafaia⁶¹ (DIP, 2008, p. 19), Silva também teve que responder às pressões de seu eleitorado progressista, identificado com a agenda ambiental e de perfil jovem. Sua candidatura, ao final, minguou, e o acesso ao segundo turno foi garantido pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG).

⁶⁰Rodvalho é ex-deputado federal e bispo da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, da qual é fundador junto com a esposa, Maria Lúcia Rodvalho.

⁶¹Malafaia é líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e uma das maiores lideranças midiáticas do segmento neopentecostal.

Enquanto o PSC apostava na formação do “bloco evangélico” em torno da candidatura de Everaldo, o PRB testava o nome de Crivella ao Governo do Rio. Os dois partidos exercem a maior influência na bancada. Às vésperas das eleições de 2016, a fatia do PSC na FPE correspondia a nove deputados, contra 18 do PRB, de um total de 87. Em número de filiados, o PSC (418.023) é ligeiramente maior que o PRB (383.915)⁶². Ao contrário da IURD, as igrejas que compõem a denominação das Assembleias de Deus não possuem centralização de mando e seus representantes na política não se concentram em um único partido. Por isso, na divisão por denominação as AD lideram o *ranking*. Também em 2016, a FPE contava com 30 parlamentares assembleianos e 12 iurdianos. Esta configuração não tem variado, mas o quadro numérico é circunstancial. Em função das danças das cadeiras estabelecidas entre o legislativo e as instâncias municipal e federal do executivo, novos suplentes estão constantemente assumindo vacâncias de parlamentares que assumem cargos na administração direta.

Crivella é apenas o mais emblemático dos casos em que religiosos foram bem-sucedidos no executivo municipal. Em 2017, pelo menos 8 das 26 capitais brasileiras também tinham como prefeitos pastores ou membros ativos de comunidades evangélicas. Em 2016 o PRB cresceu 33% com relação ao pleito de 2012 e galgou 106 prefeituras. Com o poder de veto e de sanção aos projetos de lei nas mãos, estes prefeitos aprovam diversas iniciativas que versam sobre benefícios econômicos e fiscais a Igrejas e seus membros, tais quais doações de terrenos situados em áreas públicas para a construção de templos; criação de datas comemorativas religiosas e alterações no estatuto de órgãos públicos para incluir a influência de atividades religiosas em suas atribuições previstas.

Nada muito diferente dos projetos formulados no legislativo federal, que pretendem também oferecer privilégios legais a membros de igrejas, conceder tratamento diferenciado em provas e concursos a candidatos autodeclarados evangélicos, suspender a assistência médica e psicossocial a vítimas de estupro, promover o ensino religioso nas escolas, vetar o avanço da discussão sobre o aborto mesmo em caso de estupro, de risco de morte para a mãe ou anencefalia do feto, garantir a institucionalização do projeto Escola Sem Partido⁶³, facilitar

⁶² Os dados são de julho de 2017 e constam da grande reportagem “*Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*”, de Andrea Dip, publicada em livro em 2018.

⁶³ Criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o “Escola sem Partido” teve início como um projeto da sociedade civil para combater aquilo que os seus organizadores qualificam como “doutrinação ideológica” nas escolas. A partir de 2015 o movimento começou a inspirar diversos projetos de lei em câmaras municipais de todo o país. O Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas, a Advocacia Geral da União e o Ministério Público já emitiram diversos pareceres contrários a estes projetos.

o acesso a recursos públicos por igrejas que realizam projetos de assistência social ou de combate às drogas, e, por fim e não menos importante, impedir o avanço das pautas de gênero, tais quais o casamento civil, a adoção de crianças e o uso do nome social no caso dos transsexuais, dificultando o pleno exercício das liberdades dos indivíduos LGBTQs.

Ao contrário do que se pode depreender, porém, os membros da FPE não passam o dia escrevendo e acompanhando projetos de lei relacionados a temas religiosos. *Ranking* de 2015 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) inclui 87% dos componentes da Frente entre “os mais inexpressivos” do parlamento brasileiro. Muitos jamais tiveram um projeto de lei aprovado, ou tiveram em número irrisório, como é o caso de Jair Bolsonaro, ídolo da nova direita brasileira. O militar reformado do PSC-RJ foi batizado em 2016 nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, tornando-se membro da Assembleia de Deus de Madureira. Em três décadas de parlamento, encaminhou 174 proposições e teve apenas duas aprovadas. Conhecido por suas posições em defesa de torturadores da Ditadura, por sua apologia às armas e por suas declarações racistas e homofóbicas, Bolsonaro parece ser o alçapão encontrado no fundo do poço aberto em 2013, sintetizando a pior das dores que escaparam da caixa de pandora. Como empiricamente poderia ser observado, outro levantamento do DIAP define o congresso eleito em 2014 como “o mais conservador desde 1964”⁶⁴.

A ONG Transparência Internacional, por sua vez, apresentou em 2015 levantamento sobre a FPE no tocante às dívidas de seus membros com a lei: todos os deputados respondem a processos judiciais. Os crimes são diversos: peculato, corrupção passiva, improbidade administrativa, sonegação de impostos, formação de quadrilha, estelionato, violência doméstica, lavagem de dinheiro, abuso de poder econômico em processo eleitoral, etc. Destes, 23 respondem por estes crimes no Supremo Tribunal Federal. Tudo isto terminou por se refletir no tumultuado impedimento de Rousseff, que teve a figura de Eduardo Cunha (MDB-RJ) como grande protagonista. Sua relevância no processo político recente é evidente. No fim de 2015, Cunha acatou a abertura do processo de *impeachment* apenas alguns meses após romper com o governo, acusando Rousseff de ter se articulado à Procuradoria Geral da República para incriminá-lo na Lava Jato. A abertura do processo também se deu apenas algumas horas depois do PT ter se recusado a dar-lhe sustentação na Comissão de Ética da Câmara, que julgaria a cassação de seu mandato por quebra de decoro. Com uma votação a toque de caixa em um domingo de abril, a Câmara afastou a presidenta Dilma Rousseff pelo

⁶⁴ Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

crime de responsabilidade fiscal, justificativa formal para o impedimento. Bolsonaro dedicou seu voto ao torturador de Rousseff, que foi militante da luta armada durante a Ditadura. Cunha comandou a sessão, e ao proferir seu voto, clamou: “*Que Deus tenha misericórdia deste país*”. Perícia técnica do Senado solicitada a pedido da defesa da presidenta e apresentada apenas dois meses depois concluiu que não houve participação de Rousseff nas tais “pedaladas fiscais”, manobras de maquiagem das contas públicas. O laudo corroborou a tese da defesa, que argumentou que não houve crime de responsabilidade⁶⁵.

No âmbito penal, o Ministério Público concluiu que as “pedaladas” não configuram crimes comuns, não havendo motivos para a responsabilização penal da presidenta. Enquanto Rousseff permanece sendo investigada pela Operação Lava Jato, Cunha está preso desde 2016. O ex-deputado é réu em três processos: no primeiro deles é acusado de receber propina relacionada à compra pela Petrobras de um campo de petróleo na costa do Benin, na África, em 2011. Segundo as investigações, a aquisição custou US\$ 34 milhões aos cofres da estatal brasileira e Cunha utilizou uma conta secreta na Suíça para receber 1,3 milhão de francos suíços depois do fechamento do negócio, o equivalente a R\$ 4,76 milhões. A segunda acusação refere-se ao recebimento de cinco milhões de dólares em propina para a mediação de contratos de compras de navios-sonda. Já na ação aberta pelo STF, Cunha é acusado de praticar corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica com fins eleitorais. Presidida pelo deputado João Campos (PSDB-GO) na ocasião do processo, a FPE apoiou Cunha e emitiu nota pública favorável ao deferimento do *impeachment*.

Em grande medida, os fatores que ensejaram as transformações em curso e que culminaram nos fatos de 2016 estão associados ao descontentamento cada vez maior dos parlamentares evangélicos com as ações do governo do PT. A aliança entre PT e IURD fez com que deputados de outras denominações se sentissem preteridos. Lideranças religiosas de grande apelo midiático, como o Pastor Silas Malafaia, começaram a atacar as ações do governo no âmbito do combate à homofobia. A resistência de Rousseff em receber e atender pedidos dos parlamentares também contribuiu para uma indisposição generalizada. A chegada de Feliciano à presidência da CDHM foi, de fato, um primeiro sinal do que estaria por vir.

⁶⁵ Ver reportagem publicada pelo Estadão em 14 de julho de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>. Acesso em 23 de março de 2017.

2.2 Produção discursiva, imagens e contextos da campanha de Crivella em 2016

Encerrado o prazo de registro das candidaturas ao pleito de 2016, a campanha à Prefeitura do Rio contava com dez postulantes. Disputaram o comando da administração direta municipal Alessandro Molon (Rede), Carlos Osório (PSDB), Carmen Migueles (Novo), Cyro Garcia (PSTU), Flávio Bolsonaro (PSC), Índio da Costa (PSD), Jandira Feghali (PCdoB), Pedro Paulo (MDB), Marcelo Crivella (PRB) e Marcelo Freixo (PSOL). As convenções partidárias para a escolha dos candidatos ocorreram entre 20 de julho e 5 de agosto.

Com a confirmação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto, a campanha de 2016 foi vivenciada em meio ao ápice da crise política iniciada em 2013. Boa parte das articulações e da incidência nos meios de comunicação também aconteceu em meio à realização dos Jogos Olímpicos (5 a 21 de agosto) e Paralímpicos (7 a 18 de setembro) no Rio. A propaganda eleitoral gratuita no Rio de Janeiro começou a ser exibida em 26 de agosto e terminou em 29 de setembro. O primeiro turno ocorreu no dia 2 de outubro.

Como parte do material empírico coletado para este trabalho, busquei recuperar detalhes das eleições de 2016 a partir de 3 de outubro, quando a campanha ao segundo turno efetivamente começou. Neste subcapítulo, exploro apenas os esforços de comunicação da campanha de Crivella. O *corpus* do qual fiz uso para elaborar esta análise reúne boa parte das peças de comunicação criadas para a campanha, como o *jingle*, o site, os perfis oficiais nas redes sociais, alguns vídeos exclusivos para a Internet, assim como programas do horário eleitoral gratuito, debates e entrevistas. Ao todo, assisti 17 horas de vídeos e analisei 387 conteúdos em texto. Também entrevistei um profissional que compôs a equipe da Vitorino & Mendonça, empresa contratada para executar as ações de comunicação digital no segundo turno. Nossa conversa se realizou no dia 11 de maio de 2017, e, embora este interlocutor tenha optado por não se identificar, permitiu que o conteúdo fosse gravado. A partir de agora, o chamarei apenas de João.

Antes de discorrer sobre a documentação material, considero importante determinar brevemente sobre o contexto municipal e estadual que precedeu a chegada de Crivella ao comando da prefeitura carioca. Entre outras particularidades, aqueles dias foram vivenciados em meio a um estado de calamidade pública decretado pelo governador em exercício, Francisco Dornelles (PP), desde o dia 17 de junho daquele ano. Atrasos nos salários dos servidores estaduais, denúncias de negócios escusos entre as administrações estadual (Luiz

Fernando Pezão, MDB, licenciado em 28 de março) e municipal (Eduardo Paes) e as empresas envolvidas na preparação para os jogos, remoções contestadas por movimentos de moradia e questionamentos sobre os investimentos realizados em mobilidade urbana e na construção do Parque Olímpico foram algumas das motivações de constantes protestos que tomavam o Centro do Rio durante o período eleitoral. Para coroar o período conturbado, a ciclovia Tim Maia, parte do pacote de obras entregues para a inauguração dos jogos, desabou durante uma ressaca marítima no dia 21 de abril, quando o então prefeito estava em viagem oficial à Grécia para a cerimônia de acendimento da tocha olímpica. Duas pessoas morreram na ocasião e os jornais revelaram que a empresa contratada para a construção da ciclovia, elevada sobre o mar das praias do Leblon e São Conrado e paralela à Avenida Niemeyer, pertencia à família do secretário municipal de turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello.

Diante deste quadro de anomia, a campanha de 2016 parecia um impedimento à continuidade do MDB na Prefeitura. A bancarrota do governo estadual do Rio de Janeiro e o controverso processo de *impeachment* no plano federal comprometeram a imagem do partido, que no contexto carioca ocupava as cadeiras das três instâncias do poder executivo. Parte da discussão sobre a sucessão municipal girava em torno da escolha de Pedro Paulo Carvalho, secretário de governo de Paes, como nome indicado à sua sucessão. Considerada um erro de cálculo por muitos analistas, para os quais os demais problemas eram menores diante da inexpressividade eleitoral de Pedro Paulo, a candidatura situacionista foi chancelada pelo prefeito. Outros dois candidatos também mantiveram certo nível de envolvimento com o MDB. Preterido nas rodadas prévias de discussão, Carlos Roberto Osório havia sido secretário estadual de transporte e desfilou-se do partido para concorrer à Prefeitura pelo PSDB. Já Jandira Feghali (PCdoB) foi secretária de cultura da primeira administração de Paes, entre 2009 e 2010.

Representada em três candidaturas (Alessandro Molón, Jandira Feghali e Marcelo Freixo) a esquerda política do Rio de Janeiro encontrava-se igualmente fraturada, com PT e PCdoB de um lado, PSOL de outro. Embora os três estivessem unidos nas rodadas de votação contra o *impeachment*, os dois primeiros acusavam o PSOL de desunir o campo progressista, enquanto o PSOL os acusava por suas alianças com o MDB, razão pela qual se explicaria toda a crise política vivenciada no país. Alessandro Molón corria por fora, tendo anunciado no ano anterior sua saída do PT e seu ingresso na Rede. No primeiro turno, porém, os três candidatos firmaram um pacto de não-agressão. Durante os meses que antecederam o pleito, Pedro Paulo teve que recorrentemente se explicar sobre denúncias de violência doméstica, e tornou-se alvo preferencial do PSOL, que mirava alcançar o segundo lugar, já que a presença de Crivella no

segundo turno era dada como certa. A estratégia da campanha do PRB também era mirar as baterias contra Pedro Paulo, já que a conquista do eleitorado de Freixo era considerada mais difícil, por tratar-se de um voto ideológico. As principais especulações versavam sobre o apoio do MDB em caso de vitória de Freixo sobre Pedro Paulo. O apoio da sigla poderia ser decisivo para o resultado final.

Desde as prévias partidárias Crivella liderava as intenções de voto. Seu nome já havia sido testado em três ocasiões anteriores nas quais ele concorreu a órgãos da administração direta. Em 2004, ficou em segundo lugar no pleito que elegeu César Maia (DEM⁶⁶-RJ) no primeiro turno. Em 2006, tentou o Governo do Estado, mas perdeu o acesso ao segundo turno para Denise Frossard (PPS-RJ). Em seguida, anunciou apoio a Sérgio Cabral (MBD). Em 2008, foi superado por Fernando Gabeira (PV-RJ) no pleito em que Eduardo Paes foi reeleito. Seu histórico eleitoral encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 1 - Desempenho eleitoral de Crivella entre 2002 e 2016

Ano	Cargo Postulado	Votos válidos	%	Posição
2002	Senador	3.243.289	21,60%	2° (Eleito)
2004	Prefeito	753.189	21,83%	2°
2006	Governador	1.531.431	18,54%	3°
2008	Prefeito	625.237	19%	3°
2010	Senador	3.332.886	22,66%	2° (Eleito)
2014 (1° turno)	Governador	1.619.165	20,26%	2°
2014 (2° turno)	Governador	3.442.713	44,22%	2°
2016 (1° turno)	Prefeito	842.201	27,77%	1°
2016 (2° turno)	Prefeito	1.700.030	59,36%	1° (Eleito)

Na última pesquisa do Datafolha, publicada no dia anterior à votação, a grande questão em aberto era quem concorreria contra Crivella no segundo turno. Segundo a sondagem, Pedro Paulo liderava o *ranking* da rejeição (41%). Apesar disso, tinha 11% das intenções de voto, contra 14% de Freixo. Uma variação, portanto, dentro da margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, o que significava empate técnico.

⁶⁶ O Partido da Frente Liberal foi renomeado, em 2007, como Democratas.

Encerrada a apuração das urnas, o resultado do primeiro turno apresentou-se conforme quadro a seguir.

Quadro 2 - Resultado das eleições de 2016

Candidato	Partido	Vice	Coligação	Nº na urna	Votos válidos
Alessandro Molon	Rede Sustentabilidade	Roberto Anderson (PV)	Todos pelo Rio (Rede, PV, PPL)	8	43.426 (1,43%)
Carlos Osório	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Aspásia Camargo (PSDB)	Rio de Oportunidades e Direitos (PSDB, PPS)	5	261.286 (8,62%)
Carmen Migueles	Partido Novo (NOVO)	Tomas Pelosi (NOVO)	Não coligou	0	38.512 (1,27%)
Cyro Garcia	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	Marília Macedo (PSTU)	Não coligou	6	5.759 (0,19%)
Flávio Bolsonaro	Partido Social Cristão (PSC)	Rodrigo Amorim (PRP)	O Rio precisa de força para mudar (PSC, PRP)	0	424.307 (14%)
Índio da Costa	Partido Social Democrático (PSD)	Hugo Leal (PSB)	Juntos pelo Carioca (PSD, PMB, PSB)	5	272.500 (8,99%)
Jandira Feghali	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	Edson Santos (PT)	Rio em Comum (PCdoB, PT)	5	101.133 (3,34%)
Marcelo Crivella	Partido Republicano Brasileiro (PRB)	Fernando MacDowell (PR)	Por um Rio mais humano (PRB, PR, PTN)	0	824.201 (27,78%)
Marcelo Freixo	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Luciana Boiteux (PSOL)	Mudar é possível PSOL, PCB)	0	553.424 (18,26%)
Pedro	Partido do	Cidinha	Juntos pelo Rio		488.775

Paulo	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Campos (PDT)	(MDB, PDT, DEM, PP, PSDC, PTB, PMN, PHS) Por um Rio Solidário (PSL, SD) União Trabalhista Cristã (PTC, PTdoB) O Rio que eu quero (PEN, PROS, PRTB)	5	(16,12%)
-------	--	--------------	---	---	----------

Com a maior taxa de abstenção entre as capitais em 2016 e um considerável índice de votos brancos e nulos, 38,1% dos eleitores cariocas não confiou a nenhum dos candidatos o seu voto. Foram 3.708.857 votos válidos e 1.189.187 abstenções, 204.11 brancos 473.234 nulos. A grande vencedora de 2016 não tinha partido: caso fosse possível, a desilusão assumiria o gabinete do Palácio da Cidade.

No dia 3 de outubro, Marcelo Crivella e Marcelo Freixo começaram a disputar aquele que seria um dos mais polarizados confrontos dos últimos anos. Ao descrever a distância que se colocava entre as duas candidaturas, Crivella ilustrou: “um Himalaia de divergências”. O cenário político descrito guardava mais do que os jogos e estratégias comuns aos pleitos brasileiros. Havia, ali, uma representação condensada de toda uma tensão crescente no país. As questões identitárias tomaram o protagonismo de ambas as campanhas, posicionando o terreno da Cultura como setor estratégico da maior importância para a política institucional.

As articulações de apoio se iniciaram rapidamente. Como era previsível, Jandira Feghali e Alessandro Molón declararam apoio imediato ao PSOL. Flávio Bolsonaro e Carlos Osório, após certa cautela inicial, alinharam-se a Crivella. Além do triunfo sobre o MDB, a sigla também cresce na câmara municipal, elegendo seis vereadores, dois a mais que na legislatura anterior. Após o anúncio do resultado, Freixo afirmou aos veículos de imprensa presentes aos Arcos da Lapa, onde ele acompanhou a apuração: “Derrotar o MDB no Rio é uma homenagem à democracia”. Um eventual apoio de Índio da Costa, entretanto, foi considerado positivo: “Podemos debater programa, só não vamos negociar cargos. Chegamos aqui sem alianças espúrias e assim continuaremos”. Por sua vez, quando questionado sobre ter o MDB no palanque, Crivella se mostrou cauteloso: “não rejeito voto de nenhum eleitor”. Pedro Paulo, porém, emitiu nota afirmando que se posicionaria conforme orientação da legenda, mas via incompatibilidade entre as duas candidaturas que continuavam na disputa. De fato, os impedimentos para uma aproximação eram muitos. Se por um lado o PSOL vinha

sendo o grande opositor do MDB no Rio ao longo da gestão de Paes, e a mais estridente bancada na Câmara, por outro uma aliança era igualmente inviável. Crivella escondia uma carta na manga, um Ás oculto que atendia pelo nome de Anthony Garotinho (PRP). O ex-governador é um adversário histórico do MDB no Rio. No primeiro turno das eleições de 2014, Garotinho e Crivella se enfrentaram. Ambos têm como eleitorado cativo o segmento evangélico e os cidadãos das camadas mais pobres da população. Naquele pleito, por diversas vezes Garotinho acusou Crivella de pertencer a uma articulação para dividir o eleitorado evangélico. Em entrevistas e declarações públicas, referia-se a Crivella como o “sobrinho do bispo Macedo”. No segundo turno, entretanto, o ex-governador capitulou e subiu ao palanque para apoiá-lo. Desta vez a aliança não era ostensiva, ainda que a herdeira política do ex-governador, a deputada Clarissa Garotinho (PROS), não fizesse questão de escondê-la. Sobre isto, em entrevista concedida ao *El País Brasil* por Marcelo Falhauber⁶⁷, ex-assessor de Paes e marqueteiro da campanha de Crivella, a versão oficial foi apresentada:

“Garotinho não queria apoiar Crivella. Garotinho é presidente do diretório regional e a filha Clarissa, do diretório municipal. Garotinho queria apoiar, no início, Índio da Costa, e Clarissa queria apoiar Crivella. Durante um almoço de domingo, ela disse: ‘olha, quem vai decidir no Rio de Janeiro sou eu’. Ela conseguiu com isso que o PRB, de Crivella, apoiasse o candidato do PR, dos Garotinho, em Campos e o PRB tirou sua candidatura. Foi um acordo político. Foi Clarissa quem indicou o vice Fernando McDowell. Que eu saiba Garotinho não teve nada a ver com essa indicação”.

Ao MDB, restou uma *sinuca*, optar pela neutralidade parecia ser a única saída possível em um quadro onde qualquer um dos resultados representava uma derrota. No segundo turno, Freixo e Crivella perseguiram objetivos diferentes. Freixo precisava conquistar os menos instruídos (52% dos escolarizados até a quarta série do Ensino Fundamental votou no candidato do PBR no primeiro turno). Crivella, por sua vez, precisava se aproximar dos jovens (39% apoiou Freixo), dos mais ricos (43%) e dos mais instruídos (36%). Freixo precisava conquistar o eleitorado dos bairros mais periféricos das Zonas Norte e Oeste — esta última com forte presença das milícias.

Uma das primeiras informações que João me forneceu foi a Análise de SWOT usada pela campanha de Crivella. Esta ferramenta, muito utilizada por administradores e marqueteiros, é empregada na etapa de diagnóstico de cenários no processo de planejamento estratégico. O quadro apresenta as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças associadas a imagem de um produto. Esta Análise fornecida pelo meu interlocutor foi um subsídio importante, pois me auxiliou a pensar nas escolhas feitas pela equipe do *marketing* eleitoral e

⁶⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479930752_447107.html. Acesso em 05 de abril de 2018.

identificar com maior clareza e facilidade algumas interações discursivas que se deram durante o segundo turno.

Quadro 3 – Análise de SWOT da campanha de Crivella

<p>Forças</p> <p>Candidato reverteu recursos para causas sociais Ficha limpa Passado como missionário na África Engenheiro com muitas obras Boa desenvoltura e carisma Boa produção legislativa Capacidade de agregar Imagem passa serenidade</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Visto como conservador Ligação política com ex-governador impopular Aparência frágil Foi ministro de um governo impopular Imagem ligada a Edir Macedo e à Record</p>
<p>Oportunidades</p> <p>População tem temor por Freixo e o PSOL Desgaste dos partidos de esquerda Militância numerosa Apoiadores populares</p>	<p>Ameaças</p> <p>Aproximação com a direita Militância desorganizada Eleitorado em potencial com baixo acesso à internet e ainda pouco familiarizado com a dinâmica das redes População não crê na ficha limpa Militância do oponente é muito forte e presente na web</p>

No livro *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*, os autores observaram os jogos de ocultação e revelação da identidade religiosa de Crivella durante aquele pleito.

(...) fazia questão de destacar sua condição de bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, provocava repórteres e comentaristas, dizendo que não queria saber de religião, não a privilegiava sobre as questões sociais e não feria a laicidade. Por outro lado, para os evangélicos que se aproximavam dele nas ruas em campanha, pedia: ‘orem por mim’ (VITAL DA CUNHA *et alii*, 2017, p. 13).

Não foi diferente em 2016. Ao longo de todo o processo eleitoral, Crivella performou uma imagem diferente daquela à qual comumente é associado, em uma tentativa de neutralizar a fraqueza de ser identificado com Edir Macedo. Seus discursos públicos e seus trejeitos revelavam um político em campanha, não um pastor no púlpito. Na tentativa de descolar-se do episcopado como função profissional, ele reiterava ser engenheiro por formação. O site oficial da campanha foi reformulado após o encerramento do pleito, mas

continua no ar. Em sua biografia, Crivellano esconde a filiação religiosa, mas enfatiza sua atuação política; as comissões das quais fez parte no Senado, as moções recebidas durante a vida pública, as viagens em representação internacional. Questões pessoais e familiares são abordadas de forma muito objetiva: “(...) aos 14 anos, começou a trabalhar como auxiliar de escritório, e um ano depois conheceu sua esposa, Sylvia. Juntos desde então, tiveram três filhos e dois netos”; “trabalhou como taxista para pagar seus estudos”, “Foi professor universitário até ser chamado pela Igreja Universal para ser missionário na África”, “É autor de 10 livros e gravou vários CDs”. Macedo não é mencionado.

Na seção dedicada à sua formação educacional, aparece um “*Master Degree in Civil Engineer – University of Pretoria/South Africa*. (Doutorado em Engenharia Civil – Universidade de Pretória/África do Sul)”. Durante a campanha, a Agência Lupa, divisão de *fact-checking*⁶⁸ da Revista Piauí, entrou em contato com a Secretaria de Pós-Graduação desta Universidade e foi informada de que não havia registro da passagem de nenhum aluno com seu nome e data de nascimento pela instituição. Procurada, a assessoria de imprensa de Crivella afirmou ter havido um erro na tradução de “Master” como “Doutorado”, e informou que a Universidade sul-africana apenas revalidou o diploma de engenheiro. Contudo, a informação não foi corrigida no site, onde ainda constava até junho de 2018.

Então vice-presidente do PRB no Rio e suplente de Crivella no Senado, Eduardo Lopes respondeu ao *Estadão*, quando questionado se Crivella estaria escondendo Macedo e sua filiação religiosa: “Na sociedade há várias opções de religiões e o Crivella está concorrendo a prefeito da cidade, não a ser autoridade religiosa do Rio de Janeiro. Quem mistura política com religião são os seus adversários, que insistem nesta questão. Os outros candidatos mencionam suas religiões em seus perfis? Por que só Crivella deveria mencionar?”. Lopes também presidiu o jornal *Folha Universal* e a editora *Gráfica Universal*.

Este esforço de apresentar-se como um homem cuja pertença religiosa não ofuscava a missão pública por vezes abria espaço para mensagens dúbias, permeadas de significados inacessíveis para quem não domina a gramática evangélica. O slogan “*Chegou a hora de cuidar das pessoas*”, por exemplo, foi muito criticado pelo tom paternalista, associado a um certo viés pastoral. O conteúdo das declarações de Crivella e das propagandas da campanha acenava ao eleitor-médio. A escolha do formato, o uso das mídias e das tecnologias privilegiava uma comunicação dinâmica e atual. Para apresentar um candidato

⁶⁸ *Ofact-checking* consiste no trabalho de checagem, apuração e confrontamento de fatos e dados usados em discursos (sobretudo políticos) nos meios de comunicação e outras publicações. É uma prática que deveria ser intrínseca ao fazer jornalístico, mas nas últimas décadas surgiram empresas dedicadas inclusivamente a esta função.

suficientemente aberto, afeito ao diálogo, acessível e informal, o *marketing* eleitoral atualizava e codificava elementos estéticos. Isto se torna evidente quando comparamos, por exemplo, os *jingles* de Crivella e Freixo.

Crivella:

O Rio é de Maria, de Aninha e de João. O Rio é de Lucas, da Antônia e do Tião. O Rio é nossa terra, e tem tanta gente boa! Crivella é o prefeito pra cuidar dessas pessoas! O Rio é bonito, mas tem que melhorar. Crivella vem aí, com seu jeito de ajudar. Chega de maquiagem, gente em segundo plano. Vamos cuidar do povo, pro Rio ser mais humano. Chegou a hora, não se pode esperar. Crivella tem história e pra você vai trabalhar! Crivella é 10, pra prefeito... Crivella é 10, vou votar. Crivella é dez, pra mudar!

Freixo:

Sim, é possível! Viver numa cidade decente, que não coloque mordaca nas ruas, morros e praças, que cuide da gente. Sim, é possível! Vencer a máfia do transporte, tirar milícia dos bairros, livrar o Rio dos corruptos, mudar de vez nossa sorte. Sim, é possível! Mães, filhos e pais que tanto querem mudança, esse grande Rio de esperança, que se une, se abraça e vai... Vai ser desse jeito... que o Rio de Janeiro vai ter Freixo 50 prefeito. Uh, é o Freixo! Vai ter comprometimento com o sentimento de uma geração. Vai ser com brilho nos olhos, com muita alegria e mobilização. Vai ser dizendo a verdade, mudar a cidade tá nossa mão. Sem aliança vendida, em troca de tempo de televisão. Vai ser desse jeito, na rua, na rede, na raça, que o Rio de Janeiro vai ter Freixo 50 prefeito. Vai ter gari, ambulante, sem-teto, estudante, funk, professor. Vai ter mulher e favela, é a primavera que já começou. Toda escolha tem lado, e o nosso lado é o do trabalhador. Outra cidade é possível, com fé, esperança, com raça e amor.

O *jingle* de Crivella aciona os significados de “cuidado”, “ajuda”, história”. A letra faz um contraponto à gestão de Paes, mas não é agressiva e não tenciona os lugares dispostos no jogo político. Além disso, é interessante observar que todos os nomes são bíblicos, à exceção de Tião, um recurso de métrica. O *jingle* de Freixo, por sua vez, aborda temas mais delicados, com uma disposição de enfrentamento mais evidente. Sua introdução é falada pelo ator Wagner Moura, e as primeiras vozes da música são de Caetano Veloso e Chico Buarque, seguidos por sambistas e funkeiros. A letra menciona o problema da segurança pública, muito caro à plataforma eleitoral de Freixo, que presidiu CPI sobre as milícias na Assembleia Legislativa e apresenta este feito como um dos mais importantes de sua biografia. A letra também fala na “máfia dos transportes” e afirma que “vai ter mulher”, “funk” e “sem-teto”. As diferenças são discursivas e objetivas. Porém, há algo que os une e que por motivos óbvios não posso reproduzir neste texto: ambas as melodias são embaladas por baterias de escolas de samba.

Se a campanha de Crivella jogava com certas aproximações, o enfrentamento parecia estar no DNA da campanha de Freixo, e pouco a pouco foi se tornando impossível evitá-lo. Na próxima subseção deste capítulo, tematizo as polêmicas e acusações com as quais Crivella

teve que lidar. Por ora, enfatizo que, sempre que possível, sua estratégia foi evitar circunstâncias que pudessem representar um embate. Esta é a tática comum aos candidatos que lideram intenções de voto. Em situação confortável, eles evitam se expor a riscos. Nem sempre isso é possível, porém. À medida em que os dias se passam, certas questões que até então parecem apenas nuançadas se apresentam de forma mais explícita, como nos debates ao vivo nas redes de televisão. O primeiro deles aconteceu no dia 07 de outubro, na Band, e foi mais “morno” se comparado aos dois últimos.

No primeiro bloco, Freixo questionou Crivella a respeito dos boatos e mentiras que circulavam nas redes sociais e eram enviados pelo *Whatsapp* aos eleitores. Crivella respondeu: “Você tem ao seu lado partidos que protagonizaram os grandes escândalos, como o petrolão. Eles são seus aliados. São de sua responsabilidade esses escândalos? Claro que não. Então, você não pode colocar nas minhas costas tudo o que ocorre na internet. Política é um dilúvio de ódio e de paixões. O duro é quando sai nos jornais e você não consegue se defender, como a história de que Garotinho estará no meu governo”. Com esta resposta, Crivella transformou uma fraqueza em oportunidade, descolando-se do fato de ter ocupado um cargo de importância no governo petista, e aproveitou aquilo que, para Freixo, era uma ameaça: o desgaste da esquerda. Ele também se defendeu das acusações de estar “escondendo” Garotinho. Freixo rebateu as críticas relacionadas ao apoio dado à sua candidatura pelo PT e lembrou que Crivella foi ministro da Pesca do governo petista: “Eu não fiz parte do governo que o senhor chama de responsável pelo petrolão, já o senhor foi ministro desse governo. Mas a questão não é essa. Eu estou falando de crime, de calúnia e de difamação, de inventar coisas graves numa campanha muito desrespeitosa com o eleitor. Vou manter o debate respeitoso”. Perguntado por um telespectador se manteria apoio à Parada do Orgulho Gay, Crivella disse que sim, se comprometendo em defender a expressão democrática das minorias.

As estratégias postas em favor de Crivella permitiam este salvo-conduto. Oficialmente, sua candidatura buscava distanciar-se da IURD. Fora das ações coordenadas por sua campanha, no entanto, uma frente de apoiadores públicos “denunciava” Freixo como um homem de relações estreitas com bandidos e de convicções imorais em se tratando de questões de gênero. Entre eles, Silas Malafaia. O pastor assembleiano, conhecido por suas posições conservadoras e pelo tom bélico adotado no discurso, já rompeu relações algumas vezes com Macedo e a IURD. Em 2016, porém, foi um dos mais aguerridos cabos-eleitorais de Crivella, ao lado da família Bolsonaro. Sozinho, Malafaia produziu mais de 40 vídeos com ataques a Freixo. Em um deles, declara: “O povo do Rio de Janeiro vai tomar uma decisão.

Ou vai eleger um camarada, o Crivella, com ideias liberais e modernas, ou vai eleger Freixo, um marxista, comunista, com ideias que não deu certo (sic) em lugar nenhum do mundo”.

Atualizado, o medo do comunismo não se relaciona a categorias políticas como a estatização e o socialismo clássico. Nos dias que correm, a mensagem é decodificada de outras formas. Como um signo acusatório, o “comunismo” aparece associado à defesa dos Direitos Humanos e do devido processo legal, ao feminismo e ao combate ao racismo. Para a família Bolsonaro, por exemplo, o posicionamento de Freixo com relação à descriminalização da maconha e do aborto, assim como a defesa de direitos civis para os LGBTQs eram, estes, evidentes traços comunistas.

Esta interação discursiva “capturou” a disputa e escamoteou interesses econômicos. Freixo propunha controlar a tarifação do transporte público, reconhecer o associativismo comunitário como instrumento de democracia participativa e, em vários outros exemplos, fazia uma clara opção pelo fortalecimento do Estado em detrimento do setor privado. No patamar programático, as diferenças de orientação política se acentuavam. De pendor neoliberal, o programa de campanha de Crivella valorizava as parcerias público-privadas. Assistindo aos programas eleitorais e lendo as entrevistas concedidas por ambos os candidatos, formulei o seguinte quadro sobre os temas mais abordados:

Quadro 4 – “O Himalaia de divergências”

	Freixo	Crivella
Mobilidade Urbana	“Criar uma empresa pública de transporte e mobilidade para gerir, planejar e fiscalizar a operação dos modais de transporte de responsabilidade da Prefeitura e reduzir a tarifação em pelo menos 30%, conforme recomendado pelo Ministério Público”	“Fazer uma licitação, ao final de 2017, para recuperar a operação de vans na Zona Oeste, integrando este modal aos demais, como BRT e Metrô”
Educação	“Investir no combate à homofobia, o racismo e o machismo, oferecer capacitação para que os professores lidem com estes temas e estejam em	“Criar um programa de incentivo que permita aos pais estarem mais presentes na escola e se envolverem mais na educação de seus filhos, com a destinação de 1% do orçamento para

	constante atualização”	atividades culturais”
Saúde	“Acabar com as OS (organizações privadas) e demais formas de terceirização”	“Manter as OS e fazer auditoria sobre os gastos e critérios de seleção de cada uma delas até aqui”
Gênero	“A escola deve ensinar o respeito às diferenças, e isso não é forçar ou incentivar nada. Ideais, orientações e identidades são diversas. Um menino pode querer vestir rosa e uma menina pode escolher brincar de carrinho, não é mesmo?”	“Sou contra implantar a ideologia de gênero ⁶⁹ nas escolas. As crianças farão suas escolhas quando amadurecerem. Ao prefeito cabe zelar pela qualidade da educação. Nossa preocupação é aumentar o salário do professor”
Escola Sem Partido	“Não deve ser adotado pela Prefeitura. Não valoriza a divergência e nem o bom debate no ambiente escolar”	“A escola deve ser sem partidos, sem ideologias e com liberdade para que as pessoas possam desenvolver seus talentos”

A predominância das questões de gênero, mesmo quando estas se manifestavam no debate sobre educação ou outras áreas, ea discussão sobre laicidade e intolerância contribuíram para que os problemas do Estado e da economia de seus recursos passassem ao largo dos fatores capazes de influenciar o voto, banindo da política eleitoral a mais crucial das disputas: aquela que se configura em torno das funções, dos condicionamentos econômicos e do uso da máquina pública. Como modo de operação destas estratégias, na página de Crivella no Facebook foram publicadas apenas propostas e imagens da campanha, vídeos com animações e transmissões ao vivo, nas quais Crivella se dirigia diretamente ao público das redes. A Análise de SWOT apontava o enfrentamento com a militância virtual de Freixo, muito engajada nas guerras culturais, como um risco. Comentários negativos eram rapidamente excluídos e seus autores banidos.

Em todo e qualquer ato persuasivo de comunicação, as diferenças entre os meios condicionam a mensagem. No Facebook, os conteúdos podem ser segmentados de acordo com o perfil do receptor que se busca atingir. A plataforma também é dotada de um algoritmo de exposição orgânica, que restringe o alcance das publicações em função da

⁶⁹ A “ideologia de gênero” é uma expressão utilizada pelos críticos à noção de que os gêneros são, na verdade, construções sociais. Surgida no meio católico e adotada por grupos evangélicos e conservadores em geral, o termo trata de forma pejorativa a categoria científica “gênero”, releva desprezo pelas lutas por justiça e equidade, apresentando a associação destes com “ideologia”, palavra empregada como sinônimo de manipulação.

frequência com o que estas ocorrem. Nos meios massivos, como a TV, toda propaganda é baseada em repetição de mensagem. No segundo turno, Crivella tinha dez minutos de exposição na TV todos os dias. Embora bem produzidas, estas peças de comunicação seguem um roteiro muito formal para o ambiente digital, e a natureza dinâmica dos meios virtuais condiciona um consumo mais superficial da informação, de modo que a duração dos programas eleitorais também dificulta o aproveitamento na web. Por isso, a equipe de campanha optou por não reproduzir as propagandas eleitorais nas redes. Sobre as estratégias direcionadas aos diferentes tipos de mídia, destaco um trecho da conversa com João:

“A equipe da campanha era consciente de que dificilmente o eleitor do Freixo seria revertido para o Crivella. Então, no ambiente digital a estratégia era focar no eleitorado indeciso e nesse volume muito grande de gente que deixou de ir votar no primeiro turno (...) Pra isso, começamos a investir em transmissão ao vivo pelo Facebook. Era uma forma de fazer com que, do nada, esse eleitor que tava navegando pudesse... de repente, receber uma fala do Crivella, ter contato direto com ele. Porque as pessoas compartilham, né? Interação. E isso faz o conteúdo chegar na *timeline* de quem não tava curtindo a página ou acompanhando ele diretamente. Então colocamos uma pessoa com três ou quatro celulares pra acompanhar o Crivella em todos os compromissos públicos. A gente percebeu que era mais eficiente do que fazer publicações muito estáticas, com foto e texto, ou mensagens muito motivacionais que são muito eficientes pra elevar o número de *likes*, mas que abrem brecha pra todo tipo de interpretação (...) A gente chegou a ter 5.000 comentários por dia no Facebook. Esse nível de engajamento é muito alto. Por isso, a equipe de monitoramento das redes sociais era gigantesca. O alcance das publicações na página também era alto, alguns dias os posts alcançavam mais de um milhão e meio de visualizações. E foi por isso, pra aproveitar todo esse engajamento, que lá pelo dia 8 ou 10, depois do primeiro debate, nós decidimos que íamos concentrar todas as nossas forças no *Whatsapp*. A gente reformulou algumas coisas no site e criamos uma plataforma virtual de mobilização, um site pra cadastro dos militantes virtuais. Foi uma loucura. (...) As pessoas se cadastravam e informavam email, celular, e autorizavam a inclusão nos grupos do *Whatsapp*. Em pouco tempo tínhamos 13 mil números em grupos de discussão. A gente alimentava esses grupos com instruções sobre como argumentar sobre as fraquezas do Crivella, mandava informações que poderiam ser usadas contra o Freixo e um monte de memes e correntes todos os dias. Eles também debatiam entre si, claro, e dali saía muita munição pra desconstruir a candidatura do PSOL...” (João, redator da equipe da Vitorino & Mendonça, em entrevista concedida para esta pesquisa no dia 11 de maio de 2017).

Quando questionei se partiam do núcleo da campanha de Crivella as calúnias e *fake news* disseminadas contra Freixo, João se mostrou cauteloso:

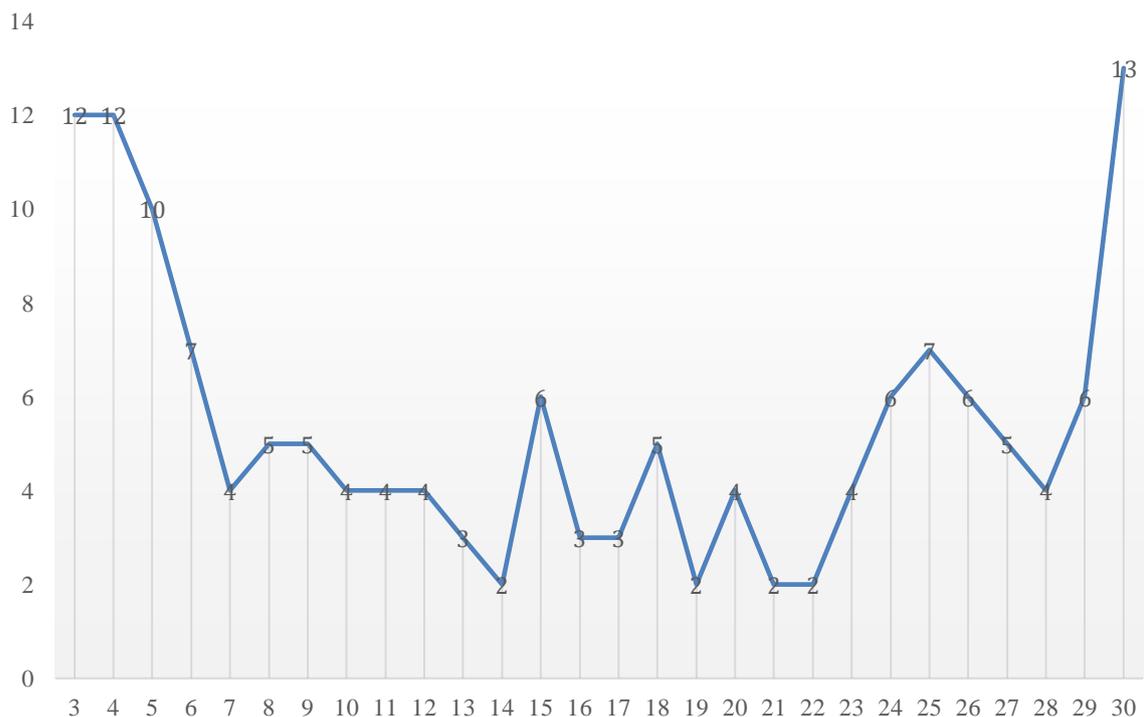
“Toda campanha tem a contrainformação, né? Tem que ter. Mas... eu não era dessa parte, não. Não mexi com isso. Não posso dizer que tudo partia dali e nem que como era, se funcionava, se tinha muita gente. Não sei, realmente não sei (...) O que eu posso dizer é que nem todo mundo tava ligado nesse esforço, assim... como eu posso dizer... não dava pra ficar em função do Freixo porque o Crivella já trazia dor de cabeça suficiente. Como ele volta e meia faltava uma entrevista ou dava uma declaração difícil de justificar, a gente se concentrava muito na defesa. Mas não era só por isso, não, é que também não precisava, né? Além da esquerda estar muito queimada, a gente sabia que tinha toda a rede do Bolsonaro mirando no Freixo, e ela não é pequena”.

Nas próximas seções, apresento fatos e dados que fundamentam as motivações e intencionalidades sobre as quais se assentam as interações entre a campanha de Crivella e os demais circuitos discursivos estabelecidos durante o segundo turno. Entre eles, o circuito da cobertura jornalística do Grupo Globo, que guarda dimensões outras que não aquelas meramente pautadas na produção noticiosa, e os circuitos não-oficiais, necessários a uma leitura mais apurada do contexto.

2.3 Um embate entre Marcelos?

Esta subseção concentra-se na investigação do processo relacional entre as estratégias discursivas da campanha de Crivella e a cobertura jornalística dos veículos do Grupo Globo, em especial o jornal impresso e os conteúdos exclusivos do portal online. Coletei todas as menções feitas ao candidato do PRB nas páginas de opinião, nas reportagens e nas notas de colunistas durante o mês que precedeu a votação do segundo turno. Entre os dias 3 e 30 de outubro, foram 152 inserções, com a frequência representada no gráfico abaixo. O eixo vertical se refere ao volume das publicações e o eixo horizontal aos dias em que estas foram veiculadas:

Figura 1 - Notícias sobre Crivella no Jornal O Globo



Ao longo deste mês, a equipe de monitoramento da informação da campanha de Crivella lidou com algumas graves crises de imagem. A maior parte delas se originou a partir de informações que vieram à tona não por providência da campanha adversária, mas pelas páginas do *Globo*. O experiente repórter Fernando Molica, da Rádio CBN, que não faz parte dos quadros do jornal e atuou como *freelancer*, assinou algumas destas reportagens. Durante o debate “*Evangélicos no poder*” promovido pela Agência Pública e realizado no dia 11 de março de 2017 em Botafogo, ao qual também estiveram presentes Christina Vital da Cunha e o pastor Henrique Vieira, perguntei a Molica qual sua avaliação sobre a cobertura do Jornal O Globo durante a campanha de 2016. Sua resposta foi surpreendente:

“—Um improviso. Não fui pautado pelo jornal. Ofereci as reportagens porque eu mesmo decidi investigar certas coisas que não eram muito difíceis de serem relatadas, como no caso do livro. É básico, numa campanha, levantar o perfil dos candidatos, e isso inclui tudo o que eles escreveram, a evolução patrimonial, as declarações antigas e as histórias que eles gostariam de esconder. Mas o Globo não fez isso, e não fez por absoluta falta de estrutura. Com equipes encolhendo até mesmo nos grandes jornais e com o jornalismo cada vez mais subvalorizado, repórter de uma área cobrindo outra e se dividindo entre o online e o impresso, até fazer o básico fica difícil. Por conta própria, eu fui em busca do livro. Achei que podia ter ali alguma coisa interessante, que gerasse pauta, sobre essa passagem da vida do Crivella (...). Procurei, estava esgotado. Dias depois tive essa curiosidade novamente e fiz mais uma busca. Achei o livro em um sebo virtual e encomendei. Quando chegou e eu comecei a ler, fiquei estarecido (...). Telefonei para a editoria do Globo e ofereci. Eles compraram na hora”.

O livro ao qual Molica se refere se chama *Evangelizando a África*, com o título original em inglês “*Mutis, Sangomas and Nyangas: tradition or witchcraft?*”, publicado em 1999, após alguns anos de permanência de Crivella naquele continente como missionário da IURD. Entre outras afirmações, o autor condena as religiões africanas por praticarem “sacrifícios de crianças” e todo tipo de comportamento imoral, “até mesmo com crianças de colo”. Reveladora de tudo aquilo que Crivella não gostaria que fosse revelado, a publicação também classifica a homossexualidade como uma “conduta maligna”, um “terrível mal”. O texto acusa ainda a Igreja Católica de pregar “doutrinas demoníacas” por meio da “adoração aos ídolos e da veneração a Maria como sendo uma deusa protetora”. A reportagem de Molica não é extensa e traz algumas fotos do livro, nas quais Crivella participa de rituais de exorcismo. Publicada pelo jornal O Globo no dia 16 de outubro⁷⁰, a matéria motivou um pedido de desculpas enviado no mesmo dia ao jornal. Em nota, Crivella disse amar os católicos, espíritas, evangélicos e a todos, e pediu perdão pelas ofensas, estendendo o pedido

⁷⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-livro-crivella-ataca-religoes-homossexualidade-terrivel-mal-20296731>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

aos homossexuais. O candidato também argumentou que o livro foi escrito “há décadas”, quando ele vivia na África, “num ambiente de guerras, superstição e feitiçaria”.

Ele também classificou as referências ao catolicismo de “equivocadas e extremistas”, “feitas por um jovem missionário cujo zelo imaturo da fé levou a cometer esse lamentável erro.” Tanto O Globo quanto o Extra (do mesmo grupo) publicaram a nota. Mas os desdobramentos viriam. Crivella passou o resto da campanha tendo que responder perguntas sobre o livro, e no debate ocorrido no dia 18 de outubro no Hotel Windsor, organizado pela Revista Veja, pela Rede TV, pelo UOL e pelo Facebook⁷¹, Freixo abriu as perguntas citando a publicação. “—O senhor escreveu que católicos praticam doutrinas demoníacas. E diz também que outras religiões possuem espírito imundo. Como alguém com tanto ódio pode querer ser prefeito?”. Crivella se defendeu afirmando que o catolicismo praticado na África era muito diferente daquele que vemos no Brasil, e que o livro foi escrito há 25 anos, quando ainda era um jovem em missão. Em seguida, aproveitou o gancho para um contra-ataque: “—Ódio existe na sua militância, através dos *Black Blocs*. Sob seu comando, eles têm as mãos sujas de sangue”, disse, em referência à morte do cinegrafista Santiago Andrade⁷². Na tréplica, Freixo negou o vínculo com *Black Blocs* e disse que apenas defendia o direito de todos à ampla defesa, voltando a vincular Crivella à IURD e Edir Macedo. Mais tarde, o candidato do PSOL questionou o apoio dado à candidatura de Crivella pela filha de um vereador preso sob acusação de participar de milícia na Zona Oeste. A réplica foi agressiva: “—É impressionante o que você é capaz de fazer para ter o poder. Não vou descer o nível e dizer que você é canalha, safado, vagabundo”.

Esta munição também vinha das páginas do Globo. No dia 15 de outubro, a página 4 do jornal trazia a seguinte manchete: “Filha de miliciano preso diz que candidato do pai é Crivella”. Trata-se de um vídeo publicado no Facebook por Carminha Jerominho⁷³, que entre outras coisas, afirma que Freixo não iria à Zona Oeste por medo de ser vaiado. Questionado por um repórter do jornal durante compromisso com eleitores no Aterro do Flamengo, Crivella afirmou desconhecer o apoio: “—Eu não sabia... estou sabendo por você agora. Todo

⁷¹ Nesta ocasião, durante os agradecimentos e considerações finais, Crivella fez elogios à aparência física das mediadoras Mariana Godoy e Amanda Klein. Na despedida, Godoy acenou às câmeras com um “tchau de miss”. O vídeo tornou-se um dos maiores virais da campanha e rendeu a Crivella a pecha de machista e retrógrado. Segundo contou João, foi a maior crise enfrentada pela equipe da campanha digital, com milhares de comentários negativos. Na tarde do dia seguinte, Crivella destacou a competência das jornalistas em uma publicação no Facebook.

⁷² Pouco à frente, abordarei os *black blocs* e o caso Santiago.

⁷³ Filiada ao PTB, Carminha Jerominho é filha de Jerominho, ex-vereador, e sobrinha de Natalino Guimarães, ex-deputado. Ambos foram presos em 2008, acusados de chefiar a maior milícia do Rio.

apoio, todo voto é importante. Sem voto ninguém ganha a eleição. O voto é a expressão democrática de todos”.

Três dias após a publicação da reportagem sobre o livro “*Evangelizando a África*”, o Globo publicou mais uma reportagem⁷⁴ tematizando escritos de Crivella. O livro “*501 pensamentos de Edir Macedo*”, lançado em 1997, afirma que a Igreja Católica é “a maior praga do Terceiro Mundo”, porque são “estúpidos” aqueles que invocam “deuses de pau, de pedra ou de metal”. A reportagem destaca que a obra de Crivella prega a submissão da mulher. Segundo o texto, “o ministério da mulher de Deus” é “cuidar do marido, dos filhos e da casa, como se estivesse servindo ao Senhor”, e não basta à esposa ser de Deus e batizada com o Espírito Santo; “é preciso que seja compatível com o marido, com o mesmo objetivo, sendo submissa, cumpridora dos deveres como mulher, mãe e dona de casa”. Entre outras afirmações, o livro afirma que “ser dizimista é ser sócio de Deus”, e que “o sacrifício pode custar caro, mas garante a vitória”, pois “o ditado popular de que ‘promessa é dívida’ também se aplica a Deus”. Também assinada por Fernando Molica, esta reportagem repercutiu menos e não causou grande espanto, dados os efeitos da primeira.

É fartamente conhecida a prática das notícias “plantadas” durante os períodos eleitorais, quando os jornais se colocam em apoio a um dos lados em disputa, muitas vezes de forma não declarada. Não raro, os repórteres são pautados para levantar o maior número de informações negativas possíveis contra o adversário, municinando o trabalho de “desconstrução” da imagem. Mas neste caso específico, para o Grupo Globo, assim como para o MDB, qualquer um dos resultados seria ruim. Ambos representavam uma perda econômica significativa. Por meio da Fundação Roberto Marinho, as organizações Globo foram responsáveis pela reforma do edifício D. João, que sedia o Museu de Arte do Rio — MAR, e pela concepção do Museu do Amanhã, símbolo do projeto de Paes para a revitalização portuária. Pelas duas obras, o Grupo recebeu da Prefeitura R\$ 89,6 milhões. O município também mantinha, desde 2011, patrocínio fixo ao Infoglobo, empresa dedicada à realização de eventos de gastronomia, educação, moda, música, e à produção de eventos durante o Carnaval. A continuidade destas parcerias era dada como improvável fosse Freixo ou Crivella o novo prefeito. Este último, porém, em entrevista ao Jornal O Dia, chamou a TV Globo de “inimiga jurada” de sua candidatura.

Por trás destas relações explícitas, havia também uma incerteza sobre a destinação das verbas de publicidade. Na disputa entre Globo e Rede Record, a emissora ligada à IURD

⁷⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/livro-organizado-por-crivella-sustenta-que-mulher-seja-submissa-ao-marido-20312277>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

vinha levando a pior. Em 2015, Paes suspendeu a destinação de qualquer verba publicitária para a emissora de Macedo. Dos R\$ 86 milhões investidos em propaganda pela Prefeitura em 2016, nada ficou com a Record⁷⁵. Na guerra político-econômica, o prefeito queria punir a empresa por supostamente alardear informações negativas contra sua administração e, por extensão, em prejuízo a Pedro Paulo, o que favorecia a candidatura de Crivella. Publicamente, Crivella expunha o conflito argumentando que a concorrência entre as emissoras lhe causava um "dilúvio de infâmias".—"Eles acham que, pela minha mãe ser irmã do bispo Macedo, que eu vou usar de alguma forma a minha influência para ajudar a Record. Imagina se eu vou fazer uma coisa dessa", disse ele ao Jornal O Dia. Sobre as declarações, a TV Globo emitiu nota pública: "A missão de um veículo jornalístico é revelar fatos importantes, incômodos ou não, envolvendo as candidaturas. A TV Globo tem feito isso de forma isenta com os dois candidatos em disputa".

Neste cenário, Crivella faltou a quase todos os debates e entrevistas propostos pelos canais da Globo: para o RJTV, jornalístico local da emissora, onde seria entrevistado no dia 25 de outubro, enviou carta à editora Ana Luiza Guimarães, cujo teor é reproduzido na abertura deste capítulo⁷⁶. Crivella também faltou às entrevistas do G1, portal de notícias da Globo, e da Rádio CBN, também de propriedade do grupo. No dia seguinte à vitória, o prefeito eleito concedeu entrevista à Record pela manhã e foi ao estúdio do SBT no início da tarde. Pela primeira vez em muitos anos a TV Globo não exibiu uma entrevista ao vivo com o prefeito eleito.

É interessante observar como a contenda entre Globo e Crivella provocou rebatimentos em outros veículos tradicionais. Entre as mídias impressas locais, o Jornal O Dia tornou-se o mais alinhado à campanha e por vezes deu lugar para manifestações em repúdio à Globo, vindas de setores do PRB e outros aliados de Crivella. No dia 14 de outubro, quatro reportagens entre o início de 2015 junho de 2016 foram editadas do site. Destes conteúdos, O Dia suprimiu qualquer menção à Igreja Universal. A descoberta foi feita pelo The Intercept Brasil, que utilizou o serviço de cache do site Web Archive, que armazena o histórico de bilhões de páginas online.

Por sua vez, no dia 19 de outubro a Folha de S. Paulo trouxe à tona o episódio do chute na santa, recuperando a letra de uma canção de autoria de Crivella, intitulada "*Um chute na heresia*", lançada em CD de 1998. A composição integra o álbum "*Como posso me calar?*",

⁷⁵ A Prefeitura não torna públicos os números de investimento em propaganda, este dado foi apurado pelo jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/11/1830586-disputa-entre-crivella-e-globo-pode-afetar-parcerias-no-rio.shtml>. Acesso em 13 de janeiro de 2017.

⁷⁶ As perguntas que seriam feitas na entrevista encontram-se anexas.

uma espécie de desagravo contra a alardeada perseguição à Universal. Na capa, a icônica foto do bispo Macedo preso.

Eu vou cortar o poste de Baal, atropelar a Jezabel com meu cavalo, lançar a pedra na cabeça do Golias, e lutar a cada dia contra essa idolatria. Eu quero ver a Babilônia despencare a fornalha não queimaraquele que só serve a Deus. O mar aberto, nosso povo a passar, Faraó a se afogar no meio do Mar Vermelho. Na minha vida dei um chute na heresia, houve tanta gritaria de quem ama a idolatria! Eu lhe respeito meu irmão, não quero briga. Se ela é Deus, ela mesmo me castiga. Aparecida, Guadalupe ou Maria, tudo isso é idolatria de quem vive a se enganar. Mas não se ofenda meu irmão, não me persiga, se ela é Deus, ela mesmo me castiga. Por que mover processo na justiça? Se ela é Deus, ela mesmo me castiga.

Em nota enviada ao jornal, Crivella afirmou que resgatar escritos e canções dos seus tempos de missionário, às vésperas da eleição, só tinha um objetivo: prejudicar sua candidatura. Ele não fez comentários sobre os trechos da música, mas disse que já foi intolerante e já sofreu muita intolerância, e que a política o "ajudou a ter uma visão mais abrangente da vida".

No dia 21 de outubro, foi a vez do Estadão, também de São Paulo, repercutir na seção dedicada à cobertura nacional um vídeo de 2012, publicado em 2014 no *YouTube*, com a íntegra da pregação “*Como ser de Deus – Bispo Marcelo Crivella*”. Nela, o pastor afirma que a homossexualidade pode ter origem no sofrimento do bebê ainda no útero materno, e que os gays merecem compreensão porque podem ser fruto de um aborto malsucedido. O jornal chamou a atenção para a atualidade do vídeo, criticando a defesa que Crivella apresentou sobre o caso do livro “*Evangelizando a África*”, na qual argumentou ser um “jovem missionário” à época em que este fora escrito. Na pregação, que ainda pode ser encontrada online, Crivella é enfático:

“—Vocês já repararam como os homossexuais são devotados às suas mães? Já repararam como os homens que se relacionam com outros homens tem verdadeira idolatria pela imagem da sua mãezinha querida? Mamãe, mamãe, mamãe, minha mãezinha, minha mãezinha. Você vê como uma criança pode sofrer no útero da mãe (...) de tal maneira é a vida, que muitas vezes a gente acusa pessoas, às vezes acusam e tratam mal um homossexual sem saber os dramas que ele vive, as angústias que ele sofre, os seus problemas. Às vezes se diz assim: ‘fulano é um pau que nasce torto, e não tem jeito’. Às vezes, a mãe tentou um aborto. Muita gente na favela, meninos envolvidos no tráfico e nas drogas, nascem já desesperados, porque... porque... imagina você estar no útero da sua mãe, e sua mãe por uma série de problemas tentar te matar, tentar abortar, não conseguir. Como é que depois você vai encarar o mundo? É difícil...”⁷⁷.

Mas a mais evidente tentativa de influenciar o pleito produzindo agenciamentos em torno da religião foi protagonizada pela Revista Veja, que circulou no dia 21 de outubro, a penúltima sexta-feira antes da votação, estampando a imagem do candidato do PRB preso e

⁷⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g_yh_WLgoZU. Acesso em 23 de outubro de 2016.

fichado pela polícia. A manchete de capa fazia mistério: “A foto que Crivella esconde há 26 anos”. O conteúdo, porém, não causou um impacto à altura: em uma tentativa de expulsar invasores de um terreno de propriedade da Igreja Universal em Laranjeiras, Crivella entrou com homens armados no local. A polícia recolheu todos os envolvidos para a delegacia mais próxima. O caso aconteceu em 1990 e a revista acusa Crivella de ter conseguido, por meio de acordos não revelados, suprimir dos arquivos públicos os registros do inquérito aberto na ocasião. O delegado foi processado pela IURD por abuso de poder. A “notícia” esdrúxula mais favoreceu do que atrapalhou Crivella. Segundo alguns dados do monitoramento de crises da campanha aos quais tive acesso, este foi um dos únicos três casos em que a repercussão foi revertida positivamente em favor do candidato, com um volume de menções positivas maior do que negativas, o que refletiu uma rejeição ao que foi interpretado pelos eleitores como um “golpe baixo” da Veja. A situação foi tão delicada que Freixo e Luciana Boiteux, sua vice candidata, vieram a público afirmar que, se Crivella nada devia à justiça por aqueles fatos, não havia motivos para explorá-los. O segundo momento em que as menções positivas exacerbaram as negativas em um cenário de crise foi exatamente a vitória judicial do pedido de resposta impetrado contra a revista, anunciada uma semana depois. Este não foi o único caso em que a briga com a imprensa ganhou contornos judiciais. No dia 23 de outubro, reta final da campanha, o colunista Lauro Jardim, do Globo, noticiou:

No último debate do primeiro turno, na Globo, um agressivo Marcelo Crivella partiu para cima de Pedro Paulo: “Vocês (o MDB) estão envolvidos na Lava-Jato, no petrolão, em todos os escândalos que humilharam a cidade”. Pois é justamente a Lava-Jato que poderá cair como uma bomba no colo de Crivella, quando forem tornados públicos alguns trechos da delação premiada que Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobrás, negocia com o Ministério Público Federal. Em sua campanha ao Senado em 2010, de acordo com o que chegou ao conhecimento do MPF, Crivella procurou Graça Foster, então diretora de Óleo e Gás da Petrobrás, e pediu ajuda financeira. Graça o encaminhou a Duque, não sem antes ligar para o colega de diretoria e pedir que ele resolvesse o problema — o que acabou acontecendo. Neste momento, entrou em campo João Vaccari, então tesoureiro do PT. Segundo Duque, Vaccari tratou de acionar Carlos Cortegoso, o Carlão, dono das gráficas focal e CRLS, as mesmas que são investigadas na ação que pode cassar a chapa de Dilma e Temer. Foram impressas 100 mil placas para a campanha de Crivella. Considerando o preço médio na época do tipo de placa mais procurado por políticos, o total de 100 mil equivale a cerca de R\$ 12 milhões. Segundo as informações com as quais o MPF trabalha, Duque afirmou que esse serviço, não declarado pela campanha de Crivella, foi descontado da propina garfada da Petrobrás. Procurada, a campanha de Crivella negou que ele tenha tido *banners* pagos pelo petrolão. Disse que Crivella nunca pediu ajuda de campanha e tampouco conhece Cortegoso.

Baseada em informações de bastidores, a nota publicada por Jardim também foi questionada na justiça por Crivella, que conquistou direito de resposta. Porém, nenhum dos dois veículos chegou a publicar retratações; pois os resultados foram posteriormente revertidos

em instâncias superiores. No requerimento formulado pela campanha de Crivella ao Tribunal de Justiça do Rio havia uma tentativa de bloqueio total do site do Jornal O Globo. O pedido foi indeferido.

Ao contrário do que pode parecer, as constantes denúncias da Globo sobre a trajetória política e a atuação de Crivella na IURD não implicavam, necessariamente, na produção de imagem mais favorável ao candidato do PSOL. Marcada por um histórico de conflitos, a relação entre a mídia hegemônica e o partido se tornou mais complicada a partir de junho de 2013. A dimensão explosiva dos protestos daquele ano, a multiplicidade de objetivos e a tumultuada polifonia de comoções envolvidas terminaram por servir a diversos interesses. Sobre aquele período, resume Justen (2016):

Fundamentos foram negados. “Sem partidos”, clamavam as bandeiras ao acusar as ruínas de uma democracia em frangalhos. Todavia, fundamentos também foram exigidos, quase em fatias proporcionais, por aqueles mais reacionários que viam justo na força do movimento sua maior fraqueza. “Não há pautas”, esbravejavam os ataques contra a falta de programas e lideranças. Não à toa, os objetivos indefinidos, generalizados, eram em simultâneo fator de atração e repulsa num misto de desilusão e denúncia (JUSTEN, 2016, p.2)

Estes diversos interesses foram afiançados por uma tradução distorcida dos fatos. Diante da complexidade do cenário e da interpenetração de desejos e recalques, os processos de mediação jornalística produziram interpretações simbólicas eivadas por lugares-comuns, que mais tarde produziram a performance da polarização política brasileira. No contexto carioca, às manifestações de 2013 se somaram uma insatisfação generalizada com o poder público e com o não-atendimento das expectativas vicejadas em função da realização da Copa, o que estendeu os protestos até 2014.

Parceira do MDB, a Globo continuamente associou Freixo e o PSOL aos adeptos da tática *Black Bloc*, adotada por grupos anarquistas que atraíram a atenção da mídia a partir de 2013. Retratados pelos autores Esther Solano, Bruno Paes Manso e Willian Novaes (2014), estes grupos anarquistas se organizam por meio da internet e são acompanhados por fotógrafos ativistas, que produzem imagens de impacto da destruição de patrimônios, especialmente bancos, lojas de grandes corporações e sedes de órgãos do poder público. Segundo estes autores, a tática visa “apavorar o sistema” (p. 184) e denunciar a valorização da propriedade e do patrimônio em detrimento da vida humana, constantemente violentada pelo capital e pelo Estado. Advogados membros do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos— DDH e do coletivo Advogados Ativistas, muitos dos quais filiados ao PSOL, representaram judicialmente manifestantes adeptos da tática, o que foi explorado pela Globo e por outros grandes veículos como indícios de que o PSOL financiaria manifestantes. No dia 6 de

fevereiro de 2014, um rojão aceso durante um protesto com a presença de mascarados na Central do Brasil atingiu e matou Santiago Andrade, cinegrafista da Band que fazia cobertura para o jornal. A este fato se seguiu o episódio da “ligação com Freixo”, no qual a Globo foi ridicularizada nas redes sociais por publicar a seguinte manchete no Portal G1: “Estagiário de advogado diz que ativista afirmou que homem que acendeu rojão era ligado ao deputado estadual Marcelo Freixo”⁷⁸.

Na ocasião, a Globo teve acesso a um termo de declaração de Marcelo Mattoso, registrado na 17ª Delegacia de Polícia de São Cristóvão. Estagiário do advogado Jonas Tadeu Nunes, responsável pela defesa de um dos investigados no caso, Mattoso afirmou que recebeu um telefonema da ativista Elisa Quadros, conhecida como Sininho, no qual ela oferecia advogados para ajudar na defesa. Ainda segundo ele, a ativista teria afirmado que o rapaz que acendeu o artefato era “ligado” a Freixo. No mesmo dia, Freixo recebeu a equipe da Globo e concedeu uma entrevista. Nela, afirmou ter recebido um telefonema de Sininho, e disse que ela pediu ajuda para o rapaz preso, já que alguns manifestantes estavam com medo de que ele fosse torturado na prisão.

“—Sim, hoje recebi um telefonema da Sininho. O que ela me pediu foi apenas isso: que nós ajudássemos com advogados, porque havia um medo de que o rapaz fosse torturado, e evidentemente que ninguém deve ser torturado, e a isso estamos atentos. É uma das histórias mais absurdas que já vi. Primeiro quero dizer que sou radicalmente contra qualquer forma de violência, seja de manifestante, seja da polícia. A violência eu discordo por princípio e por método, não nos leva a lugar nenhum. Não tenho a menor ideia de quem foi o responsável por aquela ação que vitimou o Santiago, que era uma pessoa conhecida e querida de nós. Uma atitude irresponsável que merece ser investigada e apurada. No que diz respeito a este termo, não tem o menor sentido, durante um depoimento, um telefonema de um advogado que diz que ouviu um depoimento (...) enfim, isso precisa ser apurado. Eu mais que ninguém quero que isso seja apurado. Espero que o delegado chame todos para depoimento, porque quem disse isso, se reafirmar, será processado por mim. Eu não conheço nenhum dos dois acusados, e se qualquer manifestante ligou pra alguém e afirmou que a pessoa que jogou a bomba tem algum laço comigo, vai ter que provar. Agora, vão ter que provar que isso foi dito. No momento, tem o depoimento de um advogado que eu não conheço, que diz que alguém ligou e disse isso. Eu não sei que interesses existem por trás disso, mas isso tem que ser apurado”⁷⁹.

⁷⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/estagiario-de-advogado-diz-que-ativista-afirmou-que-homem-que-acendeu-rojao-era-ligado-ao-deputado-estadual-marcelo-freixo.html>. Acesso em 17 de maio de 2018.

⁷⁹ Esta entrevista foi exibida pelo Fantástico em 15 de fevereiro de 2015.

Em 2016, Crivella levou ao ar um programa que responsabilizava o PSOL pela morte de Santiago, no qual afirmava que os membros do partido seriam adeptos da tática *Black Bloc*. No dia seguinte, Vanessa Andrade, filha do cinegrafista, criticou Crivella no Facebook⁸⁰:

Um candidato a prefeito usar a imagem de um trabalhador caindo morto no meio da Central do Brasil para atrair mais eleitores ou atingir outro movimento é um desrespeito com uma órfã e uma viúva. O senhor deveria se envergonhar, candidato. Um líder religioso deve seguir os ensinamentos de Deus, entre eles, o descanso da alma de quem já cumpriu sua missão. O carioca não está interessado em ver Santiago Andrade com um rombo na cabeça e eu, eleitora e filha, também não. Na Bíblia, já dizia Mateus, capítulo 22, versículo 39, que devemos "amar ao próximo como a nós mesmos". Me admira o senhor ter perdido essa lição na escola dominical. O candidato gostaria de refletir como se sente uma família ao ter que assistir a sua propaganda na hora do jantar e olhar para a cadeira vazia na mesa em seguida? O senhor quer participar desse jantar, candidato? Seria bom para ver de pertinho como todos nos sentimos quando um homem de fé comete esse pecado. A sua "boa" intenção para atrair votos usando o sofrimento alheio já é a certeza do que eu não quero para a minha cidade maravilhosa. Domingo a gente não se vê, se Deus quiser.

A longo de toda a campanha, Santiago foi um cadáver insepulto, cuja imagem era recorrentemente explorada por Crivella. Mas não foi o único. O outro, também associado aos protestos de 2013, atendia pelo nome de Amarildo Dias de Souza. Ajudante de pedreiro, ele foi assassinado julho daquele ano por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora— UPP da Rocinha, por supostamente ter informações sobre envolvimento do alto escalão da Polícia Militar com o tráfico de drogas no local. Seu corpo jamais foi encontrado e sua morte tornou-se símbolo da luta contra o abuso policial e a violência de Estado. A partir do seu desaparecimento, parte dos manifestantes que se manteve nas ruas após o mês de junho passou a evocar o mote "Cadê o Amarildo?" para pressionar autoridades a darem uma solução para o caso.

No mesmo ano, o DDH promoveu a campanha "Somos Todos Amarildo", com a realização de um show de Caetano Veloso e Marisa Monte no Circo Voador. A iniciativa visava a arrecadação de recursos para a construção de uma nova casa para a família do pedreiro assassinado. Em 2014, o jornalista Reinaldo Azevedo, da Revista Veja, acusou a ONG de ter construído uma casa simples para a família e ficado com parte dos recursos arrecadados, que totalizavam R\$ 250 mil. Em 2015, o DDH devolveu à família de Amarildo o saldo que restava após a realização da obra, e emitiu nota sobre o caso, na qual afirma que a campanha tinha dois objetivos: arrecadar dinheiro para reformar a casa da família e financiar

⁸⁰ Publicado em 26 de outubro de 2016, disponível em: <https://www.facebook.com/vanessa.andrade.18007/posts/1280005032063581>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

pesquisa para ajudar na elaboração de políticas públicas sobre o desaparecimento forçado de pessoas.

Segundo a ONG, o primeiro objetivo foi cumprido, o segundo, entretanto, foi inviabilizado pela não colaboração do governo do Estado, que não disponibilizou as informações solicitadas pelos pesquisadores para que os trabalhos pudessem ser iniciados. Ainda segundo a nota, integrantes da coordenação *pro bono* do projeto, formada pelos pesquisadores Julita Lemgruber (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes — UCAM), Ignacio Cano (Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ), Michel Misse (Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ) e Glaucio Soares (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ), encaminharam pedidos de informações ao Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão ligado ao Poder Executivo, e à Secretária de Segurança Pública, mas não foram atendidos:

Após muitas tentativas frustradas de diálogo, o Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH), entidade responsável pela gestão do dinheiro, e o grupo de pesquisadores e beneméritos (artistas e juristas envolvidos no projeto) decidiram repassar os recursos à família de Amarildo, ao Grupo Tortura Nunca Mais, à Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, à Associação de Mídia Comunitária da Rocinha (TV Tagarela), ao Projeto Via Sacra e à Associação Cristã de Ação e Desenvolvimento do Rio de Janeiro. O DDH já transferiu todo o dinheiro. A família de Amarildo recebeu R\$ 136.213,48. As entidades receberam R\$ 40 mil cada uma. Os critérios de escolha dos grupos e de divisão do dinheiro foram discutidos e acordados em conjunto. O objetivo foi beneficiar duas entidades que atuam diretamente com violações de Direitos Humanos e desaparecimento forçado de pessoas.

Durante a campanha, Crivella continuamente fez insinuações de que o valor arrecadado pelo DDH financiou a campanha de Freixo. Três dias antes do pleito, a viúva de Amarildo, Elizabeth Gomes da Silva, registrou queixa contra Crivella na 11ª Delegacia de Polícia da Rocinha. Segundo registro no Boletim de Ocorrência, ela foi surpreendida por uma equipe da campanha de Crivella, que lhe ofereceu R\$ 190,00 para “comprar uma coisinha” e gravar um vídeo criticando Freixo. A informação foi publicada em primeira mão pelo colunista Ancelmo Gois, de O Globo. Elizabeth declarou ser dependente química, disse estar sob efeito de entorpecentes quando gravou as imagens e afirmou que os autores do vídeo perguntam a ela se Freixo ficou com parte do recurso arrecadado na campanha "Somos Todos Amarildo", pergunta à qual ela não se lembra de ter respondido. Ela declarou, também, ser eleitora de Freixo. Representada pelo advogado João Tancredo, da DDH, Elizabeth conseguiu impedir que o vídeo fosse exibido no programa eleitoral de Freixo.

A campanha de Crivella emitiu nota afirmando ter sido procurada pela viúva, e refutou ter havido negociação financeira. Por sua vez, a campanha de Freixo enviou aos jornais reprodução da nota emitida pela DDH em 2015, referenciada acima. O episódio foi um dos mais controversos da campanha, e não parou por aí. No dia seguinte, um vídeo gravado por Emerson de Souza, filho de Amarildo e Elizabeth, passou a circular nas redes sociais. Na gravação, ele afirma: “—Ninguém coagiu minha mãe a nada. Ninguém deu droga para minha mãe, não deu bebida alcoólica, não deu nada. Minha mãe quis falar por livre e espontânea vontade”. Um segundo vídeo surgiu em seguida, no qual uma filha do casal e irmã de Emerson confirma a história da mãe. O advogado da família afirmou que Emerson é gari contratado pela Associação de Moradores, que estava apoiando a campanha de Crivella. Pressionado e com medo de perder o emprego, ele teria topado gravar o vídeo para reduzir o desgaste da imagem de Crivella. A cobertura da Globo sobre o caso foi muito objetiva e todos os lados foram ouvidos, como determinam os manuais de jornalismo.

Publicamente, em comícios e protestos, Freixo por diversas vezes denunciou o papel da Globo como artífice do *impeachment*, como autora da criminalização dos mais pobres, das lutas sociais e das manifestações legítimas, e como responsável pela sustentação ao governo do MDB. As tensões entre a emissora e o PSOL também se baseavam na acusação, feita pelos jornais, de que o partido apoiava o PT, “autor do maior escândalo de corrupção da história”. Curiosamente, esta acusação não era acionada contra Crivella, que manteve maior proximidade com os governos petistas do que o PSOL, tendo exercido a vice-liderança da bancada de apoio ao PT no Senado e tendo sido ministro de Dilma durante seu primeiro mandato.

Durante os anos em que estiveram na base aliada ao PT, os segmentos neopentecostais estavam em franca ascensão da atividade política. Em vídeo disponível no *YouTube*, que pautou reportagem do Globo durante a campanha, possivelmente gravado em encontro com fiéis da Assembleia de Deus em 2011, Crivella aparece no púlpito falando sobre sua missão na política. Em determinado momento, afirma:

“—Quando me tornei senador, pastores de todas as igrejas passaram a me procurar com problemas no Exterior. E eu não sabia como ajudar... Recorri ao inesquecível Presidente Lula... Que Deus o abençoe e salve sua alma, nosso grande presidente. E ele disse: ‘mas como é que eu posso ajudar, Crivella?’. E eu lhe disse: ‘Presidente, me dá uma carta sua me apresentando aos presidentes desses países onde as Igrejas estão com problemas’. E ele me deu, ele escreveu cartas... com a mão. Ele dizia assim ao presidente, olha... presidente, por exemplo, de Barbados, onde tinha uma igreja onde os pastores estavam sendo expulsos, presidente... em nome das boas

relações entre Brasil e a sua nação, peço que atenda ao Senador, é meu amigo, e veja a situação dos brasileiros que aí se encontram. Os presidentes me receberam...”⁸¹

Originalmente replicado na página do deputado federal Jean Wyllys (PSOL), o vídeo tem duração de nove minutos. Em outro trecho, Crivella explica:

“—Devido à repercussão da Fazenda Canaã⁸², fui desta vez (depois de seis anos na África e três no sertão baiano) enviado para a política. Confesso que naquele instante fiquei triste. Aceitei porque na Igreja Universal você não tem opção. Quem conhece a Igreja Universal sabe como é, na Igreja Universal você vai, tem que ir (...),mas eu me lembro que naquele dia eu fiz uma oração, e eu disse o seguinte: ‘Meu Deus, eu não faria isso com um filho meu. Eu não tiraria um filho meu do altar para a política’. Fiz essa oração. Calado, sozinho... eu com Deus. Mas confesso a vocês que eu estava equivocado (...).Vocês podem ter certeza: os evangélicos vão crescer na política, todos eles. Nós temos jovens, meninos, o filho do Pastor Everaldo é uma esperança. Um dia esta nação vai eleger um presidente evangélico (...), e aí, queridos irmãos, nós poderemos ser a igreja evangelizadora dos últimos dias e levar o Evangelho a todas as nações da terra. (...) Queremos ganhar os muçulmanos que até hoje apedrejam suas mulheres, queremos falar de Jesus para eles. Queremos avançar sobre as últimas fronteiras (para a fé cristã) que são a Índia, a China e os países árabes. Qual é a raça que tem igrejas fortes como as nossas, que tem recursos, que tem rádio, que tem televisão, que tem helicóptero? Qual é a raça que pode entrar em qualquer país senão o Brasil e os brasileiros?(...) Já vieram maremoto, terremoto, corrupção, pecado, Sodoma e Gomorra em dimensão planetária, que é a ‘inferneta’. O Espírito Santo vai fazer uma obra grande e haverá na nossa geração uma batalha final (da qual participarão) grandes líderes como os bispos Manoel Ferreira e Edir Macedo”.

Nas triangulações e nos jogos políticos estabelecidos, quase todas as reportagens desfavoráveis a Crivella apresentadas pelos canais do Grupo Globo se utilizaram de fatos insumos oferecidos pelo próprio candidato. Já a missão de desconstrução de candidato do PSOL parece ter sido reflexo da criminalização de todo o pensamento de esquerda, processo projetado no plano nacional, ao qual a Globo tem se dedicado com afinco. A entrevista concedida por Freixo ao jornal local da emissora foi dominada por dois temas: a crise política nacional e os *black blocs*. A transcrição encontra-se anexa.

2.4 A esquerda e os agenciamentos religiosos: conflitos e ambiguidades

⁸¹ A reportagem do Globo e trechos do vídeo encontram-se disponíveis em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/crivella-diz-em-video-que-foi-forcado-pela-universal-entrar-na-politica-20332091>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

⁸² Crivella foi missionário no interior da Bahia durante o fim dos anos 1990, onde liderou o projeto da Fazenda Nova Canaã, inspirado em um Kibutz, e implementado pela IURD para constituir-se um polo de irrigação e produção agrícola na região conhecida como polígono da seca. Centenas de crianças recebem escola e alimentação gratuita na Fazenda, que abriga também práticas religiosas e escola bíblica.

No dia 8 de outubro de 2016, acompanhei uma atividade de campanha de Marcelo Freixo. Era uma tarde de sábado, com intenso mormaço. Afluíram à Praça Afonso Pena, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio, lideranças clericais, teólogos, padres, pastores, mães e pais de santo, rabinos e adeptos de diferentes crenças — católicos, protestantes, umbandistas, candomblecistas, judeus, budistas, wiccas, kardecistas. Embaixo da tenda simples, centenas de pessoas disputavam espaço. O encontro “Diversidade Religiosa com Freixo e Luciana” não era apenas um entre tantos. Naquela tarde, o microfone revezou-se nas mãos de 30 religiosos que declaram apoio ao candidato do PSOL. Destacava-se a presença de um relevante número de líderes de igrejas evangélicas: Henrique Vieira, pastor da Igreja Batista do Caminho e então candidato a vereador pelo mesmo partido, Reverenda Inamar Souza, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Ronilso Pacheco, teólogo evangélico, pastor Mozart Noronha, da Igreja Luterana, pastor Fellipe dos Anjos, da Igreja Batista da Redenção, e Cosme Fellipsen, conhecido como “O favelado”, missionário da Igreja Assembleia de Deus, o único de filiação pentecostal. O encontro também congregou nomes ligados à Teologia da Libertação, como o frei Leonardo Boff e o Padre Ricardo Rezende, além de dois representantes da comunidade judaica⁸³, Guilherme Cohen e Michel Gherman, ambos também filiados à legenda.

O aspecto mais relevante das declarações feitas naquela tarde, particulares e em conjunto, aludia à liberdade de culto. Mais do que a afirmação de uma cosmovisão religiosa que podia ser incluída no projeto político do PSOL, as falas buscavam recorrentemente reivindicar o pluralismo e denunciar a intolerância promovida pela IURD. Mãe Márcia D’Oxum expressou as diferenças que supostamente tornam a IURD ilegítima:

“—A gente quer que a nossa cultura e nossa identidade sejam respeitadas onde quer que a gente vá, porque o povo de axé sofre com a intolerância que não é só contra um povo, uma religião. O nosso povo sempre foi perseguido, vilipendiado, e nós queremos fazer o nosso tributo à África, queremos ser respeitados na nossa identidade e queremos dizer que nós respeitamos os nossos antepassados e que eles não vieram dos Estados Unidos”.

A linha tênue que se estabelece na lida com a alteridade pode conter armadilhas. Entre outras declarações, Cosme Fellipsen afirmou que “o diabo tinha a cara da Universal”, o que causou certo desconforto na plateia. Essa disputa pela autenticidade da experiência da fé e pela legitimidade do lugar de fala da religião era aparente na contraposição entre os grupos de diferentes lideranças evangélicas. Ao longo do segundo turno, Freixo buscou explorá-la, observando, sempre que possível, que existem grandes diferenças entre os evangélicos, e que

⁸³ Rusgas entre membros da comunidade judaica e determinadas correntes do PSOL carioca também ocorrem com certa frequência, em função das narrativas sobre o conflito israelo-palestino.

a institucionalidade da IURD não se equivale à experiência com o sagrado, sempre individual e legítima. Em outros momentos, entretanto, as tensões se mostravam mais evidentes, e com elas ele os agenciamentos em torno da religião.

No dia 21 de outubro, Crivella tornou pública uma carta-compromisso com a população carioca, na qual comprometia-se a combater a “ideologia de gênero” e se eleito, “respeitar todas as crenças e a diversidade religiosa desta cidade”.

CARTA COMPROMISSO COM O POVO CARIOCA

Eu, Marcelo Crivella, na qualidade de candidato ao cargo de Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, pelo PRB, nas próximas eleições de 2016, assumo o público compromisso de, se eleito for, respeitar o Magistério da Igreja Católica; defender e promover: o direito pleno à vida, desde a concepção até a morte natural; a família, constituída de acordo com a doutrina da Igreja; a infância e a juventude; o respeito à fé católica e todos os seus símbolos, ritos, manifestações e templos; respeitar todas as crenças e a diversidade religiosa desta cidade na construção do bem comum. Prometo, ainda, combater a ideologia de gênero, de qualquer forma que se manifeste, e seus efeitos nocivos. Comprometo-me, como homem público e servidor de cada cidadão carioca, fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que não sejam sancionados, aprovados ou executados atos administrativos e leis contrários aos valores acima citados. Por fim, assumo o compromisso de me empenhar ao máximo para sanção, aprovação e execução de atos administrativos e leis destinados a promover e dar mais garantias aos valores inalienáveis acima mencionados.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2016.

Três dias depois, um grupo de onze padres e uma freira da Igreja Católica do Rio de Janeiro divulgou um manifesto de apoio à candidatura do PSOL. Imediatamente, o documento foi subscrito por centenas de fiéis católicos. Abaixo, a íntegra da carta:

Nós, padres da Arquidiocese do Rio de Janeiro, no horizonte do Evangelho da Libertação, da efetivação de uma “Igreja em saída” (como compreende o Papa Francisco) e da antecipação do Reino de Justiça e paz inaugurado por Jesus Cristo, entendemos que a candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro é a

que mais sintoniza com a construção de uma cidade mais justa, fraterna e igualitária. Desse modo, entendendo como o Papa Francisco que a política é uma forma sublime de Caridade, em face da qual não podemos “lavar as mãos” como Pilatos o fez, e na companhia de um grande número de católicos e católicas, leigos e leigas comprometidos com a Democracia, com a Vida e a Dignidade humanas na história concreta de nossa cidade marcada pela violência, injustiça e exclusão social, nos unimos, à luz da Fé, na luta pela Vida e pela Promoção da Pessoa Humana e reafirmamos a força evangélica da “opção preferencial pelos pobres”.

Assinam

Pe. Geraldo Marques Raimundo - Paróquia Santa Edwiges e São Pedro/SePETIBA

Pe. Geraldo José Natalino - Paróquia Santa Bernadete/Higienópolis

Pe. Sérgio Augusto dos Reis - Paróquia Santa Teresa de Jesus/Coelho Neto

Pe. Sérgio Marcos Sá Ferreira - Paróquia N. Senhora do Rosário de Fátima/Bonsucesso

Pe. Carlos Alberto Pinto - Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro/Jesuítas

Pe. Rosinaldo Paulino de Brito - Paróquia Santo Antônio Maria Zaccaria/Tanque

Pe. Ludendorff Cohen Couto - Paróquia Apóstolo São Pedro/Cavalcante

Pe. José Lino Oliveira - Paróquia São Sebastião/Olaria

Frei José Alamiro Andrade Silva - Convento Santo Antônio/Centro

Pe. Gilberto dos Santos - Paróquia São José e N. S. das Dores/Andaraí

Pe. Reginaldo Fragoso Marinho - Paróquia Santa Bárbara/Rocha Miranda

Irmã Juliana Ferreira de Jesus, Religiosa Franciscana- Paróquia N. Sra. Aparecida/Méier

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2016

Os autores do manifesto referem-se à pregação do Papa Francisco ocorrida em junho de 2016, em Congresso organizado pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais em Roma. Nele, o pontífice considerou que a Igreja deve rejeitar os cânones que separam a religião da política e enfatizar o compromisso evangélico com a promoção da paz social, da justiça, da solidariedade e da dignidade humana. No mesmo dia, a Arquidiocese do Rio de Janeiro emitiu nota de esclarecimento sobre o assunto:

NOTA OFICIAL

A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, diante da manifestação pública de alguns membros do Clero e do laicato, esclarece que não autorizou ninguém a falar em seu nome, nem dos padres, tampouco em nome de movimentos, pastorais, associações e paróquias acerca do atual processo político carioca. As pessoas podem se manifestar publicamente e podem arcar com as consequências, mas não podem falar por quem não foram autorizadas. Tampouco têm autorização de autoridade diocesana para indicar qualquer candidato aos cargos públicos, como aconteceu nesta recente manifestação, na qual indicam um candidato para o segundo turno das eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro. (...)

Não é possível compactuar com posições que entram em confronto com os valores cristãos, tais como o respeito à vida e a clara oposição ao aborto e à eutanásia; a tutela e a promoção da família, fundada no casamento monogâmico entre pessoas do sexo oposto e protegida em sua unidade e estabilidade, frente às leis sobre o divórcio; o tema da paz, que é obra da justiça e da caridade, e que exige a recusa radical da violência, da anarquia e do terrorismo.

Devem ser reafirmados o acolhimento e a tutela com relação ao ensino religioso nas escolas além dos outros temas explicitados nas orientações referidas. Portanto, o voto católico só poderá ser assim considerado se os programas dos candidatos merecedores desse voto também estiverem em comunhão com os princípios humanocristãos.

Diante da perplexidade gerada por tal manifestação nas mídias sociais, ocasionando o escândalo da desunião, a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro pede a união de todos no Senhor Jesus e a contínua disponibilidade para a missão evangelizadora numa Igreja em saída, que caminha junto com seus pastores.

Da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, aos 25 de outubro de 2016

Os doze signatários do manifesto também foram chamados a uma reunião com o arcebispo do Rio, Dom Orani. O Núcleo Político de Pensamento Católico, entidade que reúne padres, freiras, historiadores, professores e psicólogos católicos com orientação política de

esquerda, manifestou preocupação com possíveis sanções aos religiosos, o que não foi tornado público.

No Brasil, a relação delicada entre esquerda partidária e segmentos religiosos é marcada pela história recente da Ditadura Civil-Militar. A perseguição, prisão e tortura de padres e freiras identificados com a Teologia da Libertação foi uma realidade, e alguns grupos se ressentem de não ter recebido o apoio da Cúria na defesa de suas garantias civis. Leonardo Boff, um dos mais proeminentes nomes da corrente que advoga pela “opção preferencial pelos pobres” foi punido pela Igreja Católica com o “silêncio obsequioso”. A história dos grupos evangélicos com a Ditadura é menos conhecida, mas existe. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), sete lideranças evangélicas, pertencentes às igrejas de missão, foram mortas ou estão na lista de desaparecidos do regime. Outras 14 pessoas com intensa atividade nos meios protestantes foram exiladas.

No debate do dia 28 na Globo, o único dos convites feitos pela emissora ao qual Crivella compareceu, Freixo citou o protagonismo do candidato adversário como pastor na IURD, e questionou qual o “projeto político da Universal para o Rio de Janeiro”. “Meu Deus do céu! O Freixo não desiste, é uma obsessão, há três semanas ele só fala disso”, ironizou o candidato do PRB ao responder. Crivella afirmou que “Igreja não tem projeto de poder” e destacou a sua atuação nos quase 13 anos em que está no Senado. “Você que está assistindo na televisão não está preocupado com minha religião. Está preocupado que não tem saneamento aí na sua região”, afirmou. Na tréplica, Freixo devolveu no mesmo tom: “Crivella, não falo disso há três semanas porque não te encontro há três semanas. Você faltou a todos os debates. Mas que bom que agora estamos podendo conversar”. A religião pautou os primeiros vinte minutos da discussão. Em alguns dos momentos mais acalorados, Freixo acusou: “Vocês odeiam tudo que é diferente. É um fanatismo político e religioso, querendo tomar o poder com projeto de Presidência da República, segundo você num vídeo recente...” (...) “Você usa a fé das pessoas, Crivella, você e a sua Igreja praticam muitas violências”. Crivella respondeu que o povo queria saber de emprego, não de religião, que aquelas acusações já haviam sido desmentidas durante toda a campanha e queria falar do que realmente interessava. A postura combativa de Freixo pode ser questionada sob a seguinte perspectiva: até que ponto o público evangélico que assistia ao debate assentia em ser chamado de manipulado e fanático? Era possível, a partir do *lôcus* político identificado com a esquerda progressista, evitar esta denúncia?

No mesmo debate, Crivella defendeu o emprego da Guarda Municipal para a Segurança Pública, e desdenhou do programa eleitoral de Freixo: “Uma coisa acadêmica. No

plano de governo de Freixo as coisas são sempre assim: ‘vamos consultar especialistas, vamos fazer um diagnóstico’, isso não resolve a sua vida, cidadão”. A ironia de Crivella ao conteúdo “acadêmico” do programa eleitoral de Freixo ecoava um argumento bastante mobilizado como crítica ao projeto de esquerda representado pelo PSOL. Comumente, o partido é acusado de não dialogar com os mais pobres e com os evangélicos, por falar a partir de um lugar excessivamente acadêmico, ao qual aderem apenas militantes universitários. Não raro, esta crítica é chancelada pela própria academia e por segmentos do movimento negro, que também vislumbram a questão como uma deficiência crônica da “esquerda branca”. A expressiva votação do PSOL na Zona Sul do Rio, área de maior renda *per capita* da capital, corroborava o argumento.

Para alguns analistas, a esquerda é portadora de certa superioridade moral que esconde um preconceito com os evangélicos como grupo social. Num entendimento permeado de romantismo sobre a classe trabalhadora, a esquerda acredita que os mais pobres devem ser coletivistas, como se a vida social comportasse uma dinâmica sindical. Como discutimos no subcapítulo dedicado à análise dos processos de inculturação urbana, a opção por uma moral individualista não exclui a formulação das redes religiosas, pautadas na solidariedade e na proteção mútua. Quando a esquerda se depara com a valorização do indivíduo e do mérito, aponta o dedo acusatório, como se denunciasse a culpa dos pobres por sua condição. Deste modo, vigora no pensamento dito progressista um apego conservador a um modo de vida social que não pode ser atualizado no atual contexto do neoliberalismo. Há similaridades com o sonho americano e com o ideal do *self made* empreendedor, baseados na ênfase liberal de autonomia e afirmação do indivíduo. Mas culpabilizar os pobres não parece ser a opção mais inteligente, já que o imaginário em disputa não é formulado pela religião. O espírito do tempo está presente em todas as narrativas culturais que presenciamos: no cinema, na televisão, na propaganda e no incentivo ao consumo, nas novas relações de trabalho, nas relações afetivas e nas demandas de atuação do Estado.

Muito ouvido por veículos de imprensa que se colocaram fora da polarização entre Globo e Crivella, o sociólogo Roberto Dutra, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), afirmou em entrevista concedida em 5 de junho de 2016 ao El País Brasil⁸⁴:

(...) há na classe média brasileira intelectualizada e, inclusive, de esquerda, um preconceito muito grande contra os evangélicos. Há a premissa de que eles são burros, que eles não sabem olhar com distanciamento a pauta política do Feliciano,

⁸⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018_877456.html. Acesso em junho de 2016.

do Malafaia, do Pastor Everaldo, do Bolsonaro. (A esquerda) não consegue ver a possibilidade de disputar a fidelidade eleitoral e ideológica desse público. Dou o exemplo mais forte. Um tema central na vida cotidiana dos evangélicos é a família, mas a esquerda taxa isso de puro conservadorismo. A única alternativa política que tem tematizado o tema da família é – em uma democracia como a nossa, e eu diria que em várias outras também – a da direita. Ou seja, é justamente quem fala para os evangélicos: a família corre risco porque os homossexuais, a ideologia de gênero e os ‘esquerdopatas’ estão ameaçando ela. Sem outra explicação, muitas vezes o indivíduo aceita essa mesma. Assim, a identificação dos evangélicos com a pauta política de seus líderes vem em alguns casos por pura falta de alternativa e compreensão dos setores ditos mais esclarecidos da sociedade que não conseguem compreender que o tema da família não é necessariamente conservador. (Esse tema tem muito apelo) por razões de classe social. Os evangélicos se dividem, basicamente, em dois tipos de classe, que eu e o grupo de pesquisadores em torno do sociólogo Jessé Souza, costumamos dividir como ralé estrutural e batalhadores. O primeiro é um público completamente excluído das principais instituições da sociedade. Em geral, eles frequentam igrejas evangélicas que funcionam como uma espécie de pronto socorro espiritual. O segundo grupo tem uma vida familiar e social mais estável, com vínculos sociais mais fortes. Há uma proteção e solidariedade com que a ralé não conta. Para os dois públicos, contudo, a ameaça familiar é uma ameaça real e constante, seja por fatores econômicos, de alcoolismo ou de desestabilização social, como a falta de uma moradia decente. São problemas que as classes populares e excluídas enfrentam no mundo inteiro. Ora, só vai considerar o tema da família conservador quem não vê no abandono um problema cotidiano. Em resumo, os evangélicos agem muito mais por interesses práticos e que podem tomar rumos muito variados, de acordo com os partidos políticos que interpretam esses interesses práticos, do que propriamente por convicções conservadoras. Convicções que eles podem até ter, mas não são tão claras e fortes como se imagina.

Na perspectiva que defendo, culpabilizar os partidos e a visão de mundo da esquerda é igualmente contraproducente. As discussões e problematizações formuladas partem de análises corretas, mas insuficientes para dar conta daquilo que a Muniz Sodré chamou de “*biosmidiático*”. É exatamente por esta razão que a opção feita neste estudo foi pela contraposição entre Crivella e Globo, não entre Crivella e Freixo. Desenvolverei este tema mais detidamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O BIOS MIDIÁTICO E OS CIRCUITOS NÃO-OFICIAIS

“A era computacional – a era do Facebook, Instagram, Twitter – é dominada pela ideia de que há quadros negros limpos no inconsciente. As formas dos novos meios não só levantaram a tampa que as eras culturais anteriores colocaram sobre o inconsciente, mas se converteram nas novas infraestruturas do inconsciente”.

Achille Mbembe

Para investigar como os circuitos não-oficiais e os processos de interação discursiva afetaram a campanha de 2016 no Rio, reuni material empírico relacionado às *fake news* disseminadas contra Marcelo Freixo. Esta opção se justifica pela necessidade de compreender interações discursivas que escapavam à voz oficial da campanha de Crivella, mas que apresentavam dimensões simbólicas que a corroboravam e lhe ofereciam suporte. Esse esforço me pareceu estratégico para pensar como agenciamentos em torno da religião se relacionam ao espírito do tempo, e para, em um desafio mais amplo, indagar o entrelaçamento entre midiaticização e ação política. Deste modo, este capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira, tematizo os circuitos não-oficiais por onde se propagavam as *fake news* que marcaram a campanha de 2016, acionadas por atores que performavam oposição à candidatura de Freixo. O *corpus* utilizado para análise abarca mensagens difundidas nas redes sociais, em especial nas redes fechadas do aplicativo *Whatsapp*, e declarações públicas de formadores de opinião. A reflexão é amparada por um quadro teórico que toma por referenciais as proposições de Muniz Sodré (2009) sobre o *bios midiático*. Na segunda parte, teço breves considerações sobre a interpenetração das disciplinas necessárias a uma apreensão mais acurada das questões inscritas na dimensão do atual fenômeno de evidenciação do campo religioso.

Em 2016, o *Oxford Dictionary* elegeu “*post-truth*” a palavra do ano: “um adjetivo definido como ‘relacionado a ou que denota circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença

peçoal””. Traduzido para o português como “pós-verdade”, o termo não delimita um objeto, ou algo que possa ser descrito. É, por definição, um adjetivo, uma condição e uma circunstância, de modo que não podemos tomá-lo como sinônimo de mentir, uma ação (verbo), ou de mentira, um substantivo. Este termo está intimamente relacionado a outra matriz semântica que, por sua vez, não encontrou tradução literal em nossa língua. Refiro-me às *fake news*. Estas últimas se caracterizam por apresentarem-se como notícia, emulando o gênero informativo da reportagem jornalística. E são engendradas em um ambiente de pós-verdade, e na dificuldade ou impossibilidade de delimitá-las com precisão, alguns autores acadêmicos e alguns jornais estão preferindo a simplificação “notícias falsas”.

Mas, quais as condições e características deste ambiente, ou destas circunstâncias nas quais as emoções e as convicções são tornadas mais importantes do que os fatos? Ora, a transição entre os séculos XX e XXI se dá concomitante à passagem da comunicação de massa, centralizada e unidirecional, para comunicação mediada por tecnologias interativas, por alguns autores definidas como “pós-midiáticas”. Neste ponto, gostaria de retomar o conceito de *espírito do tempo*, referenciado no primeiro capítulo desta dissertação. Do alemão “*zeitgeist*”, sua tradição remonta a Herder, autor da filosofia romântica alemã, e tem raiz na etimologia latina “*genius* (espírito guardião) *saeculi* (do século)”. Mas foi Hegel, na obra *Filosofia da História*, que sintetizou o cerne do argumento: a arte reflete, por sua própria natureza, a cultura da época em que esta foi feita. Isso porquê um determinado artista é um produto de seu tempo e, assim sendo, carrega essa cultura em qualquer trabalho que faça, de modo que cultura e arte são conceitos inseparáveis. Hegel partia deste ponto de vista para explicar porque o mundo moderno não reuniria as condições necessárias para recriar a arte clássica, que havia surgido do *zeitgeist* em que os artistas clássicos viviam.

Desde Hegel, o espírito do tempo passou a referir-se às condições culturais de emergência de uma determinada forma expressiva de arte, ou, conforme já adotei anteriormente, às circunstâncias capazes de forjar um fenômeno marcado pela interpenetração de processos situacionais. Nos dois volumes que compõem a clássica obra “*Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*”, Edgar Morin (1977) utiliza o conceito como sinônimo de comunicação massiva. Mas, se cada tempo resguarda seu espírito, proponho que mantenhamos a noção hegeliana em mente, para assentir o emprego do termo também na atualidade da pós-verdade.

O uso das novas tecnologias interativas se afirma paralelamente e coincidentemente ao momento de aprofundamento da globalização e da financeirização do capital, processo por meio do qual, segundo Ladislau Dowbor (2017), as grandes instituições de intermediação

financeira “sequestraram” a democracia, inaugurando uma “era do capital improdutivo”, caracterizada pela drenagem dos sistemas produtivos. Seduzidos pelo rentismo, que por meio de juros e tarifas extrai volumes de recursos incomparavelmente maiores do que aqueles gerados pela força do trabalho, os grandes capitalistas também se tornaram, em última análise, detentores de grandes volumes de dinheiro virtual.

Este “turbocapitalismo” prescinde de elementos basais de sua fase clássica. Se durante o século XX a união entre o modo de produção capitalista e o cânone político das democracias ocidentais resultou em uma matriz única, triunfante na disputa com os Estados socialistas, no início do século XXI as condições são outras; e espírito do tempo se modificou.

O poder democrático exige regras de constatação da verdade. No mínimo é preciso aferir maiorias e seus representantes. Já o capitalismo pode funcionar sem o conjunto de exigências ou de verdades que consolidam a democracia. Em si, o capitalista pensa que não precisa de mais que um axioma para existir: tudo deve estar voltado a maximizar ganhos e minimizar perdas. No capitalismo neoliberal, toda verdade é dispensável e alterável. Chegamos ao complexo emprego discursivo da verdade, da não-verdade e da pós-verdade(SILVEIRA, 2017, p. 11).

Somada ao processo de financeirização do capital, a mutação tecnológica que consolidou o novo paradigma socio-técnico das mídias digitais facilitou, conforme destaca Eric Sadin (2017), a mercantilização integral da vida. Algumas das angústias partilhadas pelos indivíduos que estão vivenciando este momento se relacionam, deste modo, à perda do elo entre o real e a versão apresentada. A supressão voluntária da privacidade, e a transformação de nossos hábitos e costumes em combustível para algoritmos orientados para finalidades de consumo, se constituem elementos capazes de romper a fronteira entre o privado e o partilhado. A este movimento de performance e representação de todos os âmbitos da vida não escapam a política e nem a religião, e à existência real encontra-se agora imiscuída uma dimensão híbrida, o “bios midiático”.

3.1 Fake news e circuitos não-oficiais

Investigando a difusão de mensagens não-oficiais no contexto eleitoral de 2016, intenciono propor reflexões sobre os circuitos discursivos por meio dos quais uma polissemia assume centralidade no processo eleitoral. Ao debruçar-me sobre a análise das *fake news* difundidas contra Freixo em 2016, reuni um *corpus* de análise que abarca material em vídeo,

perfis e mensagens de redes sociais e diálogos no aplicativo *Whatsapp*. Qualifico como circuitos não-oficiais os percursos multidimensionais que correspondem ao fluxo de mensagens emitidas e recebidas fora do enquadramento oficial *dolócus* jornalístico e dos efeitos declaratórios das próprias candidaturas. Em busca de flagrar os agenciamentos em torno da religião e os estratagemas da campanha de Crivella, considerei apenas os circuitos nos quais foi possível flagrar mensagens em detração a Freixo.

Com efeito, os processos de difusão de mensagens em redes sociais são indutores de novas e questionáveis práticas de incidência política, travestidas de rejeição e repúdio às negociações processuais da democracia. Como um importante meio de comunicação e informação, as redes sociais nos fornecem uma experiência imersiva de conexão com os outros, e por isso são parte cada vez mais significativa do dia-a-dia das pessoas. Nos Estados Unidos, a maioria dos adultos (62%) as utiliza para acessar informações sobre cotidiano e atualidades, segundo estudos do Pew Research Center. Deste universo, 64% afirmam que as notícias falsas que circulam nas redes causam “confusão” sobre fatos e acontecimentos diários. No Brasil a situação não é muito diferente: em 2016, a Pesquisa Brasileira de Mídia realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, já revelava que 49% das pessoas se informam pela internet.

Nos circuitos discursivos das redes, que compunham estruturas à parte dos esforços de campanha, as mensagens circuladas afirmavam o papel social da fofoca, um dispositivo que Norbert Elias(1994) demonstra ser funcional, podendo ser articulado tanto para identificar grupos distintos quanto para reforçar laços intracomunitários. O objetivo é sempre produzir estranhamento ou proximidade moral.

Coletando as principais mensagens que circulavam nestes circuitos, investiguei a produção discursiva de atores midiáticos com forte presença nas redes, como o pastor Silas Malafaia, acusado por Freixo de ser autor de grande parte das calúnias e difamações contra sua candidatura, de Flávio Bolsonaro, candidato durante o primeiro turno e apoiador de Crivella no segundo, e de Arthur do Val, líder de opinião das novas direitas e protagonista do canal “mamãefalei” no *YouTube*.

Malafaia produziu, para seu canal no *YouTube*, dezenas de vídeos dedicados a comentar as dinâmicas da disputa no Rio. Diariamente, interagiu com os circuitos oficiais, comentando os programas de TV dos candidatos e exibindo suas opiniões sobre os fatos cotidianos, sempre em detração de Freixo. Este engajamento favorável a Crivella produziu efeitos de mensagem que, creio, foram fundamentais para expressar especulações e medos sociais que não eram verbalizados publicamente na candidatura do PRB, por não pertencerem

a um repertório considerado “aceitável” em uma campanha. Como consequência, o exercício expositivo de Malafaia constituía-se como uma sustentação do *locus* oficial de Crivella, expressando livremente especulações e extrapolações sobre a biografia e as propostas de Freixo, bem como sensacionalistas fantasiosas sobre o que poderia ocorrer em caso de vitória do PSOL.

Em vídeo de quatro minutos, Malafaia elenca razões pelas quais Freixo deve ser denunciado. A peça de comunicação intitula-se “Pr. Silas Malafaia revela quem é Freixo. Irrefutável!”, e foi largamente distribuída nas redes e compartilhada por meio do *Whatsapp*, tendo alcançado mais de duzentas mil visualizações no *YouTube*. Entre as dezenas de conteúdos que tematizam o embate entre os Marcelos e que foram produzidos para o canal de Malafaia nesta plataforma, identifiquei padrões e repetições que apelam ao uso das emoções e que procuravam produzir extrapolações do real. Entretanto, optei por fazer uma análise mais detida deste exemplo porque, entre todos os vídeos que acessei e analisei, este me parece resumir uma série de argumentos tornados centrais no contexto da campanha. Na tela, Malafaia encontra-se em pé em um estúdio. Ele tem um ar grave e combativo. Empertigado, dá início à fala:

“— Eu vim aqui dizer pra vocês quem é Marcelo Freixo, você não pode ser enganado por mentira e por cinismo. Marcelo Freixo é um marxista leninista declarado, o seu partido PSOL é a esquerda radical, que acredita naquele comunismo anterior a 88 da União Soviética, aquele comunismo que não deu certo em lugar nenhum no mundo, tá falido. É o comunismo da Alemanha Oriental. O PSOL apoia o governo da Coreia do Norte, de um povo massacrado e oprimido. Cuba, Venezuela. É esse o sistema que eles apoiam e que querem implantar no Rio de Janeiro? (...)”.

Embora não seja possível promover uma revolução socialista isolada em uma cidade, e embora nos pareça claro que as condições sociopolíticas brasileiras não comportam atualmente qualquer mudança neste sentido, para a validade da acusação apresentada isto não é crucial. Ora, no ambiente de pós-verdade, se os fatos não encontram guarida na ameaça denunciada, isto pouco importa, porque a coragem de verbalizar a denúncia se sobressai à denúncia em si, de modo que é possível caracterizar os circuitos não-oficiais de narrativas como espaços que resguardam não apenas o arcabouço simbólico da mensagem, mas a performance da denúncia, o ato heroico de quem expõe “o que pensa e o que sabe”, tornado efeito de reverência e de admiração. A coragem de sustentar o discurso transforma a mensagem em um dispositivo cujo acionamento coloca em evidência não apenas *de quem se fala*, mas também *aquele que fala*. No segundo momento do vídeo, Malafaia denuncia a imposição da “ideologia de gênero”:

“— Marcelo Freixo é a favor de que crianças de seis anos aprendam sexualidade na escola! Artigo 229 da Constituição Brasileira, artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, é aos pais que pertence a educação moral e religiosa! O artigo 79 do ECO (sic) Estatuto da Criança e do Adolescente impede de se mostrar imagens eróticas para crianças (...) Freixo apoia aborto, Freixo apoia casamento gay...”

Este exemplo caracteriza como as questões de gênero eram abordadas. A mais comum das mensagens associadas ao tema, circulada durante a campanha em grupos do *Whatsapp*, dava conta de que, com Freixo prefeito, o Rio de Janeiro teria Jean Wyllys na Secretaria de Educação⁸⁵, e as crianças teriam “aula de sexo” a partir dos seis anos de idade. Deputado federal pelo PSOL, Wyllys é gay, e sua agenda no parlamento brasileiro abarca diversas iniciativas de defesa aos direitos LGBTQs. As “aulas de sexo” se referem, na verdade, à proposta de inclusão das aulas de educação sexual no Plano Nacional de Educação, iniciativa defendida por Wyllys. Debatido no Congresso Nacional, o projeto de lei apoiado pela bancada do PSOL busca promover nas crianças a conscientização sobre seus corpos, com vistas ao combate da pedofilia e da violência de gênero. Não por acaso, a partir de afirmações como estas, circulavam extrapolações de todos os tipos, como as que aludiam a um certo projeto de “legalização da pedofilia”. Havia ainda a difusão de mensagens que visavam produzir um temor de que, com a eleição de Freixo, as pessoas passassem a fazer sexo em público e que as crianças não fossem poupadas destas visões.

Observar a emergência destas abordagens nos auxilia a pensar nestes circuitos não-oficiais como espaços onde as falas públicassão reposicionadas, assumindo a dimensão de ancoragem do boato. Isto é igualmente flagrante nas acusações relacionadas a uma interpretação imprecisa do conceito de *desmilitarização*. Por diversas vezes ao longo de sua trajetória pública, Freixo tem mencionado a necessidade de desvincular as polícias militares estaduais de seu caráter militarizado, cujas práticas de ação são erigidas por sobre a ideologia do combate, *ethos* herdado das Forças Armadas durante a Ditadura Civil-Militar e expresso, até hoje, no treinamento e nas orientações técnicas fornecidas aos policiais em formação. No dia 5 de outubro de 2016, Flávio Bolsonaro realizou uma transmissão ao vivo pelo *Facebook* e comentou o resultado do primeiro turno. Em seguida, ao longo de 17 minutos, apresentou os motivos pelos quais os eleitores não deveriam votar em Freixo. Entre estes, há uma ênfase na “defesa de bandidos”, que se confunde, no argumento, com a defesa dos Direitos Humanos, e

⁸⁵ “Se eleito Freixo nomeará Jean Wyllys como secretário da Educação. Pelo amor de Deus! Freixo em uma conversa declarou que tem interesse em colocar Jean Wyllys como secretário da educação. É válido lembrar que Jean é coadjuvante de um dos projetos mais polêmico do Brasil, a IDEOLOGIA DE GÊNERO, sabe-se que Freixo também é a favor desse projeto de lei”. Ver “Freixo vai nomear Jean Wyllys como secretário de educação #boato”. Disponível em: <http://www.boatos.org/politica/freixo-jean-wyllys-educacao.html> Acesso em 30 de junho de 2017.

há também a insinuação de que Freixo quer “acabar com a PM”. Ora, as polícias militares são forças repressivas alocadas nas estruturas de governança dos estados, e não dos municípios, conforme determina a Constituição Federal. Um prefeito não tem poder para acabar com a PM. A desmilitarização defendida por Freixo visa a uma mudança de cultura organizacional e de ordenamento jurídico sobre as atribuições da PM, mas só pode ser implementada por meio de um ato da esfera federal.

Em 2006, Freixo teve um irmão assassinado na região oceânica de Niterói. Indícios apontam que os autores do crime eram policiais militares contratados para oferecer serviços de segurança privada ao condomínio onde morava a vítima. Segundo relatos apresentados pela mídia, o irmão de Freixo assumiu o cargo de síndico e dispensou os serviços dos PMs, para a contratação de uma empresa especializada. Dias depois, foi baleado na porta de casa ao voltar de uma festa com a esposa. Sobre o caso, o inquérito policial coletou denúncias anônimas e pronunciamentos diversos. Após acusar centenas de vezes a violência policial nas periferias e presidir a CPI das milícias em 2008, Freixo passou a ser identificado como um grande inimigo das forças policiais. Recebendo ameaças, saiu do Brasil sob cobertura da Anistia Internacional após o assassinato da juíza Patrícia Acioli⁸⁶, em 2011. “Marcelo Freixo é contra a PM!”, dizia Flávio Bolsonaro, em cima do palanque de Crivella. “É a PM que protege você, cidadão, dos bandidos que Freixo e o PSOL defendem...”, enfatizava.

Em outro vídeo, Malafaia alimentava o pavor da violência: “Se a coisa já tá ruim com a PM armada, irmão (sic)... imagina sem”. Pastor de grande projeção e líder religioso próximo a diversas lideranças políticas, certamente Malafaia tem clareza de que a esfera municipal sequer abriga uma pasta de Segurança Pública. Mas o teor de sua mensagem não afirma claramente que a PM será desmontada ou terá suas atividades encerradas a partir de um ato discricionário do futuro prefeito. Isto ocorre apenas nas franjas do circuito, nas quais as mensagens anônimas prevalecem, mas aparecem ancoradas pelas declarações dadas pelos atores públicos. Travestidas de notícia, estas mensagens se apresentam como portadoras de uma dimensão bombástica, convencendo os destinatários de que, se tornadas oficiais, seriam capazes de produzir um distúrbio tamanho ou de contrariar o *status quo* com tanta força que o escândalo por elas causado não poderia ser filtrado, aceito, acolhido pelo jornalismo.

A partir da chave da desmilitarização e das acusações de Malafaia e Flávio Bolsonaro, as *fake news* denunciavam que, se eleito, Freixo tornaria a cidade “reduto do caos e do banditismo”, que seu irmão teria sido morto em um acerto de contas com traficantes, que

⁸⁶ Patrícia Acioli, juíza da Quarta Vara Criminal de São Gonçalo, foi assassinada em agosto de 2011 por policiais que estavam sendo julgados por ela.

sua candidatura buscava o favorecimento do Comando Vermelho⁸⁷. A polifonia articulava diversos “indícios”, dando origem a novas camadas de especulações. Em certas mensagens, Freixo era associado às disputas entre facções. Em outras, era apresentado como irmão do líder do tráfico na Rocinha, a quem pretendia nomear Secretário de Segurança, pouco importando que seu poder como prefeito eleito não lhe permitisse tal ato. Aqui, reúnem-se duas diferentes mensagens que tematizavam uma suposta relação entre Freixo e o tráfico de drogas:

“A chegada das milícias não foi bom pra ninguém, mas um dos que sentiram no próprio bolso o peso da extorsão dos “bandidos fardados”, foram os traficantes. Tudo o que recebiam, além da venda das drogas, cobrando pela “segurança” local, instalação de “gatos” (captação de energia elétrica e sinal de TV a cabo clandestinas), entre outros serviços, passaram a ser disputados pelos milicianos. Viram que podiam levar uma boa “fatia do bolo” em alguns casos e até o “bolo todo”, em outros. Esta interferência acabou refletindo nos “negócios” das facções fluminenses e gerando um novo confronto, além das já existentes entre as organizações criminosas do Estado. No final das contas, os mais afetados são os moradores das comunidades dominadas por essas ORCRIMs. Seja com a intenção ou não, o fato é que a caçada (pessoal e política) de Freixo às milícias, em 2008, que culminou no desbaratamento de vários núcleos de ação, em diversos pontos do RJ (inclusive em Niterói), beneficiou bastante a “concorrência”. Há boatos, inclusive, que o Comando Vermelho (CV), uma das mais poderosas facções criminosas do Rio, teria uma verdadeira “dívida de gratidão” com o “padrinho”. Aliás, esta estória da suposta empatia do deputado com os bandidos, vem desde antes da morte do irmão dele e de sua “cruzada” contra as milícias. Foi em 2004 que Freixo se ofereceu para mediar a rebelião de Bangu 1, iniciada pela turma de Fernandinho Beira Mar, líder do CV, onde o objetivo era exterminar a facção rival, o Terceiro Comando, liderado por Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê” (Mensagem do blog Monica Marinho.com, largamente distribuída durante a campanha)⁸⁸.

“Deputado federal há três mandatos, Freixo apresentou um projeto para acabar com a PM no ano passado. Isso porque ele, que agora é candidato a prefeito, quer beneficiar o irmão, um dos chefes do tráfico na Rocinha. Freixo não assume esse irmão, que assumirá a secretaria de segurança se Freixo se eleger, mas inclusive eles já tentaram expulsar a PM da Rocinha quando os traficantes mataram o pedreiro Amarildo e colocaram a culpa na PM. Como eles não conseguiram Freixo agora quer a prefeitura para acabar de vez com a PM” (Mensagem do G1 BlogNews, que circulou no *Whatsapp* em outubro de 2016)⁸⁹.

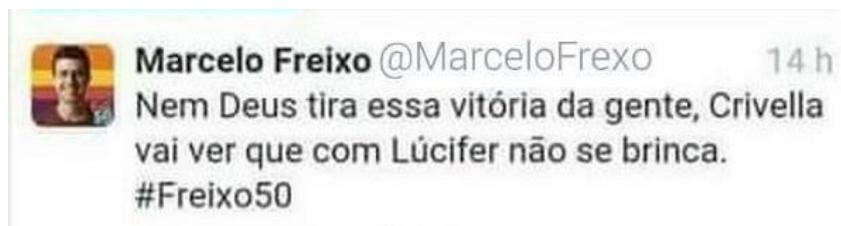
Os agenciamentos em torno da religião eram frequentes, de forma que uma das mensagens com maior número de compartilhamentos era um *print* (foto da tela) de um perfil falso atribuído a Freixo no Twitter, na qual o candidato afirmava: “Nem Deus tira esta vitória da gente, Crivella vai ver que com Lúcifer não se brinca”. Emulando todas as características do canal oficial, tais quais foto, fundo de tela, descrição e endereço (o usuário oficial, @MarceloFreixo, tornava-se @MarceloFrexo na versão *fake*), o perfil difundia mensagens que confundiam o eleitorado.

⁸⁷ O Comando Vermelho é a mais antiga facção do tráfico de drogas em atividade no Rio de Janeiro.

⁸⁸ Disponível em: <http://mmmarinho.blogspot.com/2016/10/a-real-motivacao-de-freixo-na-cpi-das.html>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

⁸⁹ Disponível em: <http://g1blognew-odia-servidorpublico.blogspot.com/2016/10/> Acesso em 15 de novembro de 2016.

Figura 2—Conta falsa de Freixo no Twitter



Este perfil falso motivou um esforço público da campanha de Freixo para acusar a produção de *fake news* e a disseminação de calúnias e difamações criadas pela campanha de Crivella e seus apoiadores. Por isso, considero importante chamar a atenção para a forma como estes circuitos não-oficiais existem em função das narrativas oficiais, e como interagem com elas. Conforme anteriormente mencionado, todo boato surge de uma afirmação pública de um ator que, embora não esteja propagando uma mentira *stricto sensu*, dedica-se a produzir uma interpretação enviesada dos fatos. A interação discursiva entre os circuitos não-oficiais, as falas dos candidatos e a cobertura jornalística torna-se evidente quando estes atores respondem ao discurso oficial da campanha, como no vídeo “Pr. Silas Malafaia Responde Acusação de Freixo Sobre Boatos”.

A cada vez que Freixo acusava Crivella, Malafaia ou a família Bolsonaro de propagarem mentiras contra ele, novos vídeos e declarações públicas destes atores surgiam, em resposta às acusações feitas, interagindo com estas. Evidenciando projetos e propostas que, de fato, existiam, estes atores ofereciam ao público a possibilidade de construir sua própria versão dos fatos, oferecendo uma interpretação indutora. Nesta dupla dimensão de análise, em que estão em foco ações e relações performadas em rede, tanto a produção jornalística quanto a agência dos sujeitos retroalimentam representações de medos sociais que, à parte do processo eleitoral, se mantêm em contínua atividade, como as ameaças provocadas à família pelo uso de drogas, pelo aborto, por uma suposta contaminação social advinda da aceitação da homossexualidade, etc. No caso da declaração de voto de Carminha Jerominho, explorada por Freixo no programa eleitoral que foi ao ar no dia 17 de outubro, horas depois Malafaia publicou novo vídeo no *Youtube*⁹⁰, no qual saía em defesa de Crivella:

“— Freixo, você insinuou no programa, que por causa dessa fala [a declaração de Carminha em apoio a Crivella], o Crivella tem acordo com a milícia. Rapaz, a mulher está declarando voto como qualquer cidadão que podem apoiar quem quiser, quer dizer então que se o maior traficante do Rio gravar um vídeo dizendo que tá te apoiando, mesmo você não sabendo, significa que você tem acordo com ele? Não faça isso não, rapaz, isso é feio...”

⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NKWrQwUJqqI>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

Também considero interessante observar como, muitas vezes, o rebatimento do circuito oficial revela uma extrapolação cuja falsidade parece eclipsada pela estrutura do argumento, como no caso vídeo em que Arthur do Val vai até a Cinelândia conversar com eleitores de Freixo⁹¹. No conteúdo visualizado quase um milhão de vezes, o *youtuber* e formador de opinião das novas direitas, proprietário do canal “mamãefalei”, aborda transeuntes e faz uma enquete sobre as intenções de voto. Ele justifica que escolheu o local por ser um “antro da esquerda, reduto dos eleitores de Freixo”, e afirma que o vídeo não é uma tentativa de favorecer o outro candidato, mas de questionar o que chama de “monopólio da virtude” sintetizado pela esquerda. Cinco pessoas se identificam como eleitoras de Freixo. Se haviam eleitores de Crivella, eles não aparecem na edição. Em seguida, o apresentador pergunta o que elas acham da proposta de aumento do IPTU, contida no plano programático do candidato. No papel, a proposta de Freixo previa a revisão da planta genérica de valores do IPTU, por meio da qual o município consegue estimar o valor do imóvel, desde que essa revisão estivesse associada a uma progressividade no imposto e na alíquota e ao cumprimento da função social da propriedade. Questionado sobre isso nos debates, Freixo afirmava que a revisão também previa a redução ou extinção da cobrança do imposto em regiões com menor custo do metro quadrado. Extrapolação ou meia-verdade, mentira ou *fake news*? Como caracterizar o ato persuasivo de Do Val?

Se uma meia verdade ou uma mentira inteira, este caso específico e as reiteradas vezes em que as *fake news* circulam ancoradas em declarações de atores públicos demonstram que os acionamentos de contrapontos morais e as extrapolações da narrativa oficial do adversário geram um campo de força que imobiliza o sujeito sobre quem se fala, a quem, deste modo, resta acusar uma mentira em totalidade, ou explicar uma incorreção parcial, argumentando que “não é bem assim”. No próximo capítulo, discutirei a pertinência do conceito de pós-verdade para uma análise atual dos processos eleitorais brasileiros e o lugar da religião neste novo ambiente.

3.2 O bios midiático e o ocaso do fato

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xDIKIHz6hho>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

As comunidades reunidas em torno das paixões políticas que explodem após junho de 2013 no Brasil se apresentam, em seus primeiros passos, presas às linhas de força da polarização. As novas direitas e os líderes políticos neopentecostais se apresentam, no processo social em curso no país, como representantes daquilo que muitos tem qualificado como uma “onda conservadora”. Fora da disputa institucional, reverberando na sociedade, a saturação com antigas práticas políticas leva a movimentos radicalização, enquanto o reconhecimento de valor na negociação democrática parece ser cada vez mais uma lembrança desvanecida, e a própria democracia parece viver momento crepuscular. Posta em xeque em nível local e global, a política é constantemente questionada quanto à sua eficácia e pertinência, e muitas vezes tida como um terreno árido ou mesmo amoral. Sob esse cenário, Luis Felipe Miguel alerta para o crescente nível de desconfiança em relação aos indivíduos que compõem a elite política, fato que se dá concomitante ao “crescente ceticismo a respeito da efetividade das instituições que se propõem realizar a democracia política (eleições, partidos, parlamento)” (MIGUEL, 2007, p.1-2).

Como corolário, enquanto a rejeição à política enfraquece as formas de associativismo afiançadas pelo Estado, tais quais sindicatos e partidos, a religião se fortalece como ator interveniente na sociedade. Por se apresentar por todo o lugar a relação entre religião e política, historicamente construída, como vimos, quais mudanças concorreram para a formação deste intrincado cenário? Ora, as manifestações de junho de 2013 inauguram um momento de rupturas na sociedade brasileira. Mas não apenas: elas também se inscrevem em um contexto global de emergência dos movimentos massivos mediados pela tecnologia e influenciados pelo elemento não-humano, a exemplo da Primavera Árabe⁹² e do Occupy Wall Street⁹³. Neste sentido, é preciso atentar para o fato de que

nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo. Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a

⁹² A “Primavera Árabe” foi uma onda de protestos que varreu o Oriente Médio e o Norte da África a partir de 2010, tendo sido iniciada na Tunísia e afetado também o Egito, a Síria, a Líbia, o Iêmen e o Barein. Dominados por ditaduras, muitos destes países depuseram seus líderes, mas amargaram guerras civis, intervenções dos Estados Unidos e graves conflitos internos posteriormente às manifestações. Todos estes protestos foram reforçados e ampliados por articulações em redes sociais.

⁹³ Occupy Wall Street é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos, após a crise provocada pelo setor imobiliário em 2007, que provocou um prolongado período de recrudescimento de perdas econômicas. O movimento foi fortemente repercutido nas redes sociais, das quais também se valeu para sua articulação.

sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia (CASTELLS, 2005, p. 17).

Estas mudanças causam impacto nas dinâmicas relacionais entre os grupos sociais, que englobam, evidentemente, as comunidades políticas e religiosas. Todavia, compreender a importância da introdução das novas tecnologias comunicacionais na sociedade não implica em, necessariamente, ignorar o papel contributivo dos meios de comunicação tradicionais para a construção do cenário polarizado que testemunhamos. Ao longo de anos, quiçá décadas, o jornalismo hegemônico criminalizou sindicatos, movimentos partidários, confundiu propositalmente *o político* com *a política*. Sempre seguros de seu poder, os meios hegemônicos sofreram o impacto da fragmentação provocada pelas tecnologias interativas de informação. Como porta-vozes de poderes tradicionais e privilegiados produtores de sentidos e de repertórios simbólicos, os detentores de megacorporações midiáticas assistiram a dinâmica do capital se modificar profundamente. Nos rankings financeiros, as empresas globais de mídia perderam espaço para as empresas globais de tecnologia. Além disso, toda a produção simbólica foi igualmente afetada, e o que era privilégio deu lugar à incerteza.

O ambiente online se afirmou, independentemente da TV, do cinema e dos jornais, como um espaço “repleto de(...) sistemas simbólicos únicos — rituais, novas normas, modos específicos de comportamento, identidades, papéis sociais e até linguagens completamente específicas” (ZANINI, 2016, p. 171). O impacto causado por esta ruptura do modelo até então estabelecido foi tamanho, que as ciências sociais passaram a abrigar todo um novo campo de estudos, definido como cibercultura.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p.17).

Para o exercício da participação política, as redes provocaram impacto similar. Segundo Sakamoto (2013), as redes sociais não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação

social. A possibilidade de emprega-las para a ação política direta é desconfortável para o *status quo*, e fascinante para as multidões.

Com efeito, a tensão entre o estabelecido e o emergente, a inovação e a tradição, a ordem e o desvio, é inerente ao fazer político. Todavia, na era da midiatização, os embates não são apenas narrados, mas transferidos, em grande medida, para uma contenda onde está em disputa o poder de narrar, a autoridade de enunciar. Deste modo, a emergência das redes sociais e a crescente desconfiança na política se deu concomitante a uma crise de credibilidade do próprio jornalismo, e, em certa medida, estas se retroalimentam. Por midiatização compreendo um instrumento conceitual-chave, fundamental para descrever o presente e a história dos meios e a mudança comunicativa que está ocorrendo, e que se assemelha a uma ambiência, uma modalidade da comunicação informacional própria do espírito de nosso tempo.

Está presente na palavra mediação o significado da ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes (...), mas isto é na verdade decorrência de um poder originário de discriminar, de fazer distinções, portanto de um lugar simbólico, fundador de todo o conhecimento. A linguagem é por isto considerada mediação universal. Para inscrever-se na ordem social, a mediação precisa de bases materiais, que se consubstanciam em instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade. As variadas formas da linguagem e as muitas instituições mediadoras (família, escola, sindicato, partido, etc.) investem-se de valores (orientações práticas e de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações. Já midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação (...) caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*. Trata-se de dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, isto é, *o capital*, e que constitui propriamente uma nova *tecnologia societal* (...) empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política (SODRÉ, 2009, p. 21).

A midiatização constitui-se, pois, um atributo relacional que caracteriza uma sociedade na qual a performance assume papel crucial, impregnando todas as dimensões da vida pública e das relações interpessoais. Os questionamentos sobre a validade da secularização como categoria para pensar a modernidade passam a ser, então, consequentes. Quando nada é privado, tudo está aberto à apreciação e à aprovação coletiva, a religião também se coloca em disputa por seu quinhão de representatividade. Para um entendimento mais preciso desta articulação, enfatizo o conceito do *bios midiático*, proposto por Muniz Sodré (2009). Para demonstrá-lo, este autor recorre às três dimensões aristotélicas da vida na *Polis*: *bios theoretikos* (vida contemplativa/intelectual); *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida do corpo). Cada uma destas constitui-se, em si mesma, um gênero

qualificativo, um âmbito da existência humana. Para Sodré, a midiaticização das relações em sociedade se constitui condição de emergência deste quarto bios, uma nova dimensão da experiência, geradora de uma realidade formal, vicária, imbuída de valor moral. Trata-se da integralidade da performance e da fusão entre representação e objeto, capaz de ultrapassar os suportes tecnológicos. Na medida em que coincide com “o mundo em si”, esta dimensão é uma constante forma-espetáculo, afetada pela ideologia e separada do fazer político imediato.

Imersos no *bios midiático*, cada indivíduo busca sua comunidade, e intenciona nela performar sua existência, em busca de aprovação e de acolhimento. Enredadas e desenredadas ao sabor das circunstâncias, pautadas por escolhas estéticas comuns, por convicções políticas, pela religião e outros elementos, estas comunidades oferecem conforto moral e caracterizam uma sociedade fragmentária, pontilhista, composta por indivíduos apartados uns dos outros, mas envolvidos por dinâmicas relacionais de contato contínuo e de midiaticização permanente. A busca pelo pertencimento assume a condição de contingência real, e este pertencimento pode ser experimentado por meio do embate com um inimigo comum.

As novas direitas e os atores religiosos de grande projeção midiática constroem em torno de si mesmos estas agremiações, e é nesta polissemia que reside o pavor associado à verdade. No artigo “The Watergate Syndrome: A Government of Lies”, Steve Tesich (1992) examina como se deu o processo por meio do qual, pouco a pouco, a verdade foi se tornando equivalente a “más-notícias”. Na esteira deste fenômeno, a reprodutibilidade de informações questionáveis ou não-verificadas nas redes sociais alimentou a desconfiança no paradigma jornalístico. Como fruto da rejeição à verdade, a sociedade ocidental tornou-se não apenas pouco reativa à recepção de mentiras, como desejosa destas. “Nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em uma espécie de mundo pós-verdade” (TESICH, 1992, p. 13).

O adversário desejado, o inimigo comum que permitirá a união emocional das multidões pontilhistas, é sempre um grande portador das más-notícias. Combatê-lo é impedir que convicções e atos de fé do imaginário partilhado sejam abalados, aniquila-lo é extirpar as ameaças, superar os medos sociais. É interessante notar que, durante a campanha de 2016, Marcelo Freixo passa a condensar uma série de representações negativas, às quais responde reforçando sua performance de diferenciação. Se sua figura representa diversas ameaças à família e desperta pânico morais, para as comunidades que em torno dele se reúnem os sinais estão trocados, mas a dinâmica é a mesma. A polarização é fruto de uma fixação cada vez mais forte destas comunidades em seus lugares e do reforço cada vez mais aprofundado da diferenciação.

Sob a forma de conflitos que se expressam na disputa entre racismo *versus* antirracismo, ultranacionalismo *versus* internacionalização, sexismo *versus* feminismo, rivalidades étnicas e religiosas *versus* laicidade e multiculturalismo, homofobia *versus* direitos civis, a mediação oblitera a luta de classes, enquanto, tornada efeito e não causa, a rejeição à política aniquila o pensamento. No atual estágio do neoliberalismo, definido pelo teórico Achille Mbembe (2016) como o momento de triunfo da “primeira teologia secular global”, dá-se a “anexação do núcleo dos desejos humanos”⁹⁴. Se tudo é performado e isto lança por terra a dimensão privada da vida cotidiana, se as comunidades se fortalecem a partir de suas diferenças e se a verdade não é apenas rejeitada como também repudiada, estes são os fatores imbricados na formação do ambiente de pós-verdade.

E o que é a pós-verdade, se não um híbrido? Como vimos no subcapítulo anterior, a ambiência da pós-verdade apresenta uma modalidade de extrapolação do real e ancora especulações e versões fantasiosas da realidade, estas últimas apresentadas na forma de *fake news*. Assim, a pós-verdade não é um objeto, mas uma condição. Não é mentira, nem verdade absoluta. Ela termina por se constituir um signo acima de classificações, nascido em meio a uma sociedade marcada pela falência dos sistemas produtivos, pela virtualização do capital, pelo descrédito das instituições, por um novo paradigma socio-tecnológico, pela mediação radical orientada ao consumo e pela desilusão com os modelos binários empregados no estabelecimento da ordem, insuficientes para dar conta por completo da experiência da realidade.

Em artigo publicado no site da Revista Carta Capital em março de 2018⁹⁵, Magali da Cunha questiona: por que grupos religiosos conservadores são tão propensos a difundir *fake news*? Segundo o ponto de vista apresentado no texto, uma das respostas encontra-se no domínio da psicologia social, mais precisamente naquilo a que chamamos *dissonância cognitiva*, que ocorre quando os indivíduos constatarem a não correspondência entre a mensagem e o real. A autora explica que, para superar a dissonância e buscar a consonância, resta ao sujeito escolher entre duas atitudes: reconhecer a disparidade entre o real e a representação, aceitando o que é oferecido em termos factuais e refletindo sobre uma consequente mudança de ponto de vista, ou fazer a opção em nome do que acredita ser “o certo”. Para dar conta deste esforço, a autora argumenta que os indivíduos optam por permanecer acreditando na mensagem, para não abrir mão de crer no que lhes convém e para

⁹⁴ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espirtualidade/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em dezembro de 2016.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/mentir-e-pecado-os-cristaos-e-a-propagacao-de-fake-news>. Acesso em 14 de março de 2018.

continuar espalhando o que lhes parece conveniente, pois se a mensagem é divergente da realidade, ainda assim é coerente com seu jeito de pensar, de agir e de estar no mundo. Esta compensação e este conforto garantem a permanência na comunidade.

Por óbvio, não são apenas os sujeitos que partilham de uma visão de mundo conservadora ou de convicções religiosas baseadas em uma moral restrita os únicos a aceitarem e propagarem *fake news*, mas a religião é, também, um campo de força em torno do qual se formam as comunidades. Neste sentido, Cunha argumenta que entre os grupos reunidos em torno de uma moral religiosa compartilhada, os indivíduos tendem a apresentar maior propensão a assimilação de notícias e ideias mentirosas que circulam pela Internet. Em uma certa dimensão inconsciente, estes grupos esforçam-se por propagá-las para seguir a “evangelização”, espalhando suas indignações para que converter outros sujeitos ao mesmo propósito, mesmo que em nome da ética e da justiça sejam demolidas as convicções, como nas ocasiões em que, pacientemente, os interlocutores apontam a incoerência da mensagem.

Conforme apresentado no início deste capítulo, Achille Mbembe (2016) defende que a algoritmização da vida afetou as infraestruturas do inconsciente. As emoções, antes formadas repressivamente, passaram a ser definidoras da tomada de decisão coletiva, porquanto o ambiente de pós-verdade retirou a autoridade do fato. É interessante notar como o campo religioso sempre traduziu uma forma de racionalidade muito específica, apresentando o dogma como um instrumento inapelável. As formas de ação que tomam espaço na atualidade são, em diversos âmbitos, reprodutoras de um certo dogmatismo, e, por isto, os imbricamentos entre mídia e religião, a meu ver, tornaram-se tão evidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propunha a analisar relações entre sujeitos, jogos de interesses e motivações que influenciaram o pleito de 2016 no Rio de Janeiro, flagrando as interações discursivas e as relações de reciprocidade entre eles. Fruto de um incômodo com as questões referentes ao entrelaçamento entre mídia, política e religião, empreendi uma investigação baseada na análise contextual do crescimento neopentecostal na vida pública brasileira, e cuja hipótese inicial considerava que parte deste sucesso pode ser atribuído à forma como este segmento tem manejado com sucesso a narrativa sobre sua própria identidade, com investimentos consideráveis e esforços evidentes na construção de estratégias de comunicação que visam atingir um público mais amplo do que aquele mobilizado entre suas bases de fiéis.

Para compreender as disputas narrativas em torno do pleito de 2016 no Rio de Janeiro, e os respectivos agenciamentos da religião neste cenário, busquei revisar a relação entre os segmentos neopentecostais e a esfera pública, no intuito de percorrer os caminhos por meio dos quais estes grupos, antes isolados e tidos como minoritários, alcançaram expressividade midiática, representatividade política, poder econômico e influência em diversos setores. A chegada de uma das principais lideranças políticas da IURD à posição de prefeito eleito do Rio de Janeiro, e o tensionamento da relação entre este segmento e o Grupo Globo, principal corporação de mídia do país, me levaram a indagar o contexto e a complexificar algumas perguntas que já me direcionavam para este objeto de pesquisa.

Entre elas, o papel das organizações Globo, que compete com a RecordTV, de propriedade da IURD, por fatias significativas do bolo publicitários dos principais mercados brasileiros. As relações de proximidade entre Globo e MDB, partido da situação no governo municipal até aquele outubro de 2016, e de constante tensão entre Globo e PSOL, partido de esquerda que concorreu contra Crivella, assim como a entrada de novas práticas políticas viabilizadas pelas novas tecnologias, constituíam-se elementos que permitiam uma análise prismática das circunstâncias. Por tudo isso, investigar a dinâmica de ação e reação entre os atores colocados na disputa e os esforços de construção de um Crivella “laico” me pareceu fundamental.

Ao longo deste percurso de pesquisa, nem todas as respostas se mostraram facilmente verificáveis e nem todas as questões foram solucionadas. Contudo, diante das reflexões aqui reunidas e dos subsídios apresentados, este estudo se inscreve em um conjunto de esforços que, dada a temporalidade com que foram produzidos, no futuro poderão fornecer

quadros comparativos para pesquisadores interessados em recuperar dados sobre o momento que presenciamos. Durante os próximos anos ou décadas, as ciências sociais brasileiras certamente ainda se dedicarão a desenvolver análises e reflexões sobre as evidentes transformações atravessadas pela sociedade brasileira, e, para tanto, espero que estas contribuições sejam válidas.

As narrativas e contranarrativas tornadas públicas em 2016 são amostras de uma série de questões que precisarão ser enfrentadas: a dificuldade dos partidos de esquerda e do pensamento progressista em compreender o avanço neopentecostal nos territórios, enfrentando a defesa da liberdade religiosa e da laicidade sem, no entanto, promover visões reducionistas ou simplificadoras sobre os adeptos da religião; a estreita relação entre as novas direitas conservadoras e os líderes políticos ligados às igrejas neopentecostais; a forma como estas inovações se refletem nas articulações da política institucional e impactam o ordenamento jurídico do país, considerando a ocupação dos parlamentos; e o processo por meio do qual o consolidado poder do Grupo Globo vem a ser colocado em questão, e que não parece traduzir-se em avanço para a democracia, mas em lucro para adversários igualmente pouco comprometidos com o interesse coletivo.

As reconfigurações do campo jornalístico, e os questionamentos cada vez mais contundentes sobre a credibilidade e legitimidade de sua autoridade, assim como a permissividade da sociedade diante das aproximações entre política e religião nos levam a um momento excepcionalmente incerto, onde a democracia nascida com a Constituição de 1988 é colocada em xeque e questionada quanto à sua validade, eficácia e efetividade. Ao mesmo tempo, no âmbito global, as circunstâncias que se apresentam neste início de século demonstram que o recrudescimento do dogmatismo não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, e que é preciso enquadrá-lo também à luz dos efeitos da globalização, do triunfo neoliberal e do espírito do tempo. Por tudo isso, creio que a vasta documentação do material empírico coletado — entrevistas, declarações e reportagens, entre outros — contribuem para que, no futuro, as intencionalidades até o presente momento voluntariamente ocultadas possam ser mais claramente desveladas.

Em suma, considero fundamental reafirmar que este trabalho foi realizado em um quadro circunstancial de crescente interesse sobre a atuação dos grupos neopentecostais na política institucional brasileira, e que não teria sido possível sem que pesquisadores da antropologia e sociologia da religião, das ciências políticas, da comunicação e da psicologia social não tivessem construído, até aqui, um rico contingente de estudos, obras,

reflexões epistemológicas e análises empíricas sobre a questão. Creio, também, ser necessário deixar claro que no empreendimento destas investigações as disciplinas inscritas no campo das ciências sociais brasileiras têm sido bem-sucedidas na observação e descrição do fenômeno estudado, afirmando a importância das teorias críticas e rechaçando a reprodução de preconceitos e de lugares-comuns. Apesar disto, chamo atenção para o fato de que, dada a complexidade das transformações em curso, a interdisciplinaridade se apresenta como um importante desafio.

Foucault (1979, p. 13) demonstrou que o poder não se dissocia dos regimes de verdade que se baseiam “no discurso científico e nas instituições que o produzem”. A economia política da verdade, em disputa no campo religioso e constantemente corrompida pelo capital, circula nos meios de comunicação, mas não apenas: está presente nos aparelhos de educação, na tecnologia e nos demais sistemas mediados, formando repressivamente e positivamente nossa visão de mundo. Por isso, volto-me à etimologia do verbo comunicar; que traduz a ação de pôr em contato, tornar comum. É preciso, creio, romper as escotilhas. Em uma metáfora biológica, o cientificismo fragmentou as disciplinas, promoveu um pensamento compartimentado, analisou a citologia e a histologia separadamente. O mesmo se deu no campo das ciências sociais.

Embora, neste trabalho, minha opção tenha sido pelo enquadramento do fenômeno a partir da dimensão midiática, aqui considerada ambiente de circuito das narrativas e instrumento de processamento de estratégias, parece-me claro que este investimento é insuficiente para dar conta do fenômeno de crescimento numérico e do aumento do poder de influência dos grupos neopentecostais.

Reafirmar a importância da interdisciplinaridade é reconhecer que as teorias da política moderna nos permitem pensar categorias em voga: o populismo, as esquerdas, o conservadorismo. A antropologia, por sua vez, nos oferece um repertório privilegiado para pensar o sagrado, o rito e o mito, considerando as subjetividades que concernem à prática de uma religião. Ademais, a produção simbólica está intimamente ligada ao domínio do comportamento humano. Para Moscovici (1972, p. 55), “o objeto central da Psicologia Social deveria ser o estudo de tudo o que se refere à ideologia e à comunicação”. Também a Filosofia, por meio de suas investigações sobre a fenomenologia e a Teoria do Conhecimento, pode fornecer elementos centrais para uma melhor apreensão dos fatos.

Para Ricardo Mariano, durante muito tempo as ciências sociais brasileiras reproduziram índices do senso comum sobre os evangélicos, em uma simplificação que não

pode mais ser alicerçada na atualidade. Até o início da segunda metade do século XX, interpretação que vigorou até fins dos anos 1980,

esses religiosos eram tidos como alienados e sua religião como alienante, pelo apolitismo, pela rejeição encarnizada ao comunismo, pelo apoio à Doutrina de Segurança Nacional, pelo frequente apoio às autoridades políticas constituídas e por sua total ausência na luta pelos Direitos Humanos e pela democracia (MARIANO, 2011, p. 250).

Ora, a vida social é estruturada pelas relações sociopolíticas. A partir de posições ideológicas muitas vezes não claramente distinguíveis ou mesmo intencionalmente ocultadas, a política regula o ser e o estar no mundo. Como escreveu Patrick Charaudeau (2015), “a prática da política concerne mais particularmente à gestão da vida coletiva na qual estão implicadas diferentes instâncias (de governança e cidadania) que regulam suas relações mediante um jogo de poder e contrapoder” (p.15). Agora, sabemos, o fenômeno de empoderamento evangélico na política institucional é tão expressivo que, isoladamente, não podemos enquadrá-lo, porque ele reflete um progresso que se dá em outras esferas das práticas políticas, aquelas inscritas no fazer cotidiano, na vida nos territórios, nas construções culturais e nos laços comunitários.

Bem-sucedido, este projeto de poder se aninha no interior de uma lógica mercantil e de um argumento profético-moralista, que troca o antigo viés ético pelo bem-estar individualista, associando consumo e salvação (SODRE, 2009). Contudo, por mais que de fato isto seja uma verdade facilmente constatável, não é possível admiti-la como única. Estamos diante do desafio de deslindar a narrativa sobre quem são e o que querem os evangélicos na esfera pública, revelando especificidades e disparidades no interior deste grupo social.

Cabe-nos, por isso, ultrapassar os muros das universidades e estimular o amplo debate sobre diversidade religiosa, multiculturalismo e laicidade na sociedade brasileira. Para tanto, este diálogo deve começar na academia, o que efetivamente já ocorre, e a interdisciplinaridade deve ser ponto pacífico, mas a apropriação de estéticas, vozes e abordagens já amplamente utilizadas nas tecnologias de comunicação também deve ser considerada. As universidades, creio, devem assumir esta atribuição fundamental, considerando que os ambientes da política e da mídia estão, como vimos, envolvidos de interesses ocultos e são, ao mesmo tempo, sujeitos e autores das transformações em curso.

Essa missão se revela tanto mais urgente quanto necessária quando observamos que, por meio das lentes do jornalismo ou da política, pouco a pouco a toda a sociedade tem se dado conta da aproximação entre o poder religioso e os demais poderes. Não raro, nos

segmentos sociais externos ao fenômeno, podemos verificar o crescimento de uma percepção muito parecida com aquela referenciada por Ricardo Mariano.

Não apenas por dever de ofício, que não nos permite partilhar de noções distorcidas ou de simplificações contraproducentes, *comunicar* a complexidade do que está em jogo torna-se estratégico para equipar grupos minoritários (dentro e fora destas Igrejas) a uma discussão efetivamente equilibrada, que não reproduza lugares-comuns e preconceitos.

Ainda em 2015, quando decidi empreender esta pesquisa, busquei a Universidade por considerá-la ponta-de-lança na produção de conhecimentos e saberes, e por considerar que apenas o ambiente acadêmico acolheria um projeto como este, que não poderia ser empreendido com igual sucesso no campo jornalístico. Interessei-me pelo PPCult por seu caráter interdisciplinar. Continuo, agora, findas as rodadas procedimentais da realização de um trabalho de conclusão de uma pós-graduação acadêmica, certa de que este é o caminho que melhor pode nos levar a um debate qualificado e responsável sobre o Brasil da atualidade, no qual o reposicionamento da identidade evangélica na paisagem religiosa, o recrudescimento das novas direitas, o ruído gerado pela manipulação da desinformação e a reconfiguração do fazer jornalístico serão determinantes para moldar o futuro. Podemos vislumbrar estes elementos em suas dimensões circunstanciais, mas também podemos considera-los ecos de uma transformação mais profunda do modo social, cujos efeitos e desdobramentos podem ser observados em diversos âmbitos. As interações entre mídia e política, que ocorrem tendo a religião como pano de fundo, escamoteiam interesses econômicos e disputas de poder que, se analisadas na integralidade das relações sociais, nos aproximam de uma compreensão mais precisa do espírito do tempo.

ANEXO 1 – ENTREVISTAS DE CRIVELLA AOS VEÍCULOS DO GRUPO GLOBO, NÃO REALIZADAS

No dia 25 de outubro de 2016, Crivella faltou a duas entrevistas agendadas, respectivamente com o RJTV, da Rede Globo, e com o Portal G1, do mesmo grupo. As perguntas que não foram feitas foram disponibilizadas pela emissora, que alegou fazê-lo “em respeito à audiência”. Elas encontram-se listadas abaixo:

Primeiro bloco - perguntas enviadas por leitores e selecionadas pela redação:

O senhor só participou de um debate de televisão [no segundo turno]. Para um candidato que defende transparência e a democracia, o não comparecimento não pode ser visto como uma atitude de quem não é aberto ao diálogo? Felipe Alves dos Santos Lopes

O senhor já veio a público prometer cargo e a criação de uma secretaria específica ao ex-candidato Índio da Costa, em troca do apoio político. Acha que ainda há espaço para essa velha política de barganha? Há alguma proposta de um secretariado mais técnico? Gabriel Mattos Nicolau

O senhor recebeu recentemente apoio de uma família de milicianos. Como pretende enfrentar as milícias, se elas apoiam sua campanha? Isso é coerente? Carolina Fabiano de Carvalho

Há um vídeo em que o senhor fala aos fiéis que eles devem eleger políticos da igreja para expandi-la, inclusive eleger um presidente da igreja para isso. Como acreditar no senhor se suas ações não se coadunam com suas palavras? Jorge Moraes

Gostaria de entender por que o senhor contratou para ajudar a elaborar seu plano de governo uma pessoa que participou do governo do atual prefeito, já que o senhor critica tanto a atual gestão? Cristina

O senhor pretende implementar o orçamento participativo no seu governo? Almir Jordão da Silva Junior

No segundo bloco, seriam perguntas elaboradas pelos jornalistas do G1:

A revista "Veja" publicou fotos da sua prisão. Diz que o senhor passou o dia preso na 9ª DP, no Catete, após tentar despejar à força invasores de um terreno da Igreja Universal em Laranjeiras. O senhor divulgou um vídeo negando a prisão. Disse que era engenheiro, foi lá fazer uma inspeção no muro, não deixaram e acabou todo mundo na delegacia. Foram fotos só para identificação dos envolvidos. Agora, a revista divulgou a entrevista que o senhor deu primeiro: e, na gravação, o senhor disse que ficou preso mesmo. Conta que estava bravo, pegou um caminhão, arrebentou a cerca e botou as coisas da família dentro dele. São duas versões muito diferentes. Uma é mentirosa. Qual?

O senhor fez coligação com o partido de Anthony Garotinho, o PR. Hoje, o Tribunal Regional Eleitoral cassou o mandato da prefeita de Campos dos Goytacazes e mulher dele, Rosinha Garotinho. O próprio garotinho responde a vários processos e já foi até condenado em primeira e em segunda instância. O senhor disse aqui, no G1, no primeiro turno, que Clarissa Garotinho poderá ter cargo no seu governo. Como explicar para o eleitor que o grupo do Garotinho não vai governar com o senhor?

O senhor também recebe apoio do ex-secretário da prefeitura Rodrigo Betlhem. Ele foi exonerado por suspeita desvio de recursos públicos. Está sendo investigado por isso. Não há condenação. O senhor já falou que ele não pediu nada, só queria ajudar. Candidato, o Índio, que tem feito campanha para a sua candidatura, disse que o senhor recebeu apoio de um traficante. Betlhem responde por desvio de dinheiro. São essas pessoas que vão governar com o senhor?

Logo após o debate da TV Globo no primeiro turno, perguntamos ao senhor se havia uma predileção em enfrentar Marcelo Freixo, no segundo turno, já que as pesquisas indicavam uma grande vantagem do senhor na disputa com o PSOL. O senhor disse que queria tirar o PMDB do segundo turno. Mas agora vários vereadores do PMDB declaram apoio ao senhor, como Rosa Fernandes e Jorge Felipe. O senhor vai governar com quem o senhor criticou e dar cargo a eles?

No Senado, em 2009, o senhor disse o seguinte: "Eu respeito homossexualismo, homossexual, mas penso diferente. Para mim isso é pecado". Em outro vídeo, o senhor fala que a mulher

deve ser submissa. O senhor ainda acha que a homossexualidade é doença ou pecado e que a mulher deve ser submissa ao homem?

Nota-resposta da TV Globo à carta enviada por Crivella para justificar a ausência nas entrevistas, cujo conteúdo foi reproduzido na abertura do segundo capítulo desta dissertação.

"Desde ontem, em inserções do horário eleitoral obrigatório, o candidato Marcelo Crivella tem atacado a TV Globo em termos nada respeitosa e ainda piores do que a nota agora enviada à emissora. Em consideração a você, telespectador, esclarecemos aquilo que todo defensor da liberdade de imprensa deveria conhecer: a missão de um veículo jornalístico é revelar fatos importantes, incômodos ou não, envolvendo as candidaturas. A TV Globo tem feito isso de forma isenta, com os dois candidatos em disputa pela Prefeitura do Rio. Como atestam nossos princípios editoriais, a TV Globo é apartidária, absolutamente independente de grupos econômicos e de governos. Essa postura independente de fato irrita aqueles que preferem, em benefício próprio, que a imprensa se cale, em prejuízo dos eleitores, que tudo devem conhecer para fazer seus julgamentos. A TV Globo sabe que, ao cumprir essa missão, pode ser vítima de ataques, os mais violentos e injustos. Isso já aconteceu recentemente com Jandira Feghali, do PC do B, com o ex-presidente Lula, do PT, com o deputado cassado Eduardo Cunha, do PMDB, e, agora, com o candidato Crivella, do PRB, de colorações ideológicas tão diferentes. Você, telespectador, é testemunha de nossa lisura. Nosso compromisso é com você, não com políticos e candidatos. Será sempre assim, mesmo que o preço a pagar sejam acusações sem sentido."

**ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTAS DE MARCELO FREIXO
AO RJTV, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2016**

RJTV - Candidato, Black Blocs. Agora na campanha o senhor disse que é contra a violência desse grupo. Mas o fato é que durante os protestos de 2013, quando os black blocs já agiam com muita violência, o senhor não fez uma condenação pública. O senhor disse que não era juiz pra avaliar o método deles, e que todo movimento que representasse a busca por uma sociedade mais justa, o senhor achava válido. O senhor disse isso no dia 12 de setembro, portanto, três meses depois da invasão dos black blocs à Assembleia Legislativa. Por que que o senhor, um homem público, não condenou imediatamente a violência, sempre que perguntado, candidato?

Freixo – Olha, Ana, obrigado pela pergunta, na verdade condenei sim, e nunca defendi nenhuma ação violenta, nem do Estado, através da Polícia sobre os professores, por exemplo, como aconteceu neste ano (...)

RJTV – Mas nesta declaração o senhor não condenou. Nessa declaração em que o senhor disse que achava válido qualquer tipo de busca por uma sociedade mais justa, e que o senhor não era juiz pra avaliar.

Freixo – Essa declaração diz respeito a uma manifestação dos professores, que no momento não é compatível com a imagem que meu adversário coloca ali, ali tem uma edição que não é leal, não é justa. Na verdade, eu fui inclusive para o plenário da Assembleia Legislativa condenar a violência contra jornalistas nas ruas do Rio de Janeiro nesse momento. As manifestações são importantes, são democráticas. A violência não é um método, a violência não é um instrumento válido, nem de uma parte nem de outra, porque não traz conquistas. Nunca concordei com a violência.

RJTV – Candidato, quebrar patrimônio público vale? (...)

Freixo – Não.

RJTV – Por que nesse momento que nós estamos mencionando, os black blocs invadiram a Assembleia Legislativa com bastante violência e quebraram o patrimônio público. O senhor disse que não se considerava juiz para avaliar o método deles.

Freixo – Essa minha frase, “eu não me considero juiz”, não diz respeito a esse fato especificamente, (...)

RJTV – Mas o senhor era perguntado sobre os black blocs, nesse momento.

Freixo – Eu era perguntado sobre a violência nas ruas, tanto da polícia, quanto dos movimentos.

RJTV – Dos black blocs.

Freixo – Não, não, na verdade, era em relação aos movimentos como um todo. Eu nunca fiz... os black blocs não tem qualquer relação com meu partido, não tem qualquer relação com a nossa organização, a gente nunca teve, nós nunca tivemos nenhuma ação violenta. E a violência é condenável, a violência não é um instrumento válido para qualquer luta, até porque ela não traz nenhuma conquista. Nunca concordei com a violência.

RJTV – Eu vou ler então, candidato, o item 3 da base estratégia do programa do seu partido. Ele determina que é preciso rechaçar a conciliação de classes. O texto diz o seguinte, abre aspas: não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes, fecha aspas. Candidato, o senhor é a favor do conflito entre classes sociais, do confronto entre classes sociais, do confronto entre ricos e pobres?

Freixo – Não, Ana, eu acho que existem as classes sociais, existem ricos e pobres, e o Rio de Janeiro é um exemplo disso, não é? A gente tem hoje uma sociedade hoje no Rio de Janeiro que é a mais desigual do planeta, há uma desigualdade imensa, há uma população pobre que precisa de um governo que olhe para ela. Mas evidentemente nós teremos diálogo, nós temos um programa apresentado pra cidade, que é um programa que tem diálogo. Amanhã, por exemplo, vou ter um encontro amplo com setores empresariais. A gente tem um compromisso com o Rio de Janeiro que é um compromisso de diálogo, de governar com secretários técnicos, de governar com programa, mas a gente acha que o diálogo é importante. Agora, evidente que existe a desigualdade.

RJTV – O senhor disse agora que é contra a violência, é notícia hoje, candidato. Foi publicado no blog Jornal Livre que o senhor está sendo acusado de agredir com socos e chutes o fotógrafo Bruno de Lima. Esse episódio é de 2006, foi no cemitério, durante o enterro do seu irmão, que foi brutalmente assassinado. O fotógrafo diz que foi – palavras dele – “agredido covardemente”. Ele chegou a prestar queixa na delegacia. Isso não revela uma característica violenta da sua parte, candidato? Um prefeito não tem que estar preparado pra manter a calma mesmo numa situação extrema?

Freixo – Olha, tá sim, Ana, sem dúvida alguma é um erro, mas é um erro de uma reação. Eu perdi um irmão brutalmente assassinado, eu costumo não falar sobre isso, você sabe disso,

ele foi assassinado aos 34 anos, deixou duas filhas, e no momento do enterro do meu irmão você pode imaginar a dor da minha mãe e do meu pai enterrando um filho tão querido, né, assassinado de forma tão brutal. Eu tive uma conversa muito grande com todos os fotógrafos que estavam no enterro do meu irmão, todos entenderam que havia um pedido da minha mãe, uma mulher que estava enterrando seu filho, todos os fotógrafos, todos, compreenderam o pedido da minha mãe, que disse o seguinte: “nós não queremos que nenhum fotógrafo fotografe meu irmão no caixão”. Esse rapaz, esse... esse profissional, ele entrou na capela e fotografou meu irmão no caixão...

RJTV – Ele diz que ele tinha chegado atrasado, não ficou sabendo do pedido da família, e ’tava registrando ali um fato jornalístico. Mas o ponto não é esse, candidato. O foco aqui é: alguém que quer ser Prefeito do Rio, e não que não pode perder o controle mesmo numa situação extrema. Vale partir pra agressão, candidato?

Freixo – Não, eu estou dizendo que é um erro, e eu assumo meus erros, eu não escondo nada, e eu nunca escondi nada. Foi erro, foi uma reação errada da minha parte, não acho que ele tenha errado muito, desrespeitando... não é verdade que ele chegou depois, ele sabia que havia um pedido de uma senhora, de uma mãe enterrando um filho. E mesmo assim não foi nesse momento que ele foi agredido, não, nesse momento ele foi retirado do enterro. Depois que a gente fechou o caixão do meu irmão, que é o momento mais doloroso de quem perde. Ana, é... quem perde um filho, quem perde um irmão assassinado, quando você fecha o caixão é uma despedida muito doída. E nesse momento que a gente fechou o caixão, que a gente tá saindo com o caixão, pela segunda vez, esse repórter, esse fotógrafo, chegou e fotografou a minha mãe do lado do caixão. Aí realmente eu reagi, reagi, errei, errei, mas errei diante de uma reação muito equivocada da parte dele também, mas não justifica.

RJTV – Candidato, o Partido dos Trabalhadores apoia o senhor, o senhor apoiou a Dilma Rousseff no segundo mandato dela. O PT é protagonista do maior escândalo de corrupção da história do país, o petrolão, que veio depois do mensalão, o PMDB também é, e o senhor ataca frequentemente o PMDB, mas não faz o mesmo com o PT, por que que o senhor rechaça a corrupção do PMDB, e aceita a do PT? Isto não é ser complacente com a corrupção, candidato?

Freixo – Não é não, Ana, tanto não é que a gente não fez parte do governo do PT. Eu votei na Dilma no segundo turno, não votamos no primeiro, tivemos candidatura no primeiro turno, e no governo dela não fizemos parte. Eu não fui ministro da Dilma...

RJTV – Mas apoiou.

Freixo – Quem foi, foi meu adversário. Apoiamos ao segundo turno, no governo não, o PSOL foi oposição ao governo da Dilma, a bancada do PSOL votou com total independência e muitas vezes contra o governo.

RJTV – Mas... mas o PT agora apoia o senhor, mas ele não aparece na sua propaganda eleitoral. O senhor tem vergonha do apoio do PT?

Freixo – Não, não é uma questão de vergonha porque não há qualquer aliança com o PT. O PT teve candidatura própria no primeiro turno, e no segundo turno que é voto, e que é veto, eles disseram que eles vão votar em mim, mas não há aliança no segundo turno, nós temos um programa, e esse programa será mantido, e os nossos secretários serão todos eles sem indicação de política partidária, nem do PT, e nem de nenhum outro, a gente não tem conviência com a corrupção.

Freixo – Candidato, Zé Dirceu preso, Palocci preso, Vaccari preso, todos do PT, e o senhor aceita o apoio do PT. Isso não é ser complacente com a corrupção, candidato?

Freixo – Qualquer generalização é muito injusta, a gente não tem qualquer complacência com o PT. O PT lançou candidatura própria, o PT cometeu seus erros que não foram poucos, foram muitos, espero que façam a autocrítica, nós criticamos publicamente o PT durante o seu governo, fizemos oposição ao PT, e evidente que eles no segundo turno têm o direito de apoiar. Eles não farão parte, não indicarão secretários, nem eles e nem nenhum partido, os secretários serão técnicos.

RJTV – O senhor aceitou o apoio do PT, investigado na Lava Jato, e condena o juiz que investiga a Lava Jato. O senhor já disse sobre o juiz Sérgio Moro o seguinte, abre aspas: é preocupante ver um juiz trocar a toga pela carapuça de herói nacional e extrapolar as exigências de seu cargo, fecha aspas. Candidato, preocupante não é a Petrobrás roubada em seis bilhões e duzentos milhões de reais?

Freixo – Claro que é, essa frase, especificamente, diz respeito à condução coercitiva, foi a um episódio especificamente, e eu repito: nenhum poder está acima da lei. Todos os poderes são respeitados, são independentes, tem que respeitar a lei. Eu apoio todas as investigações contra a corrupção. Elas não podem ser seletivas. Todas as investigações contra a corrupção são bem-vindas, tem que acontecer sem seletividade. Essa minha frase sobre o juiz Sérgio Moro foi especificamente sobre a condução coercitiva, que muitos, não só eu, consideraram que houve, sim excesso.

RJTV – Candidato, a Federação Israelita do Rio de Janeiro se declarou profundamente indignada com um texto publicado no site da Corrente Socialista dos Trabalhadores, que pertence ao seu partido. Essa Corrente qualificou Shimon Perez, ex-ministro de Israel de

genocida, e disse que a morte dele foi festejada com razão. Candidato, veja só o tom do texto. São militantes do seu partido festejando a morte de uma pessoa. Na sua resposta o senhor afirmou que a nota foi um erro, mas não um erro seu ou do seu partido. Candidato, festejar a morte não é abominável em qualquer situação? Por que que o senhor foi tão suave na sua resposta?

Freixo – Não fui suave, não, Ana, eu repudiei com veemência, eu sou contra essa posição. E eu não sou contra essa posição agora, não, a minha posição é diferente desse grupo há muito tempo, anterior à eleição, inclusive. Eu sempre considerei dois povos, e dois Estados. Eu sempre tive uma posição diferente desse grupo, e eu repudio qualquer forma de intolerância nesse sentido, fui contrário, lancei nota no mesmo partido, não é uma posição do partido, é uma posição de um grupo, e que não é a minha posição, nunca foi.

RJTV – Nós fomos no site do seu partido, candidato, o Estado de Israel é acusado de ser genocida em pelo menos nove textos. O senhor considera aceitável o PSOL propagar esse ódio com relação ao Estado de Israel?

Freixo – Ana, esse é um problema político dos maiores graves do mundo, esse é um dos maiores conflitos históricos e geográficos do mundo, há um problema grande que envolve o Estado de Israel e a Palestina, há um posicionamento, o mundo inteiro debate isso, e eu sempre defendi dois Estados, e dois povos. Ser contrário a um governo não é ser contrário a um Estado, nós tivemos uma candidatura, inclusive, a vereador, na cidade do Rio de Janeiro, de um jovem da comunidade judaica, de um jovem de esquerda, que representou boa parte dessa comunidade judaica de esquerda, que pensa como a gente. Então há espaço pra divergências e há espaço para posicionamento quando é oportuno, de ocasião. Eu sempre tive essa posição há muito tempo.

RJTV- Candidato, perguntas objetivas agora, para que o telespectador possa conhecer detalhes concretos do seu programa de governo. Primeiro tema, passagens de ônibus. O senhor promete reduzir o preço das passagens, quanto mais barato vai ficar?

Freixo – Ana, pelos contratos hoje do governo do est.. da Prefeitura do Rio de Janeiro com as empresas de ônibus, esse contrato é de 2010, né, tem uma ação do Ministério Público do Rio, contra a Prefeitura que diz que a passagem já deveria, agora, custar três e trinta, pelo próprio contrato já em vigência, contrato assinado em 2010. E o Tribunal de Contas do município, não sou eu que tô dizendo não, o Tribunal de Contas do município entende que essa passagem já deveria estar mais baixa.

RJTV – E o senhor diz que vai ficar em quanto?

Freixo – Eu acho que hoje daria pra ir pra três e trinta, mas o mais importante...

RJTV – A partir de quando? Desculpe interromper.

Freixo – Não, imagina. O mais importante, Ana, é garantir que a gente abra a caixa preta. Eu não fui financiado por caixa dois, então eu posso abrir a caixa preta. Eu vou enfrentar as empresas de ônibus no que diz respeito à transparência.

RJTV – E quando 100% dos ônibus vão ter ar-condicionado e quanto isso vai custar pra Prefeitura?

Freixo – Eu preciso saber os números que hoje eu não tenho, não é transparente, eu não posso ser irresponsável aqui com você e nem com o público que nos assiste. Eu quero abrir a caixa-preta, eu quero saber qual o custo dessas empresas, por isso que nós vamos controlar: as linhas, os ônibus, o preço. Hoje é a Fetranspor – hoje os empresários de ônibus que fazem o que querem. Nós queremos, nós, o poder público ter esse controle, para que a gente possa planejar essa passagem ser mais barata, ter mais qualidade.

RJTV – Zona Portuária agora, candidato. O senhor foi contra a derrubada da Perimetral, hoje o Porto Maravilha é um dos lugares mais visitados do Rio, é um sucesso, agora na sua campanha o senhor promete criar programas de habitação nessa região da Zona Portuária. Quantas unidades habitacionais o senhor pretende construir e quanto isso vai custar para a Prefeitura?

Freixo – Olha, essa é uma prioridade da gente porque há um déficit de moradia muito grande. A Zona Portuária do Rio é bem-sucedida numa parte, que diz respeito ao Boulevard Olímpico, mas se você andar um quarteirão por lado, você tem um abandono imenso, você tem obras inacabadas, você tem inúmeros galpões vazios. Nós queremos fazer da Zona Portuária um polo de inovação e tecnologia, a gente quer escritórios compartilhados com economia colaborativa...

RJTV – Quantas unidades habitacionais?

Freixo – Isso é um planejamento que a gente vai precisar saber primeiro o orçamento real. A gente tem hoje no orçamento 29 bilhões. A gente tem pelo menos 20 bilhões comprometidos com a área que diz respeito à saúde, educação, cultura...

RJTV – O senhor ainda não fez a conta?

Freixo – Não, não dá pra fazer porque a gente precisa ter a transparência total que hoje a gente não tem. Agora a gente quer que seja uma zona mista, como boa parte do centro de Paris, centro de Londres, centro de Nova York, é um centro misto, ou seja, que tenha negócio, que tenha investimento, que tenha empresas, mas que tenha também moradia, e de preferência de interesse social, que é possível, que é necessário no centro.

RJTV – Empreendedorismo, candidato. O Rio é a décima pior capital do Brasil para quem quer abrir seu próprio negócio. Qual a sua principal iniciativa para atrair o empreendedor e quanto dinheiro o senhor vai investir nisso?

Freixo – Olha, Ana, primeiro, tem que desburocratizar. É um absurdo que hoje um empreendedor de baixo risco leve quatro meses pra abrir uma empresa. Então terminar com a burocracia, centralizar as informações, ter um portal na internet onde o empreendedor tenha todas as informações necessárias facilitadas pela Prefeitura é algo que você faz e não custa nada, é de imediato, é qualidade da informação. E garantir que esse crédito que hoje não chega ao pequeno empreendedor possa chegar mais facilmente através de uma ação do município.

RJTV – Bom, antes dessa entrevista, a gente perguntou aos dois candidatos se eles concordariam em assumir com você, telespectador, o compromisso de anunciar aqui no RJTV os nomes que vão ocupar as principais secretarias, para que você tenha a possibilidade de saber, antes de votar, com quem cada um pretende governar. Candidato, se o senhor for eleito, quem vai ocupar a secretaria de saúde?

Freixo – Ana, vou te pedir um favor, a gente não vai te entregar o secretário, mas a equipe que vai fazer a transição, então eu vou te dar três nomes, esses três nomes serão coordenadores da equipe de transição até que a gente possa ter o secretariado definido até o final do ano. Então nós temos o Ari Miranda, nós temos o Hermano Castro, que é da Escola Nacional de Saúde Pública, e a Lígia Bahia, que é médica.

RJTV – Educação. Secretaria de Educação, quem que ocupa?

Freixo – Três nomes, na mesma linha, de fazer a transição. Marcelo Burgos, Alessandra Nicodemos, e Aristeu Leite.

RJTV – Transporte.

Freixo – Transporte. Rômulo Orrico, Fernanda Sanches e Lucio Gregory.

RJTV – Secretaria de Governo.

Freixo – Secretaria de Governo. Nós temos três nomes importantes que na verdade vão fazer essa transição orçamentária. Nós temos a Lêda Lindânia, nós temos Andréia Gouveia Vieira, e nós temos a professora da USP que coordena todo um trabalho da gente que vai ser fundamental, que é a Laura Carvalho, enfim, a gente tem uma equipe técnica, nenhum deles tem indicação partidária, isso é muito importante dizer, né, não é indicação partidária, equipe técnica que vai fazer essa transição.

RJTV – Candidato, agora uma última pergunta, que a gente também vai fazer na entrevista de amanhã, qual a maior virtude do seu adversário? Um elogio a Marcelo Crivella.

Freixo – É um bom pai.

RJTV – É esse o seu elogio?

Freixo – Sim, é grande, é importante.

RJTV – Muito obrigada pela sua entrevista, candidato Marcelo Freixo, amanhã a entrevista é com Marcelo Crivella, candidato do PRB.